

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
(PPGSCA)

TESE DE DOUTORADO

Memória das águas da cidade de Manaus – um patrimônio material e imaterial

Doutoranda: Ghislaine Raposo Bacelar

Orientadora: Profa. Dra. Artemis de Araújo Soares

Manaus/ AM

2022

GHISLAINE RAPOSO BACELAR

Memória das águas da cidade de Manaus – um patrimônio material e imaterial

Tese de doutorado apresentada aos membros da Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para obtenção do título de doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa 1: Sistemas Simbólicos e Manifestação Socioculturais na Amazônia, sob a orientação da professora doutora Artemis de Araújo Soares.

Manaus/AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B117m	Bacelar, Ghislaine Raposo Memória das águas da cidade de Manaus: um patrimônio material e imaterial / Ghislaine Raposo Bacelar . 2022 130 f.: il. color; 31 cm. Orientadora: Artemis de Araújo Soares Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas. 1. Saneamento básico. 2. Preservação. 3. Memória. 4. Patrimônio histórico. I. Soares, Artemis de Araújo. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	--

GHISLAINE RAPOSO BACELAR

Memória das águas da cidade de Manaus – um patrimônio material e imaterial

Tese de doutorado apresentada aos membros da Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para obtenção do título de doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa 1: Sistemas Simbólicos e Manifestação Socioculturais na Amazônia, sob a orientação da professora doutora Artemis de Araújo Soares.

Aprovado em 22 de setembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Artemis de Araújo Soares, Presidente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. João Bosco Ladislau, Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof^a Dr^a. Valdete Santos de Araújo, Membro Externo
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Prof. Dr. Odenei de Sousa Ribeiro, Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Michel Justamand, Membro Externo
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Prof^a. Dra. Elenise Faria Scherer, Membro Suplente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof^a. Dra. Carla Calheiros, Membro Suplente
Universidade Estadual do Amazonas – UEA

DEDICATÓRIA

Ao meu Deus todo poderoso pela vida, saúde e proteção.

À minha Santa Teresinha e ao meu São João Batista por intercederem por mim sempre que pedi junto a Deus.

Ao meu pai Atlas Augusto Bacellar (*in memoriam*) e minha mãe Waldiva Raposo Bacellar pelo exemplo, estímulo e orientação em todas as etapas da minha formação acadêmica.

Aos meus irmãos Atlas, Aldiva e Adília pelo apoio e carinho demonstrados a cada fase de transformação e crescimento.

À minha companheira, amiga e confidente, na luta e na vida Darcimary do Socorro Costa Almeida, que esteve sempre ao meu lado durante toda a trajetória desta tese.

AGRADECIMENTOS

À minha querida e dedicada orientadora Dra. Artemis Soares, que nunca deixou de me fazer acreditar que era possível chegar até aqui, me ajudando a desvendar os segredos da sociedade e da cultura, e que durante esses quatro anos me deu a oportunidade de transformar a relação aluna-orientadora em uma relação de amizade fraterna na imensurável construção do saber.

À minha amiga e “comadre” Dra. Miriam Rocha, que desde o mestrado me deu sua energia e seu aprendizado, contribuindo de forma sábia na construção dessa tese.

À minha amiga Heloiza Helena Martins Araújo, que desde os tempos do IPHAN, sempre esteve ao meu lado compartilhando sua competência no conhecimento sobre Patrimônio, me acolhendo sempre no seu aprendizado e atenção além de uma amizade eterna.

À minha amiga Enilda Maria Brandão Eduardo Lins (*in memorian*) e ao meu eterno diretor presidente da Manauscult, Orlando Câmara, que me iniciaram no reconhecimento do Patrimônio Histórico da cidade de Manaus.

Ao meu amigo Raimundo Nonato Alves da Silva, que soube se comportar como um verdadeiro irmão de sangue, me incentivando durante toda a tese, vivenciando comigo as dores da pandemia e da vida, no choro e nas risadas.

À minha amiga Dra. Elma Nascimento de Souza, que me incentivou e esteve ao meu lado no início de minha caminhada.

À minha amiga Lilian Cardoso de Souza, que com sua simplicidade e carinho se fez presente em toda trajetória da tese.

Aos colegas de doutorado que me enriqueceram como pesquisadora durante as aulas e por diversas contribuições acadêmicas durante toda a jornada.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e a todo o corpo docente do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSGA, que confiaram que a proposta apresentada poderia resultar em contribuições importantes em caráter interdisciplinar no ambiente socioambiental da Amazônia.

À minha amiga Dra. Tereza de Sousa Ramos, que com sua competência e esforço me ajudou a compreender também o que é a “dor” na construção da tese.

Aos membros da banca avaliadora deste estudo, que contribuíram ao final do esforço com suas valiosas intervenções.

EPÍGRAFE

Nossos olhos é a água que sonha (BACHELARD).

RESUMO

A ausência de procedimentos e rotinas para a conservação do patrimônio histórico da cidade de Manaus, localizada na Amazônia Ocidental Brasileira, no que concerne ao saneamento básico, tem se caracterizado como um dos principais responsáveis por apagar a memória de uma época histórica. Pesquisar e mapear o histórico das edificações de saneamento da cidade de Manaus, e sua contribuição no contexto sociocultural, disponibilizará e garantirá para as gerações futuras a preservação de parte da história de Manaus. Entende-se que isso pode ser alcançado por meio de proposta de restauração dos bens ameaçados pela descaracterização, procurando seguir a concepção inicial, visando sua reutilização pela sociedade, propondo o tombamento para impedir o abandono, destruição dos bens e resguardar seu valor afetivo. Esta tese analisou e pesquisou os aspectos técnicos, políticos e socioculturais relevantes para a preservação da memória do Saneamento básico da Cidade de Manaus, no período do contexto da borracha até a contemporaneidade. Esta pesquisa aborda algumas obras de saneamento básico relativas ao período mencionado, considerando o levantamento dos detalhes técnicos e históricos dos imóveis reconhecidos como de maior relevância para o período proposto, intitulados como Complexo da Castelhana, formado pelo Reservatório de distribuição de água da Castelhana Baixa (Castelinho) e Castelhana Alta (reservatório de concreto armado); Complexo do Mocó, formado pelo Reservatório do Mocó Velho (Reservatório metálico) e o Mocó Novo (reservatório de concreto armado); Usina de esgoto Chaminé e Galeria de drenagem dos Ingleses, seguindo normas, legislação e algumas técnicas de gestão. Ressalta-se que proteger preservar e recuperar a memória do patrimônio histórico do saneamento básico da cidade de Manaus, implica em discutir as questões históricas, arquitetônicas, memória afetiva, e até poder político, discutindo e evidenciando as políticas públicas com práticas essenciais num contexto multidisciplinar de espaço e tempo. O procedimento metodológico caracteriza-se como qualitativo, onde o modelo teórico-metodológico adotado para esta tese se direciona a uma pesquisa descritiva, optando-se pelos procedimentos: bibliográfico, documental e de campo, além de registros fotográficos. Esta pesquisa apresenta os dados coletados e nos permitem confirmar que a restauração para fins de reutilização de obras de saneamento, realizada dentro de normas, legislação, procedimentos e critérios, e em parceria com os órgãos municipais, estaduais e federais, constitui-se em significativa e importante ferramenta para a preservação da memória do patrimônio histórico da cidade de Manaus, capital do Amazonas.

Palavras-chave: Saneamento básico; Preservação; Memória; Patrimônio histórico.

ABSTRACT

The absence of procedures and routines for the conservation of the historical heritage of the city of Manaus, located in the Brazilian Western Amazon, with regard to basic sanitation, it has been characterized as one of the main responsible for erasing the memory of a historical epoch. Research and map the history of sanitation buildings in the city of Manaus, and their contribution in the sociocultural context, will make available and guarantee for future generations the preservation of part of the history of Manaus. It is understood that this can be achieved through a proposal to restore the goods threatened by mischaracterization, seeking to follow the initial conception, aiming at its reuse by society, proposing the tipping, to prevent the abandonment and destruction of property, saving its affective value. This thesis analyzed and researched the technical, political and sociocultural aspects relevant to the preservation of the memory of basic sanitation of the City of Manaus in the period from the context of rubber to contemporaneity. This thesis deals with some basic sanitation works related to the metioned period, considering the survey of the technical and historical details of the properties recognized as of greater relevance for the proposed period entitled as Complexo da Castelhana, formed by The Water Distribution Reservoir of Castelhana Baixa (Castelinho) and Castelhana Alta (reinforced concrete reservoir), Complexo do Mocó, formed by The Mocó Velho Reservoir (metallic reservoir) and the Mocó Novo (reinforced concrete reservoir), Sewer Chimney and Drainage Gallery of the Ingleses, following norms, legislation and some management techniques. It is noteworthy that protecting, preserving and recovering the memory of the historic heritage of basic sanitation in the city of Manaus implies discussing historical, architectural, affective memory, and even political power, discussing and highlighting public policies with essential practices in a multidisciplinary context of space and time. The methodological procedure is characterized as qualitative, where the theoretical-methodological model adopted for this thesis is directed to a descriptive research, opting for the following procedures: bibliographic, documentary and field, in addition to the photographic record. This research presents the collected data and allows us to confirm that the restoration for reuse of sanitation works, carried out within norms, legislation, procedures and criteria, and in partnership with municipal, state and federal agencies, constitutes into a significant and important tool for preserving the memory of the historical heritage of the city of Manaus, capital of Amazonas.

Keywords: Basic Sanitation; Preservation; Memory; Historic Heritage.

RESUMEN

La ausencia de procedimientos y rutinas para la conservación del patrimonio histórico de la ciudad de Manaus, ubicada en el oeste de la Amazonía brasileña, en lo que respecta al saneamiento básico, se ha caracterizado como uno de los principales responsables por borrar la memoria de un tiempo histórico. Investigar y mapear la historia de los edificios de saneamiento en la ciudad de Manaus, y su contribución al contexto sociocultural, pondrá a disposición y garantizará para las generaciones futuras la preservación de parte de la historia de Manaus. Se entiende que esto puede lograrse a través de una propuesta de restauración de bienes amenazados por la descaracterización, buscando seguir el diseño inicial, visando su reutilización por la sociedad, proponiendo el vertido, para evitar el abandono y destrucción de los bienes, salvaguardando su valor afectivo. Esta tesis analizó e investigó los aspectos técnicos, políticos y socioculturales relevantes para la preservación de la memoria del Saneamiento Básico de la Ciudad de Manaus en el período del contexto cauchero a la contemporaneidad. Esta tesis trata de algunas obras de saneamiento básico relacionadas con el período mencionado, considerando el levantamiento de los detalles técnicos e históricos de las propiedades reconocidas como de mayor relevancia para el período propuesto denominado Complexo da Castelhana, formado por el Embalse de distribución de agua de Castelhana Baixa (Castelinho) y Castelhana Alta (reservorio de hormigón armado), Complexo do Mocó, formado por el Reservorio Mocó Velho (reservorio metálico) y el Mocó Novo (reservorio de hormigón armado), la depuradora de Chaminé y la galería de drenaje de los Ingleses, siguiendo normas, legislación y algunas técnicas de gestión. Se destaca que proteger, preservar y recuperar la memoria del patrimonio histórico del saneamiento básico en la ciudad de Manaus implica discutir la memoria histórica, arquitectónica, afectiva y hasta el poder político, discutiendo y destacando políticas públicas con prácticas esenciales en un contexto multidisciplinario de espacio y tiempo. El procedimiento metodológico se caracteriza como cualitativo donde el modelo teórico-metodológico adoptado para esta tesis se dirige a una investigación descriptiva, optando por los siguientes procedimientos: bibliográfico, documental y de campo, además del registro fotográfico. Esta investigación presenta los datos recopilados y permite constatar que la restauración para reutilización de obras de saneamiento, realizada dentro de las normas, leyes, procedimientos y criterios, y en alianza con las dependencias municipales, estatales y federales, constituye en un significativo e importante herramienta para la preservación de la memoria del patrimonio histórico de la ciudad de Manaus, capital de Amazonas.

Palabras clave: Saneamiento básico, Preservación, Memoria, Patrimonio Histórico.

Lista de Figuras

Figura 1 - Igarapé da Cachoeira Grande.....	31
Figura 2 - Hidrelétrica da Cachoeira Grande- 1904.....	31
Figura 3 - Cachoeira Grande, no bairro São Jorge.....	32
Figura 04 - Igarapé do Espírito Santo - Avenida Eduardo Ribeiro.....	44
Figura 5 - Reservatório da Castelhana.....	53
Figura 6 - Reservatório da Castelhana 2.....	54
Figura 7 - Área externa do Reservatório da Castelhana.....	54
Figura 8 - Reservatório do Mocó.....	58
Figura 9 - Reservatório do Mocó 2.....	59
Figura 10 - Galeria Pluvial do Centro de Manaus.....	62
Figura 11 - Emissário de Esgoto –Roadway.....	62
Figura 12 - Igarapé do Espírito Santo.....	62
Figura 13 – Rua Municipal.....	70
Figura 14 - Cartão postal 1907.....	71
Figura 15: Galerias dos Ingleses.....	75
Figura 16 - Planta da Rede de Esgotos e Águas Pluviais de Manáos.....	75
Figura 17 - Igarapé do Espírito Santo, 1865.....	76
Figura 18 - Reservatório d'Água de Olinda 1936.....	82
Figura 19 - Teatro Usina Chaminé.....	84
Figura 20: Construção de galerias no Igarapé.....	85
Figura 21 - Estrutura de Ferro do Reservatório do Mocó.....	87

Lista de abreviaturas

Agencia Nacional de Saneamento Básico de Saneamento Básico – ANA

Banco Nacional de Habitação – BNH

Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA

Centrais Elétricas de Manaus – CEM

Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Inventário Geral da França, o Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia -
IPAC-BA

Organização Mundial de Saúde – OMS

Organização Mundial de Saúde – OMS

Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSGA

Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – Sobre as águas	
1.1 A Água no imaginário dos povos.....	20
1.2 Os povos amazônicos e o universo das águas.....	23
1.3 Tradições e saberes da água.....	26
1.4 O controle das águas: os seus lugares em Manaus.....	30
 CAPÍTULO II – Patrimônio material e imaterial	
2.1 O poder político do saneamento básico.....	35
2.1.1 Lugares de memória.....	35
2.1.2 O Empoderamento das “boas águas”	40
2.1.3 Tombamento e Registro.....	45
2.1.3.1 Restauração e Conservação.....	50
2.2 O Reservatório da Castelhana.....	53
2.3 O Reservatório do Mocó.....	56
2.4 A Galeria dos Ingleses.....	60
2.5 A Usina Chaminé.....	63
 CAPÍTULO III – Preservação e Diretrizes	
3.1 O embelezamento e o caminho das águas na <i>Belle Époque</i>	65
3.2 A preservação das edificações do Saneamento básico de Manaus e seu valor histórico.....	77
3.2.1 Os sistemas e suas construções.....	77
3.3 Diretrizes para o tombamento do Saneamento Básico de Manaus- uma proposta com bases científicas.....	86
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	109
ANEXO.....	116

Introdução

O objeto de estudo a ser discutido nesta pesquisa é reconhecido como um dos mais importantes patrimônios da humanidade. Isso porque, dentre os elementos que compõem o nosso ambiente, sobressai-se a água, esse líquido precioso que promove a vida e gera cobiça no mundo todo. É a água então, o nosso interesse, considerando sua influência primordial quando associado ao saneamento básico.

Com o objetivo de resgatar, disponibilizar e garantir para as atuais e futuras gerações parte da história do saneamento básico da cidade de Manaus, esta pesquisa pretende desvelar a história, a trajetória, a significância e o pertencimento de um tempo transcorrido, elencando bens materiais e imateriais. Pretende-se também garantir visibilidade das políticas públicas que promovam a manutenção, conservação e restauração dos bens materiais ameaçados por processos de descaracterização e destruição.

Para a realização deste estudo, buscou-se o apoio em experiências vivenciadas e detectadas por meio de pesquisas, obedecendo tanto às normas nacionais quanto as internacionais, legislação e especificação técnica para manutenção, conservação e restauração, respeitando os valores estéticos e históricos do monumento, sem infringir a sua integridade física.

Quando buscamos a definição de cultura e patrimônio cultural, temos em mente que o significado tem diferentes sentidos para diversos grupos de pessoas, principalmente para um grupo de pessoas que luta pela defesa de uma identidade e de uma memória cultural.

Isso culminará em reconhecimento e proteção do patrimônio cultural, um dos maiores trunfos que as cidades têm para os seus projetos de futuro, ou seja, premissas de desenvolvimento verdadeiro, tal como proteger as referências que identificam a cidade, sua história e sua gente; impedir os excessos ocorridos no processo de globalização, no qual edifícios de valor arquitetônico são substituídos por outros de qualidade cada vez mais questionável ou simplesmente demolidos; largos e praças sacrificados para a passagem de viadutos, pistas elevadas e estacionamentos aos quais a população acostumou-se a olhar como aspecto degradado dos centros cada vez mais abandonados e violentos, abrangendo a memória do saneamento das cidades brasileiras, especificamente de Manaus, como um dos desafios.

A ausência de procedimentos e rotinas para a conservação de sistemas de saneamento, o abandono ou a destruição de um monumento encarrega-se de apagar a memória de uma determinada época. O estudo que aqui apresentamos, pretende disponibilizar e assim garantir para as gerações atuais e futuras, a preservação de parte da trajetória dos campos da história do sistema de saneamento básico de Manaus, pelo reconhecimento da importância e do valor da restauração dos bens ameaçados pela descaracterização, procurando manter a concepção original para usufruto da sociedade, e propondo a salvaguarda do bem material e imaterial, de forma a deter o abandono e destruição desses bens, resguardando seu valor afetivo e confirmando a importância da preservação.

Manaus é um dos maiores testemunhos de uma fase econômica ímpar do país – o período áureo da borracha, conhecido também como fausto ilusório, vivido de 1879 a 1912. Esse foi um período em que a exploração do látex proporcionou a visibilidade e crescimento de cidades como Manaus, Belém e Rio Branco, dentre várias outras que são testemunhos da ocupação e desenvolvimento da região Norte, no contexto do incremento da industrialização em escala mundial.

A prosperidade gerada com a exportação da borracha criou um processo social próprio e mecanismos comerciais centrados em Manaus e Belém, com ramificações típicas que iam desde o seringueiro, em sua barraca na floresta, aos patrões em seus barracos à beira-rio com hábitos modificados. As casas exportadoras, em sua maioria de origem inglesa ou alemã, capitalizaram-se nos bancos europeus e norte-americanos para financiar o sistema de aviação e obtinham enormes lucros com a venda da borracha nos países industrializados.

A borracha amazônica trouxe enorme contribuição ao desenvolvimento urbano da cidade de Manaus. No entanto, após o apogeu da economia da borracha, por volta de 1910, a perda do monopólio da borracha para a Malásia desencadeou uma crise e em decorrência disso, com uma população superior a 100.000 habitantes, a cidade Manaus precisou com urgência de um serviço de abastecimento de água moderno.

Diante disso, as questões que nortearam a construção deste estudo se fundamentaram em: o sistema racional de saneamento básico da cidade de Manaus, construído no início do século XX, que possui valor de patrimônio histórico para a cidade. As instituições responsáveis por esse setor estariam valorizando tal questão? A considerar o que nos diz a Carta de Atenas, especificamente sobre patrimônio, não

seria da responsabilidade desses órgãos a preservação do saneamento básico de Manaus como patrimônio material e imaterial?

Tais questões fundamentaram a construção desse estudo que buscou analisar o contexto da memória das águas da cidade de Manaus, trazendo à luz dados, métodos, procedimentos e a legislação identificada nesta área. Considerando este cenário, desde o acesso a água potável, saneamento básico, às áreas constituídas e política de abastecimento hídrico adotada, a presente pesquisa, de caráter qualitativo, aponta a recuperação dessa memória com a missão de proteger, preservar e recuperar a lembrança histórica do sistema de saneamento da cidade de Manaus.

Ao elaborar o delineamento do processo teórico e metodológico desta tese, optou-se por um modelo de pesquisa que pudesse desvelar a memória das Águas como patrimônio Material e Imaterial da cidade de Manaus, discutindo as políticas de sociabilidade dos espaços da cidade, focalizando a memória afetiva e social do saneamento.

Consequentemente, este estudo possui viés multidisciplinar, com caráter qualitativo, documental e descritivo, cujas técnicas de pesquisa serão utilizadas principalmente dentro do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por meio da observação direta como também a observação participante, pois, mesmo sem a valorização almejada neste espaço, pelo desconhecimento de alguns moradores locais, ela exerce grande importância na sociedade quando compreendidos em sua essência nas várias edificações que compõem o objeto de estudo. A preservação deste núcleo, que configura o coração urbano da cidade, garante a manutenção de seu patrimônio singular e íntegro, e inclui Manaus no rol das cidades históricas do Brasil, com inscrição no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Deste modo, é o IPHAN que atua como condutor para o tombamento do sistema de saneamento da cidade de Manaus e seus domínios espaciais, os quais compõem a memória, atendendo aos principais procedimentos e demais normas que preconizam a legislação vigente. É importante ressaltar que o Patrimônio edificado é nosso legado histórico, e nesses tempos, o valor da pesquisa se reveste de uma responsabilidade nossa sobre o futuro, sobre as perspectivas de incertezas e sobre a preservação do patrimônio, sobrepondo-se à memória social e ao desaparecimento diário e irreversível de bens naturais e culturais.

Neste estudo não houveram entrevistados, pois, se trata de uma análise documental, tendo como objeto de pesquisa os sistemas de saneamento da cidade de Manaus, utilizando-se também da Netnografia¹. Além disso, envolverá o levantamento físico e fotográfico das edificações de abastecimento de água, das redes de esgoto, considerando o desenvolvimento econômico e social em Manaus, no contexto do Ciclo da Borracha (1879-1945), até a contemporaneidade.

O foco desse trabalho é a preservação e restauração do patrimônio histórico do sistema de saneamento da cidade de Manaus, tendo como finalidade possibilitar a inovação enquanto ineditismo, por meio da construção de uma metodologia própria para tombamento quanto à revitalização, recuperação e regeneração dos sistemas de saneamento como patrimônio histórico e artístico edificado, cujo escopo é o uso para promoção do lazer, turismo e entretenimento nos espaços.

Neste sentido, torna-se imperioso o respeito aos valores simbólicos, estéticos e históricos das edificações tidas como monumentos do saneamento básico, além de sua integridade física para usufruto da sociedade beneficiada. É indispensável manter em evidência este memorial de época para que as futuras gerações tenham o conhecimento do valor cultural dos prédios e monumentos da história do saneamento da cidade.

Através desse conhecimento, pode-se refletir, na interação do homem e do ambiente e entender como o saneamento pode preservar e melhorar as condições da sociedade, bem como o meio onde vive, prevenindo doenças e promovendo saúde, ou seja, melhorando a qualidade de vida e dar mais produtividade para esses indivíduos. Vale ressaltar que a demanda por água potável é diferenciada de acordo com o modo de vida e habitação da população, visto que, a sua utilização não alcança a totalidade da população. Como exemplo, o Brasil é contemplado com 12% das reservas de água doce e algumas das maiores bacias hidrográficas do mundo.

Esse estudo tem como objetivo geral desvelar a memória das águas como patrimônio material e imaterial da cidade de Manaus, valorizando, assim, a história do seu sistema de saneamento básico como um conjunto arquitetônico de real valor sociocultural. Neste sentido a tese está dividida em três capítulos, onde no Capítulo I é analisada a “água no imaginário dos povos”, descrevendo as significações simbólicas, relacionando a origem da vida através dos mitos e religiões, a influência

¹ É uma modalidade de Etnografia, na qual a longa permanência do (a) pesquisador (a) em campo e a descrição sistemática das situações sociais fornecem dados para a análise da cultura de determinado grupo ou sociedade.

dos rios e mares como fenômeno físico e como nascimento e sobrevivência da vida. Percorre-se o saneamento básico através da história dos povos com as primeiras obras hidráulicas, na construção de poços, chafarizes, barragens e aquedutos desde o Egito, Mesopotâmia e Grécia.

Nos “povos amazônicos e o universo das águas” compreende-se a relação profunda dos indígenas brasileiros com o cosmos, o sentimento de pertença da água como a própria sobrevivência espiritual; o sonho e fascínio dos rios, igarapés e igapós, desenhando a chuva com Paulo Jacob. É importante também “as tradições e os saberes da água”, esse patrimônio da humanidade que nos guia para o reconhecimento das edificações que reservam e transportam esse líquido precioso ao longo do tempo, seguindo a história do saneamento básico desde a construção do primeiro poço na Baía da Guanabara, até as principais obras de saneamento básico na cidade de Manaus.

No capítulo II, percorrem-se as questões políticas do saneamento básico na cidade de Manaus, falas e relatos com os primeiros passos para o abastecimento de água da população e o reconhecimento de um processo de melhoria e tratamento da saúde pública. Define-se conceitualmente o que é patrimônio, sua proteção e preservação conforme a legislação vigente orientada pelo IPHAN. Os monumentos arquitetônicos definidos nesta tese como elementos da história do saneamento básico são apresentados com sua evolução histórica, evocando sentidos, vivência e valores como o complexo da Castelhana, complexo do Mocó, Usina Chaminé e a Galeria de drenagem construída pelos Ingleses no Centro Histórico.

No capítulo III, a preservação e as diretrizes se fazem presentes na Belle Époque em sua beleza e arquitetura europeia com o imperativo das águas se impondo e dando passagem a diversas dimensões da produtividade cultural; o real valor histórico das edificações, objeto da tese, fica evidenciado neste capítulo a apresentação arquitetônica dos elementos de sua construção e das tratativas cronológica de evolução técnica para abastecimento de água, tratamento de esgoto e drenagem nas várias épocas e governanças do sistema de saneamento básico da capital amazonense. Propõe-se a utilização do sistema integrado de conhecimento e gestão definido pelo IPHAN para uma varredura dos bens edificados, através de um conjunto de fichas que hoje é a principal aposta tecnológica para o armazenamento e disseminação de informações do patrimônio. Essa metodologia, mais do que um instrumento de documentação, concebe o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG para

ser um mecanismo de gestão do patrimônio cultural, ferramenta básica para o processo de tombamento.

Por fim, ou recomeço atribui-se valor no destaque desses bens, materiais e imateriais que devem se transformar em patrimônio para uma determinada sociedade. Os valores hegemônicos e a consagração oficial fortalecem uma memória documental que irá traduzir em uma memória coletiva e preserva-se porque o patrimônio cultural é portador de referências da sociedade.

CAPÍTULO I: SOBRE AS ÁGUAS

1.1 A Água no imaginário dos povos

Os antigos povos da Mesopotâmia tinham Enki, deus da água doce, como uma das divindades mais importantes do Panteão. Seu templo era a casa do “apzu” (a água doce que se separou de Tiamat na origem do mundo, quando Enki corta a cabeça da fera sobre às águas primordiais), assim como o tradicional povo Inuit dependia dos seres aquáticos – focas, peixes e morsas – para a alimentação, e sua principal divindade era Nuliajuk, deusa da água. Ela reinou com justiça e todo o seu poder vinha da água.

Nos tempos bíblicos, quando Isaac voltou à terra onde seu pai Abraham havia vivido, os antigos poços abertos por ele eram tão importantes para a vida, que se tornaram motivo de disputa com os povos de outras tribos da região. Depois, o poço de Jacob foi tão altamente prestigiado e cuidadosamente protegido que estava em uso nos tempos de Jesus séculos mais tarde.

Podemos citar ainda Anuket (deusa egípcia), Anúquis, ou Anget era a encarnação divina do Nilo entre os egípcios. Seu nome significa “abraçar”, “aquele que abraça”, pois as águas do rio Nilo “abraçavam” os campos ao redor e nutriam a terra para o cultivo. Alguns dos seus epítetos são “Provedora dos Campos, “Senhora da Núbia” e “Senhora das Gazelas”.

As significações simbólicas da água estão presentes em todas as culturas, desde as mais antigas tradições, permeadas de conteúdos mágicos. Por meio dos mitos e religiões, estas alegorias sobre a água eram relacionadas com símbolo e a origem de vida, meio de purificação e cerne de regenerescência (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1988).

O rio é associado ao sensualismo que fortalece as imagens principalmente nos mitos cosmogônicos, nos quais a água exerce o papel de fundamento da vida, do mundo, de um povo. Diante da necessidade, de todas as espécies vivas, de sentir, degustar e banhar-se, a água doce é destacada em primeiro plano, tanto no que diz respeito à realidade como no nível mais profundo do inconsciente. No nível da imaginação, a água doce é sempre privilegiada porque representa a primeira bebida, tão doce quanto o leite materno.

O simbolismo do rio e a fluência de suas águas seriam, ao mesmo tempo, o da possibilidade universal e o movimento das formas, fertilidade, morte e renovação. Depois da chuva e do sol nada contribui de maneira tão óbvia para a fertilidade da terra quanto os rios. A travessia das águas é um obstáculo que separa dois domínios, dois estados: o mundo fenomenal e o estado incondicionado, o mundo dos sentidos e o estado de não-vinculação. A margem oposta é o estado que existe para além do ser e do não ser (PITERMAN e GRECO, 2005, p. 151-164, apud CHEVALIER e GHEERBRANT, 1988).

Chevalier e Gheerbrant (1988) personificaram os oceanos e mares como o leito da vida e sua finitude. A presença das águas e seus movimentos simbolizam uma situação de ambivalência, espaço onde ocorrem os nascimentos, as mudanças e as regenerações.

Reportando-nos à água e à história humana, no decorrer dos séculos, o homem aprendeu a armazená-la, tratá-la e distribuí-la para o seu próprio consumo. Potes de barro não cozidos surgem por volta de 9.000 a.C. A cerâmica propriamente dita, aparece 7000 a.C., e passa a ser fundamental para o incremento da capacidade de armazenamento de água (PITERMAN e GRECO, 2005).

Para Bachelard (2005, p. 151):

A água, esse líquido universal submetido às leis do inconsciente, sugere um líquido orgânico. A água extraordinária, a água que surpreende o viajante, as aventuras que querem geográficas. Se ela é matéria fundamental para o inconsciente, então deve comandar a terra. É o sangue da Terra. A vida da Terra. É a água que vai arrastar toda a paisagem para o seu próprio destino. Em particular, uma determinada água, um determinado vale [...] A inquietação mais cedo ou mais tarde, deve surpreender-nos no vale. O vale acumula as águas e as preocupações, uma água subterrânea o escava e o trabalha.

Desde a pré-história até os dias de hoje, a água é considerada a origem da vida, e seu domínio significa a sobrevivência da nossa espécie. Lendas e mitos foram criados para conquistas e guerras, mas para explicar o que a mãe natureza nos deu, precisamos olhar para dentro de nós e entendermos esse domínio sobre nosso corpo e sobre esse elemento vital para nosso planeta.

É importante relatar que na Idade Média os relatos e ensinamentos sobre a Hidráulica e Saneamento foram ignorados, tanto que com a queda de Roma, o conhecimento ficou arquivado em mosteiros religiosos, sendo revelados apenas em 1425.

Neste período, a responsabilidade de gerenciar a água deixou de ser do governo e passou a ser coletivamente dos cidadãos. Parte do consumo de algumas famílias era

garantida por meio de compras transportadas por carregadores. Já outras, em sua maioria, escavavam poços dentro de suas casas, próximas a fossas e esterco de animais, causando contaminação.

Essa prática causou a proliferação em massa de doenças como cólera, lepra e tifo em um período de grandes epidemias. Na época, a peste negra, transmitida pela pulga de ratos, infectou metade da população e dizimou cerca de 1/3 da população Europeia. Na China e na Índia, o panorama não foi diferente, pois mais de 23 milhões de pessoas foram levadas a óbito em menos de 12 anos.

As primeiras construções de poços, chafarizes, barragens e aquedutos que se têm notícia foram construídos no Egito, Mesopotâmia e Grécia. Os mesopotâmios já utilizavam sistemas de irrigação (4.000 a.C.). Em Nipur, na Índia, existia a galeria de esgoto e os sistemas de água e drenagem no Vale dos Hindus (3.200 a.C.). Os sumérios (5.000-4.000 a.C.) relacionavam as águas às mais importantes divindades, tendo construído neste período canais de irrigação, galerias, recalques, cisternas, reservatórios, poços, túneis e aquedutos. Em 2.000 a.C., a poluição dos recursos hídricos era punida entre os persas. Segundo Heller (2018), Zoroastro fala sobre cuidados com a higiene e a saúde.

Durante séculos a água foi considerada um bem público de quantidade infinita, mas com o crescimento das cidades, as condições de uso, a degradação proveniente da alta carga poluidora lançada no solo, nos rios, lagos e mares, este bem maior está sendo ameaçado e a guerra pela água tem se travado em vários países. A escassez e a poluição dos recursos hídricos têm consequências devastadoras, pois atinge todas as cadeias ambientais.

Quando o homem aprendeu a construir poços, canais, cisternas, represas, túneis e aquedutos, ele promoveu a primeira grande revolução da humanidade. Conforme apontam Piterman & Greco (2005), na Índia, existem evidências de que algumas cidades já possuíam redes de esgotos e sistema de drenagem por volta de 3.200 d.C. O homem também aprendeu que a água, quando inapropriada, podia causar doenças. A preocupação com a água imprópria, potencial transmissora de doenças, levou os egípcios, em 2.000 a.C. a utilizarem o sulfato de alumínio na clarificação da água.

Existem relatos escritos em sânscrito sobre os cuidados que deviam ter com a água de consumo, tais como armazenamento em vasos de cobre, sua exposição ao sol e sua filtração pelo carvão. Tais escritos descrevem a purificação da água pela fervura ao fogo, aquecimento ao sol ou a introdução de uma barra de ferro aquecida na massa

líquida, seguida por filtração por meio de areia e cascalho grosso. De acordo com os estudos de Rosen (1994) e Resende & Heller (2002), a primeira represa para armazenar água foi construída no Egito, em 2.900 a.C., pelo faraó Menese e destinava-se a abastecer a capital Memphis.

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser invocadas. Sem uma longa carreira de saída pela história, não teremos a velocidade necessária em nosso próprio consciente para compreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro, pois grande parte dos nossos planos atuais, sem exceção de muitos daqueles que se orgulham de ser “avançados” ou “progressistas”, constituem caricaturas mecânicas e pouco engraçadas das formas urbanas e regionais que ora se acham potencialmente ao nosso alcance (MUMFORD, 2004).

1.2 Os povos amazônicos e o universo das águas

O meio ambiente é o local onde se desenvolve a vida humana, por isso é exigido que ele seja preservado e cuidado, pois, o direito a um lugar saudável e promotor de qualidade de vida é um direito fundamental do homem. Conforme Silva (2003, p. 58), o ambiente deve nos proporcionar qualidade para viver e progredir. Os indígenas brasileiros têm uma relação profunda e de não distanciamento com a água. Para eles, a água é um ente sagrado e, além disso, há vários tipos de águas, e estes com funções específicas. Independentemente de testes químicos, eles sabem a água que deve ser bebida. A relação cósmica que estabelecem com o cosmo permite-lhes que possam respeitar e preservar o ambiente.

Na compreensão indígena, em tupi, vários são os significados da água: A expressão água verdadeira, água de fato, é *ieté*. Água doce é *icem*. Água boa é *icatu*. Água benta ou água santa é *icaráí*, palavra muito pronunciada por *ibaráés* pelos jesuítas. Algumas tribos acreditam que a água é um ser vivente que tem uma relação com o homem. A exemplo disso, algumas tribos tem a crença de que a chuva acelera o crescimento da criança (ANA, 2007).

É o “Reino das Náíades”, personificações dionisiacas com o que o panteísmo de Martius, numa evocação mitológica, batizou as espécies primaciais da floresta amazônica, para dar à natureza selvática o perfume suave dos mitos helenos, com as criações fabulosas, filhas de Zeus, molhar o espelho dos lagos e das fontes, que repousam nas campinas verdejantes ou deslizam na corrente murmurosa dos regatos, correndo sobre leitos de rochedos, escreveu Araújo Lima em sua obra *Amazônia: a Terra e o Homem* (LIMA, 2001, p. 53).

O sentimento de pertença fora forjado pela ancestralidade para florescer a sensibilidade a partir da água. Para o indígena Amanarawá a água é um dos elementos principais nas suas tradições. O dançar na chuva é tido como o momento de se encontrar segundo os anciãos da tribo, o ritual de sentir a água, limpa corpo e mente, além de essencial para a sobrevivência, é espiritual. Esse costume é repassado de geração em geração para conservar sua identidade (SILVA, 2020). Neste sentido, Gondim (2007, p. 27), afirma que “Cada imaginário se preenche com os limites de sua própria ansiedade. Ao tentar conquistar o desconhecido compreende-se uma oportunidade de domar o seu próprio imaginário”.

A nascente do rio, a sinuosidade de seu traçado, as vastas e populosas regiões que atravessa sua riqueza mineral e vegetal formam um conjunto de maravilhas as quais, de tão perfeitas, só podem ter sido criadas por Deus, especialmente para o usufruto dos padres de São Francisco de Quito. A coincidência da escolha da sede espiritual do reino de Deus ter recaído sobre Quito, próximo de um reino tão imenso, edênico, conservado milagrosamente escondido dos olhos ímpios, comprova, de fato, a predição bíblica da existência de um Paraíso na Terra (GONDIM, 2007).

O que constitui em realidade o meio humano é a sociedade. É a associação que faz o homem, seus costumes e suas produções. A condição de isolamento dos homens acarreta por uma grande extensão territorial, afrouxa, senão desata. Os laços da solidariedade humana, que assim se vai desvanecendo, não pelo retraimento egoístico de cada qual, mas por imposição da distância que separa todos. E o Amazonas é o deserto; não arenoso, mas aquoso (LIMA, 2001, p. 93).

O ser solidário no Amazonas une as próprias forças fazendo alianças entre si no enfrentamento das adversidades oferecidas pela natureza, e esta dificuldade faz com que estes homens desenvolvam a própria munção (LIMA, 2001). Na Amazônia brasileira, especialmente nas cidades localizadas às margens dos rios, na maioria das vezes as espacialidades foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas e, de outro, guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência. Na verdade, a espacialidade, revela as mais

diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam a partir das condições concretas defenderem seus interesses, o que nos leva a compreender a paisagem como resultado de determinações múltiplas do Estado, de diferentes sujeitos sociais, das relações sociais de produção e mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas como (OLIVEIRA 2003).

Interpretar esse mar de água doce, desse simbolismo aquático chamado Amazônia, representa um imaginário de águas e representa, também, o protagonismo ou mesmo o antagonismo das inúmeras narrativas num cenário repleto de misticismo, porque os rios são os caminhos, cheio de paisagens e miragens ditando a vida de todos.

A boiuna é um dos encantados das águas e confunde-se com o próprio rio, imagem informe movimentada-se por meio de curvas ondulantes que evocam a trajetória das águas que correm. Seu simbolismo encarna o psiquismo misterioso, nota obscura e constitui-se como um dos arquétipos mais importantes da alma humana, representando a vida do submundo que se reflete na consciência diurna ao assumir sua forma. Na região norte, esta cobra gigantesca habita o fundo dos grandes rios de onde emerge e interage com os homens. Sua aparição é sonora e inusitada, marca o relevo e modifica a topografia, faz surgir os igarapés. Seus olhos lembram duas tochas de fogo.

Um mito se transforma passando de grupo em grupo; finalmente se extenua, sem por isso desaparecer. Duas vias permanecem abertas: a da elaboração romanesca e a reutilização histórica. História que pode ser retrospectiva, remetendo ao passado e prospectiva, para fazer desse passado o início de um futuro que começa a desenhar-se (PINTO, 2008). Mas não são somente de sonho e fascínio esses rios, esses igarapés, a paisagem poluída é contada no livro *Coração da Mata, dos Rios, dos Igarapés e dos Igarapós* Morrendo de Paulo Jacob (1991, p. 42):

Vidas mortas rio abaixo, Rios calados, desbubuiados peixes. O coração da mata, dos rios, dos igapós e dos igarapés morrendo. Flores murchas, folhas secas. Mururus, mururés descoloridos. Canarana, membeca cobertas de lama. Galhos podres, vidas secas, vidas mortas, o rio levando. Nascentes secas escassas de água. A queda do fruto. O estalo da semente caída. O balanço das folhas. O bulido dos peixes. O grito dos bichos. O cantar dos pássaros. As gotas de chuva batidas na mata. [...] A voz dos rios, das matas, dos igapós e dos igarapés silenciada.

1.3 Tradições e saberes da água

Saberes, sabores, fazeres e tradição, como memória coletiva estão perdendo certas características histórico-culturais oriundas da falta de registro de grande importância para que os bens de natureza imaterial se tornem acessíveis a futuras gerações, transmitindo um legado que tenha veracidade dos bens imateriais. De acordo com a Constituição Federal no seu artigo 216, de 1988, que trata sobre os bens materiais e imateriais:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 126).

Ainda dentro da prerrogativa legal, as primeiras leis da humanidade, fixadas por escrito, foram códigos que regulavam o uso da água, há 4000 a. C. sob a regência de Hamurabi em 1700 a. C., a Mesopotâmia produziu o primeiro código de leis abrangentes da história que compreende sem ordenamento rígido, 282 parágrafos para regulamentar a vida social. No parágrafo 53 diz: “se alguém se exime de manter seu dique em boas condições se este dique se romper e todas as lavouras forem alagados, então o responsável pelo dique rompido será vendido como escravo, e a renda em dinheiro devem repor os cereais cuja destruição causou” (BORGES, 2001, p. 70).

É necessário entender que o homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e ser portador solene da obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para gerações presentes e futuras [...] Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, a água, o solo, a flora, e a fauna e especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras, mediante um cuidadoso planejamento ou administração adequados (ONU, 1972, p. 4).

Os valores, princípios, cultura e a educação são modos transformadores de paisagens e monumentos pelas atividades humanas. Ao se considerar a água como um patrimônio e riqueza a ser protegida, os elementos estruturais que a compõe tais como os reservatórios naturais e os construídos, os diques e as estações elevatórias são relevantes como instrumentos de proteção e devem ter reconhecimento através do tombamento, além de compatibilizar o uso com a proteção das águas.

A água é o solvente universal da biosfera. A sua capacidade de dissolver as substâncias permite que incontáveis reações ocorram na natureza, formando novos compostos, permitindo a evolução da vida orgânica, resultando nos diversos tipos de fenômenos naturais. Várias hipóteses sobre a origem da vida concordam que provavelmente ele tenha se iniciado no mar (PHILIPPI JR, 2005, p. 417).

Para Darwin, a vida evolui das águas para a terra, desde as estruturas vertebradas dos animais como substâncias resistentes nos vegetais. A água é essencial ao desenvolvimento e na manutenção da vida. Há que considerar-se que os elementos água e fogo sempre foram elementos de controle e desenvolvimento de toda civilização humana (PHILIPPI JR, 2005).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), define saneamento como controle dos fatores do meio físico dos seres humanos, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social. De acordo com a Agência Nacional de Saneamento Básico de Saneamento Básico (ANA), o saneamento básico é um conjunto de serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo dos resíduos sólidos urbanos, além de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, cuja infraestruturas e instalações operacionais constituem de abastecimento de água potável – constituído pelas atividades desde a captação até as ligações prediais e os seus instrumentos de medição.

O esgotamento sanitário é constituído pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até a sua destinação final para produção de água de reuso ou o seu lançamento de forma adequada no meio ambiente.

A limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos constitui-se pelas atividades de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana.

A drenagem e manejo das águas pluviais urbanas são constituídos pelas atividades de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas. Ainda que consistam em sistemas com peculiaridades distintas, na prática estão intimamente interligados e interferem diretamente na qualidade de vida da população e na qualidade do ambiente em que se vive.

Da mesma forma que todo cidadão brasileiro tem direito à saúde, à moradia e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – de acordo com a Constituição Federal, artigo 225 – é necessário que os serviços de saneamento básico sejam ofertados a todos de forma adequada. Assim, o saneamento básico constitui um direito do cidadão e compete aos governantes promover políticas e ações que evitem a propagação de doenças e permitam a vivência das pessoas em um ambiente salubre².

Entre os problemas que podem afetar o meio ambiente destacam-se a insuficiência de investimentos em saneamento básico; a intensa poluição dos recursos hídricos, em particular de mananciais de abastecimento de água das cidades; a deficiência no sistema de drenagem, que contribui para a ocorrência de enchentes; a ocupação das várzeas; as precárias condições para a destinação do lixo; a diminuição de áreas verdes; e a poluição do ar. A descontinuidade da atuação administrativa, quando o processo de priorização das atividades locais de interesse público é fragmentado, gerando distanciamento entre governo e cidadãos³.

Atualmente 35 milhões de pessoas não tem acesso a água tratada, além dos mais de cem milhões que não possuem serviços de coleta de esgoto. Com isso estabeleceu-se o novo marco do saneamento no Brasil, que tem por objetivo garantir o atendimento de 99% da população com água potável e de 90%, com tratamento e coleta de esgoto, até 31 de dezembro de 2033.

A Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. A nova Lei contribuirá para a revitalização de bacias hidrográficas, a conservação do meio ambiente e a redução de perdas de água, além de proporcionar mais qualidade de vida e saúde à população,

²http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICNO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf. Em 05/10/2022 pg. 11,13,16.

³Luis Eduardo Bovolato: **Saneamento Básico e Saúde**. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/admin,+Gerente+da+revista,+1145-8218-1-CE.pdf>. Acesso em 08/10/2022

aquecer a economia e gerar empregos. Também prevê acabar com os lixões a céu aberto em todo país⁴.

No Brasil, a primeira obra de saneamento básico é datada de 1561 quando o militar português Estácio de Sá, responsável por expulsar os franceses da região da Baía de Guanabara e fundar a cidade do Rio de Janeiro, mandou construir um poço para abastecer a cidade. Um dos exemplos mais conhecidos foi construído em 1620, o primeiro aqueduto do Brasil, hoje conhecido como os Arcos da Lapa, uma obra de 270m de comprimento e 18m de largura, porém concluída após 100 anos, em 1723, entregue a população como primeiro sistema de abastecimento d'água do país.

O período colonial, contudo, não consta com muitos registros de obras de saneamento. Elas se resumiam à drenagem de terrenos e instalação de chafarizes. Na época, algumas doenças de veiculação hídrica já eram conhecidas pelos colonizadores e a Europa vivia uma retomada da preocupação com o saneamento básico (interrompida durante o período da Idade Média).

Porém, assim como na Europa, as ações de saneamento eram tidas como individuais. O que se sabe é que, aqui no Brasil, escravos eram responsáveis por pegar água para a Casa Grande e carregar suas fezes e de seus senhores para um local afastado.

Os “escravos tiges”, como eram chamados os trabalhadores que carregavam as fezes, tinham as peles queimadas pelos respingos dos excrementos e o calor do sol. As marcas deixadas pelas queimaduras justificavam o apelido desses escravos, que eram distintos pela força e pela utilidade da profissão (BBC NEWS-BRASIL, 2019).

Em Manaus, o destino dado aos resíduos domésticos emparelhava com o do lixo público, conforme descreve Mario Ypiranga Monteiro em seu livro O Tigreiro. Para as terras do Remédio de São Vicente-de-Fora e os baixios da Fortaleza, “convergiavam os tigreiros com seus barris inconfundíveis locupletados de matéria fecal coletada à alva das portas das moradas de casas, dignos cidadãos da póvoa” (MONTEIRO, 1997, p. 8).

Durante séculos a água foi considerada um bem público de quantidade infinita, à disposição do homem por se tratar de um recurso natural autossustentável pela sua

⁴ Novo Marco do Saneamento PROHIDRO. Disponível em: https://www.prohidrojr.com/single-post/o-novo-marco-do-saneamento?gclid=Cj0KCOjwhY-aBhCUARIsALNIC07I2dvNKmR0BEe0n4raapEsTt7DkZHNckfOpwUSfKzreB4dXiqCXOcaApgEALw_wcB. Acesso em 09/10/2022.

capacidade de autodepuração. Porém o crescimento das cidades aumentou de tal forma a quantidade de esgotos lançados nos córregos, rios, represas e lagos próximo às aglomerações, que a capacidade de autodepuração desses corpos receptores foi superada pela carga poluidora dos efluentes.

Bachelard (1998), aponta que há uma semelhança entre os seres humanos e a água. A água é um elemento transitório, é mutante, uma metamorfose que acontece no encontro dos seres humanos com a água. Tudo se transforma num processo permanente e constante, tudo passa, tudo vai como a corrente do rio. Heráclito de Éfeso afirmava que o homem não se banhava por duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas e o próprio ser humano se modificou. Isso acontece porque em profundidade o ser humano tem o destino da água que corre, ambos são seres de vertigem, morre a cada minuto (alguma coisa de sua substância), portanto, estão em permanente e constante mudança.

1.4 O controle das águas: os seus lugares em Manaus

Tudo começa com as condições e melhoramentos do sistema de abastecimento de água, cuja primeira estação de captação foi construída no bairro hoje conhecido como São Jorge. Utilizando o manancial do Igarapé da Cachoeira Grande, o ano era 1883, ano do início da construção, cuja inauguração se deu em 1888, tendo como presidente da Província, José Lustosa da Cunha Paranaguá. Tal como se vê no seu relatório “a água é límpida, tem uma temperatura média de 24° centígrados, sabor agradável, dissolve bem o sabão, coze os legumes e não apresenta vestígios sensíveis de matérias orgânicas, ou terrosas em dissolução” (Relatório José Lustosa Paranaguá, 1883, p. 71).

Figura 1 - Igarapé da Cachoeira Grande



Fonte: Álbum Amazonas 1901-1902.

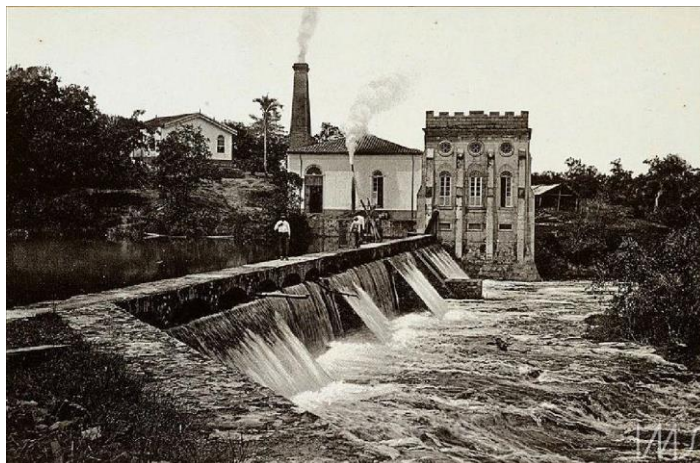
O Relatório José Lustosa Paranaguá data de 1883, e traz várias informações como as condições técnicas do Igarapé, apontado por Melo (1991), várias afluentes do Igarapé da Cachoeira Grande começam a ser explorados, especialmente aquele que fica à margem direita, 400 metros acima da Cachoeira, preferido pela abundância das águas e pelo seu nível que é superior ao das maiores enchentes do Rio Negro.

Figura 2 - Hidrelétrica da Cachoeira Grande- 1904



Fonte: marcuspessoa.com.br. Acesso em: 22/07/2022.

Figura 3 - Cachoeira Grande, no bairro São Jorge



Fonte: Brasileira Fotográfica. Foto de George Huebner (1890).

O projeto organizado pelo engenheiro ajudante da Diretoria das obras Públicas, Lauro Batista Bittencourt prevê que as águas do Igarapé da Cachoeira conseguirão mover duas turbinas Fourneyron, que transmitirão o movimento a duas bombas de duplo efeito, elevando a água para um reservatório 40 metros acima do nível das bombas. A represa mede 104,30m de comprimento, por 3,50m de espessura e 3,80 de altura e o reservatório 47m de comprimento, 32m de largura e 4m de altura, com capacidade para armazenar 4.592 m³ de água. A fabricação do reservatório foi feita na Inglaterra pelo Srs. John Moreton & Cia, além dos aquedutos, turbinas, encanamentos, bombas, engrenagens, bicas e fontes.

Com a construção da Captação de Água foram instaladas 33 bicas provisórias em vários locais da cidade, suprimindo com água encanada do asilo orfanológico a Santa Casa de Misericórdia, o Quartel do 3º Batalhão de Artilharia, o Quartel da Polícia, o Palácio da Presidência e o Instituto Amazonense. Em 1899, a população começa a se beneficiar do serviço de distribuição de água. Diferentes ruas e praças passam a ter torneiras provisórias, por meio dos quais o povo faz uso desse abastecimento.

A prestação dos serviços da Estação d'água da Cachoeira Grande foi feita pela Manaós Railway Company, cuja concessão durou 27 anos. Pertencia ao grupo Booth, também proprietário da Manaós Tramways. Um episódio foi marcante na trajetória política e social do sistema de abastecimento d'água de Manaus, conhecido com a Revolta Contra a Manaós Improvement's Limited, cuja concessão se deu em março de 1907. A empresa sediada em Londres era responsável em executar obras hidráulicas em todos os ramos: abrir, fazer, edificar e construir poços; estabelecer e manter reservatórios, obras hidráulicas, cisternas, bueiros, camadas de filtro, canos, aparelhos

principais e outros; executar e fazer obras e coisas necessárias, ou convenientes para obter, depositar, vender, entregar, medir e distribuir água. Ainda de acordo com a História do Abastecimento de água de Manaus, a mesma tinha uma série de vantagens, ainda, poderia levar efeito todos e qualquer contratação de pessoas, firma, associação ou companhia em qualquer parte do mundo e cujo contrato valia a execução de todos os serviços de águas e esgotos (MELO, 1989).

Conforme Loureiro (2008), em seu livro “A grande Crise”, Bittencourt foi retirado por um grupo de oficiais da Polícia Militar, que entregaram o governo a Pedrosa, a 1º de janeiro de 1913, que ao assumir, deu por encerrado o acordo, empossando os deputados oposicionistas e promulgando uma nova Constituição, na qual eram abolidos o Senado Estadual e o cargo de vice-governador. Os atingidos entraram com os recursos legais, mas apesar da vitória, não foram atendidos pelo governador.

O quartel do batalhão de segurança da Polícia Militar transformou-se em reduto político, prendendo, surrando e deportando adversários, num gesto de total subversão das leis. Os soldados induzidos por seus superiores e políticos, desfilavam arrogantes pelas ruas. “As pessoas presas eram levadas a penitenciária onde eram surradas impiedosamente e algumas deportadas para o interior. Por ordem superior jornais foram empastelados e incendiados seus prédios” (COLLYER, 1998, p. 171).

A esta altura os preços das taxas de água e esgoto, cobrados pela concessionária Manáos Improvements, foram aumentados. A força pública foi usada para invadir domicílios e cortar o abastecimento dos usuários em atraso, mas dentro em pouco, os próprios militares recusavam-se a realizar esta tarefa (LOUREIRO, 2008). Isto causou uma indenização de 7.500 contos de réis paga pelo Estado à concessionária e o chefe dessas rebeliões era o vice-governador Guerreiro Antony, que foi perseguido e teve sua residência, na Rua Henrique Martins, invadida e saqueada. A Infantaria do Exército botou seus homens nas ruas, restabelecendo a ordem pública, bombardeando inclusive o quartel da Polícia Militar, o que ocasionou a morte de soldados e deixou dezenas de feridos (COLLYER, 1998). A necessidade de reconhecer e padronizar o ambiente é importante e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que os episódios históricos, sem dúvida, podem servir como um vasto sistema de referências, como se fosse um elo estratégico entre o passado e o presente.

A destinação de políticas públicas culturais nos segmentos de imóveis históricos, torna possível a otimização de bens anteriormente abandonados e

esquecidos conforme o avançar do tempo, além de perderem as suas funções, bem como comprometendo os espaços com a ocupação irregular, tornando verdadeiros ambientes de criminalidade, pois a sua utilização se fragiliza e tal abandono compromete a sua utilização. Weber (2001, p. 81) aponta para os construtos da funcionalidade do contexto em que se insere:

Quando a ciência empírica aborda uma determinada variedade como sendo uma “coisa” e como uma “unidade”, por exemplo, uma personalidade de determinado homem histórico e concreto, este objeto é sempre definido e determinado “relativamente”; isto quer dizer que é apresentado apenas como uma “intuição” empírica com um determinado conteúdo, mas que, nem por isso, é necessária e exclusivamente só um “construto artificial”, cuja “unidade” é determinada mediante a “seleção” daquilo que, concernente aos fins de pesquisas, se apresenta como “essencial”. Poderíamos dizer que é um “produto do pensamento” ou um “produto mental” que tem uma relação funcional com a realidade “dada”, portanto, é somente um conceito, afirmação que não é válida apenas no caso em que se entende por este termo uma parte da realidade dada, que foi construída “artificialmente”.

Toda lembrança é uma reconstrução do passado a partir dos olhos e dos valores de um indivíduo e de um conjunto de indivíduos. Conhecemos em nossa vida cotidiana, que ao lidar com a memória trabalhamos também com o esquecimento tal como aponta (SILVA, 2018).

Entendemos que é fator essencial para o desenvolvimento econômico e social de uma cidade, a decisão da construção de reservatórios, tratamento de água e esgotos, sistemas de drenagem, tratamento de resíduos, entre outros. Tudo isso determina a melhoria da qualidade de vida de uma população, na busca da sustentabilidade e equilíbrio dos recursos hídricos, fortalecendo a expansão do turismo, na valorização dos imóveis e outros ambientes.

Precisamos considerar que o saneamento enquanto objeto substantivo é sua dimensão transversal, na medida em que se associa a diferentes dimensões da realidade, tanto econômica na sua relação de infraestrutura e desenvolvimento, como no tocante ao bem estar das pessoas – em que se pese a articulação entre as duas. Na segunda dimensão, a reflexão sobre saneamento é indissociada das questões ambientais (embora não subsumida a elas), e em termos finalísticos de seus efeitos sobre a saúde, traz à tona elementos valorativos que conduzem toda decisão de política pública. E remete a indagação: porque saneamento é importante? Por que a sua trajetória é ponto fundamental para nossa evolução? (HELLER, 2018).

CAPÍTULO II - PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

2.1 O poder político do saneamento básico

2.1.1 Lugares de memória

Para um processo permanente de construção e reconstrução, é necessário entender que é a construção de “lugares de memória”, que proporcionam a conservação, a discussão e socialização das memórias individuais e coletivas. Para (NORA, 1993, p. 7-9),

A reconstrução do passado, enquanto aquilo que não existe mais, por intermédio da história como uma operação intelectual e laicizante, que demanda análise e discurso crítico se encontra num patamar diferente do lugar de memória que não só defende algo ameaçado, mas que nasce e vive do sentimento de que não há memória espontânea e que é preciso sentimento de continuidade residual a eles, de reconhecimento e de pertencimento à memória que eles representam.

Este autor, ao criar a definição “lugares de memória”, teve como objetivo evitar o desaparecimento dos registros históricos e, para isso, realizou um inventário de locais no presente que continuavam repletos de passado: arquivos, monumentos, museus e outros espaços específicos. Dessa forma, “lugares de memória” podem ser de objetos materiais e concretos até vestígios imateriais e orais. Porém, eles só se convertem em “lugares de memória”, se as imaginações coletivas investem-lhes como lugares simbólicos (IBIDEM, 1993).

Para Le Goff (2003), a construção da memória constitui importante função social, na medida em que se reproduz informações mesmo ante a ausência de dados escritos, baseando-se no estudo de objetos que marcaram o seu acontecimento.

É importante destacar, dessa memória coletiva e afetiva, o patrimônio construído para valorização de uma época, o conhecimento como uma reconstrução dos fatos, além da identificação política e cultural apropriada nas edificações existentes e o reconhecimento das falas, dos saberes, da história envolvida.

Seguindo o pensamento de Bourdieu (1996), a construção sociológica não se refere aos espaços topográficos, mas sim pressupõe desvendar as relações sociais que se dão nos espaços de natureza objetiva e simbólica.

Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em que um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum* como dizia a escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (IBIDEM, 1996, p. 48).

Ainda na mesma linha, acrescenta-se à construção do espaço social de Bourdieu:

O pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e mais ambicioso do que o curioso pelos exotismos, objetiva aprender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço e que ele acha que pode representar em um modelo que tem a pretensão de *validade universal*. (IBIDEM, 1996, p. 14).

Significativamente o “habitus” do capital simbólico nos leva ainda a um jogo científico,

O habitus científico é uma regra feita homem, ou melhor, uns modos operandi científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer, no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia de fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada (IDEM, 1989, p. 23).

O imaginário dava lugar à vida, como era descrito por Carvajal (1941, p. 50),

Vimos uma boca de outro grande rio, à mão esquerda, que entrava no que navegávamos, e de água negra como tinta, e por isso lhe pusemos o nome de Rio Negro. Corria ele tanto, e com tal ferocidade que em mais de vinte léguas fazia uma faixa na outra água, sem misturar-se com a mesma”.

A busca desse pertencimento e a memória do encontro das águas entre o Negro e o Solimões mostram as visões do mundo, criando uma relação social entre o inédito e o patrimônio natural. Na construção da cidade de Manaus, no século XIX e início do século XX, as intervenções urbanas foram orientadas a partir das modificações sanitárias, estéticas e disciplinares, estruturadas por programas de melhoramento e embelezamento que o modelo de urbanismo impôs à época. A importância de entender as relações da nossa sociedade com o ambiente, que hoje é um problema que se apresenta como prioritário ao se pensar as cidades, demonstra que as ações e as

intervenções urbanas devem encontrar soluções que inventem formas novas de se relacionar com seus patrimônios naturais e culturais, o que implica rever as próprias concepções acerca do homem e suas sociabilidades diante do ambiente, presentes em nossa cultura através da nossa história.

Segundo Pesavento (2002), a narrativa dos autores Thiago de Mello e Jeferson Peres descrevem que Manaus possuía valor de uso. A cidade pertencia a seus moradores. As praças, os cinemas, o mercado, as ruas e avenidas faziam parte da vida de cada um. As calçadas eram locais de conversas, o banho, nos igarapés limpos e convidativos era um direito de todos depois da semana de trabalho e estudo. Havia, por parte dos moradores, o sentimento de pertencimento à cidade. Esta sociedade possuía “o poder simbólico de domínio sobre a cidade, do sentir-se urbano, do ser visto e reconhecido” (IBIDEM, 2002, p. 98).

“Para bom esgoto, água muita”, revela o relatório apresentado em 1900 pelo Secretário de Negócios do Interior, Francisco P. R. Bittencourt, ao governador Ramalho Junior. Melo, (1991), acrescenta que, no ano de 1900, o rio Negro é proposto como receptor do lançamento do esgoto sanitário, por ser considerado como purificador das águas de esgoto pelos fenômenos mecânicos, físicos e biológicos.

Quando tratamos de áreas urbanas, as questões do saneamento ambiental do município são prioritárias, sendo um pré-requisito para a qualidade ambiental e despoluição dos cursos d’água, além de diminuir os riscos e melhorar as condições estéticas desses mananciais. Já nesta época começou a impermeabilização excessiva do solo urbano, como consequência da implantação de vias de circulação, confecção de calçadas e construção de casas nas várzeas dos cursos d’água, aumentando a ocorrência de enchentes e de alagamentos, com reflexos negativos nas atividades urbanas e em problemas pertinentes à saúde pública.

As propostas do governo de José Cardoso Ramalho Junior geraram duas alternativas sobre o lançamento de esgoto, que foram postas em questão: Na primeira alternativa as terras afastadas do perímetro urbano foram inviáveis devido a sua topografia cortada por igarapés. Na segunda alternativa foi considerado o rio Negro, por ser extenso e possuir aumento de velocidade em determinada época do ano, sendo escolhido para receber os produtos de esgoto, por não possuir cidades vizinhas (OLIVEIRA, 1991).

Fato histórico ocorrido em 1913 foi a manifestação popular em protesto as altas taxas que eram cobradas pelos serviços de água e esgoto, que acabou resultando na

depredação da empresa. Após este acontecimento a concessão estrangeira chegou ao fim, o Estado então assume os serviços e em 1969 é autorizada a criação da Companhia de Saneamento do Amazonas – Cosama, com vários acionistas, pertencendo ao Governo do Estado metade das ações e a outra metade distribuída entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, Centrais Elétricas do Amazonas, Municípios do Amazonas, tais como São Paulo de Olivença, Barcelos e Autazes (BACELAR, 2003).

Somente em 1943, o escritório Saturnino de Brito organizou o primeiro projeto de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários da cidade de Manaus. Esse mesmo relatório descreve que as inúmeras casas construídas às margens do rio deveriam ser demolidas para que, em toda a extensão dos limites da cidade, ficasse uma margem de domínio público, para que fossem instalados sistemas de esgotos sanitários e evitar poluições locais no período de secas do rio. Porém, esses critérios não foram seguidos, e uma cidade flutuante foi criada, onde casas foram construídas sobre toras de madeira em situações de higiene das mais condenáveis (SANTOS, 2006, p. 28).

Em 1961, de acordo com o engenheiro e pesquisador Durango Duarte em seu livro *Manaus: séries 1960*, dois fatores se apresentavam como críticos: o dramático quadro de abastecimento de água de Manaus e as incontáveis e frequentes queixas de prejuízos aos consumidores. As condições energéticas fizeram o governador Gilberto Mestrinho, junto a Centrais Elétricas de Manaus – CEM, a instalação de conjugados dinamarqueses para evitar a interrupção do bombeamento para os reservatórios existentes e evitando o risco de interrupção no abastecimento de água por falta de energia na Estação do bombeamento da Ponta do Ismael.

Ainda em 1963, Plínio Coelho sucedeu a Gilberto Mestrinho no governo do Estado. Diante da magnitude do problema, decidiu lançar uma campanha inusitada. Pedia para que a população de fumantes da capital amazonense deixasse de consumir cinco cigarros por dia. O apelo pregava que o fumante que aderisse, economizaria o suficiente para pagar uma taxa de colaboração mínima mensal. O arrecadado seria destinado à manutenção dos serviços de água, tratamento, ampliação da rede aos bairros e ruas que não tinham água encanada. Evidentemente, a campanha não teve sucesso e nada do que o governador pretendia foi realizado.

Em 13 de novembro de 1969 foi criada a Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, autorizada pela Lei Municipal nº 1053, o seu intuito era a exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, dando

continuidade ao processo de desenvolvimento neste seguimento. Sede inaugurada no dia 5 de outubro de 1970, localizada na Rua Miranda Leão, nº 42, sob a direção de Alberto de Rezende Rocha, o primeiro presidente da companhia (MELO, 1991).

Em 1.º de abril de 1972, no governo João Walter de Andrade, tendo como diretor-presidente da Cosama, na época, o engenheiro sanitarista Waldir dos Santos Brito, foi inaugurado na tomada d'água da Ponta do Ismael, no bairro da Compensa, a primeira etapa da Estação de Tratamento de água de Manaus e, no ano seguinte, a segunda etapa (IBIDEM, 1991).

É importante salientar que essas obras foram projetadas para atender uma população de 750.000 habitantes, e considerando dados do IBGE (IBGE, 2002), a cidade de Manaus foi a que mais cresceu na década de 1960 a 2000, com o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais atraídos pela Zona Franca de Manaus, proporcionando uma grande demanda de mão de obra com a imigração de população de municípios do Amazonas e de outros Estados.

No período de 1988 a 1991, a estação de tratamento de água de Manaus é ampliada e modernizada para cumprir normas exigidas pela Organização Mundial de Saúde – OMS e assegurar a qualidade da água de Manaus para o consumo humano.

No dia 4/7/2000 foi firmado o Contrato de Concessão entre o município de Manaus, a Concessionária Manaus Saneamento S.A. e COSAMA, com prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da efetiva assunção dos serviços. Em 11/8/2000 a empresa passou a se chamar Águas do Amazonas S.A. A partir desta data, os seguintes eventos ocorreram em relação aos serviços de saneamento básico prestados na região (MANAUS, 2014).

Em um leilão realizado no dia 29 de junho de 2000, na bolsa de valores do Rio de Janeiro, a SUEZ, empresa francesa que atua na área de abastecimento de água, foi vencedora do leilão da Manaus Saneamento, subsidiária integral da COSAMA que, em 11 de agosto de 2000, passa a se chamar Águas do Amazonas S. A. O grupo francês SUEZ é líder mundial na gestão de serviços de água e esgoto, atendendo a mais de 100 milhões de clientes. “Na sequência, com um lance de R\$ 193.000.000,00 feito pela *Ondeo Services*, a empresa arrematou a Manaus Saneamento, e os novos administradores assinaram o contrato de concessão no dia 4 de julho de 2000, assumindo imediatamente as operações da empresa” (BACELAR, 2003, p. 29). Mesmo tendo havido várias mudanças nas empresas que geriram a companhia de saneamento da cidade pouco ou quase nada foi realizado no sentido de preservar a

história dos sistemas antigos que até os dias atuais poderiam ser utilizados para escrever uma nova história⁵.

2.1.2 O Empoderamento das “boas águas”

Manaus, o Lugar da Barra do Rio Negro, lugar imponente considerando sua localização próxima da confluência do Rio Negro e Rio Solimões. Suas histórias inúmeras vezes contadas por diversos autores, confronta sua origem indígena miscigenada por europeus. Se quisermos lançar novos alicerces para sua criação teríamos que buscar outros remanescentes físicos e culturais para uma nova investigação e um novo olhar dos elementos de memória da vida urbana.

A localização geográfica da cidade de Manaus, implantada no centro da maior bacia hidrográfica do mundo, certamente seria um fator que favorecia um manancial seguro para a população do lugar. A cidade localiza-se às margens do Rio Negro e durante o período provincial era bastante recortada por igarapés, muitos dos quais aterrados na última década do século XIX. Inserida em um contexto eminentemente aquático, provavelmente a população local não tinha dificuldades em se abastecer de “boas águas” (MESQUITA, 1999).

Faltando 20 anos para inaugurarmos um novo século, Dr. Satyro de Oliveira Dias, presidente da Província, entendeu a preocupação com a qualidade de vida da população. Em sua fala à Assembleia Legislativa Provincial em 04 de abril de 1881, menciona as dificuldades de abastecimento com as distâncias das fontes de água às condições de higiene dos igarapés, frequentado por carroceiros, que abasteciam pipas; lavadeiras, e pessoas que de uma forma geral costumavam banhar-se nas águas, e até proceder a lavagem de animais (MELO, 1991).

Mario Ypiranga Monteiro afirma que o primeiro esgoto de que se tem notícia partiu do alto da praça da Imperatriz para o rio Negro, em 1866, segundo aprovação da Assembleia Legislativa Provincial em outubro. Na época, a crise de higiene

⁵Para se ter uma ideia mais ampla sobre a prestação dos serviços de abastecimento de água em Manaus, é importante conhecer a transformação da oferta do sistema público em serviço concedido. Segue no anexo I os dados históricos desde o período colonial até o ano de 2017, disponibilizados através dos relatórios de atividades da ARSAM (Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas) – 2013/2017

européia era universal, principalmente em se tratando da região mais aberta e receptiva à entrada do progresso técnico, principalmente antes das grandes aventuras no campo da química, da biologia, da medicina preventiva, da profilaxia individual”, ainda prosseguia em sua explicação: “Mas os banhos na Europa tal como ainda hodiernamente, eram proibitivos a certa camada social, não somente na sazão invernal, à carência de possibilidades para sua constância e efetividade (MONTEIRO, 1997).

É importante citar que mesmo com a implantação dos esgotos internos e externos para captação de restos de animais e das águas pluviais e ter água encanada, as epidemias continuaram na nossa região, ora vindo do resto da América, como a febre Amarela, ora da Europa epidemias de gripe e de cólera.

Com essas lições de Saúde Pública se permite o luxo de fechar os olhos às mesmas facilidades encontradas no passado: casebres imundos às margens do igarapé e amontoado de lixo e de fezes, venda indiscriminada de guloseimas na via pública sem a necessária licença e cautela contra infecções, as tais guloseimas denominadas humoristicamente pelo povo “espera-me no céu”, “Jesus te espera” (MONTEIRO, 1997, p. 19).

De acordo com sanitaristas da época, para evitar as diversas enfermidades recomendava-se a filtragem e a ferverura no consumo das águas dos igarapés, principalmente na época das cheias.

Ainda temos na ‘fala’ do Dr. Satyro de Oliveira Dias, condicionantes de um melhor entendimento, considerando o documento da época, para o melhoramento das fontes e abastecimento de água potável para a capital: atendendo as ponderações que vos diz o ano passado acerca da Lei 427 de 19 de Maio de 1879, resolvestes revogá-la, e voltastes a de n.º 503 de 3 de Novembro de 1880, pela qual foi a presidência autorizada a despende a quantia de 20 contos de réis com a construção de um reservatório ou com a represa das águas da vertente do Mocó no igarapé de Manãos, ou com obras necessárias para melhorar aquele manancial de modo a poder ser abastecida a população da capital de água potável em condições de asseio e pureza (PROVÍNCIA DO AMAZONAS, 1881).

Devido à tendência dos hábitos indígenas, Manaus não se enquadrava totalmente ao padrão europeu, suas características regionais se misturavam aos benefícios introduzidos pela indústria e pelas modernas noções de higiene. “O traçado da capital da província do Amazonas obedecia praticamente aos ditames da natureza:

era desenhada por vários igarapés, seu relevo era bastante acidentado, com morros e ladeiras”; além disso, era comum nas construções residenciais o uso de materiais da região, tais como a madeira e o barro (MESQUITA, 1999, p. 36).

Vários relatos descrevem como aspecto urbanístico desorganizado, apenas um aglomerado definido com os caprichos da natureza: diversos igarapés recortavam irregularmente a cidade, cujos limites eram definidos muitas vezes por acidentes naturais. “Manaus era a capital provincial localizada na região mais distante da Corte e para chegar a ela era necessário empreender longas e nem sempre cômodas viagens pluviais” (MESQUITA, 1999, p. 122).

Considerando o trânsito de embarcações na malha de rios amazônicos apenas na metade de 1860 as restrições à navegação internacional foram liberadas. D. Pedro II baixou o Decreto 3.749 de 7 de dezembro de 1866, abrindo aos navios mercantes de todas as nações e com navios estrangeiros à porta, Manaus inseriu-se na rota do comércio exterior: encurtou as distâncias com o mundo: contabilizou excelentes resultados econômicos e socioculturais. Logo se implantaram as primeiras linhas incentivadas de navegação de longo curso. Em 1874, o navio *Mallard*, da frota de Alexandre Amorim, fez a viagem inaugural entre a Europa e o porto de Manaus. Em 1877, os navios da *Red Cross Line* começaram a fazer a linha Liverpool – Manaus e em 1881, a *Booth Stean Ship Company Ltd.* Implantou a linha Nova York-Manaus-Nova York, e assim intensificou-se o tráfego de navios a vapor na malha fluvial do Amazonas (GARCIA, 2005).

Esta conquista tornou possível a chegada dos engenheiros, em 1906, da empresa Manáos Improventes, com o projeto sob o título de “Saneamento de Manaus” todos os serviços de abastecimento de água e serviços de esgoto vira notícia nos jornais cariocas e toda a lembrança do paraíso do consumo com a *Belle Époque* Manauara na sua sequência.

Segundo a pesquisadora e jornalista Regina Melo em seu livro *História do Saneamento de Manaus* (1991), os primeiros passos para o abastecimento de água potável começaram a ser dados na administração do então presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá por volta dos anos de 1883. A Diretoria de Obras Públicas procedeu à exploração dos mananciais das fontes do Mocó, Castelhana e igarapés da Cachoeirinha, Cachoeira Grande e seus afluentes. Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha era jornalista, filho do primeiro presidente da província do Amazonas, chamado João Batista de Figueiredo Aranha (1987, p. 15-16) descreve:

Era cortada a cidade da Barra [...], ao Norte pelo igarapé da Castelhana, que desagua no da Cachoeira Grande e pelo dos Remédios (Aterro), no lugar denominado Mocó, cujas águas lançam-se no Rio Negro. Este último igarapé dividia o bairro da Republica do dos Remedios. Ao Occidente o igarapé da Cachoeira Grande limitava a cidade, e entre elle e o do Espírito- Santo corriam os igarapés de S. Vicente, cuja fonte estava situada na extrema Occidental da rua da Palma, hoje denominada Saldanha Marinho; e o da Bica, seu afluente, que nasce na rua 10 de Julho, ainda não existente nessa epocha, e cujo leito se estende ao longo do largo da Pólvora, formando com o igarapé da Cachoeira Grande o arrabalde denominado Cornetas e Sacco do Alferes. Abaixo do igarapé de S. Vicente desaguava no Rio Negro um outro que se denominava de Seminário, cuja nascente era na rua Brasileira, tendo sido transformado depois na praça da Imperatriz. Esses dois igarapés formavam o bairro de S. Vicente, assim como o do Seminário e o do Espírito-Santo o bairro que tomava deste o nome. O igarapé de S. Vicente lança-se por duas boccas no Rio Negro e forma a ilha de S. Vicente, onde se acha installada a enfermaria militar. Também desagua no mesmo rio o igarapé do Espirito-Santo, cuja nascente estava próxima do lugar onde se acha edificado o theatro.

Para onde quer que nos voltemos, deparamos com as mesmas antinomias. Temos certa ideia tradicional do que nós mesmos somos como indivíduos. E temos certa noção do que queremos dizer quando dizemos “sociedade”. Mas essas duas ideias - a consciência que temos de nós como sociedade, de um lado, e como indivíduos, de outro – nunca chegam realmente a coalescer. Decerto nos apercebemos, ao mesmo tempo, de que na realidade não existe esse abismo entre o indivíduo e a sociedade. Ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos. Mas quando tentamos reconstruir no pensamento aquilo que vivenciamos cotidianamente, na realidade verificamos como naquele quebra-cabeça cujas peças não compõem uma imagem íntegra, que há lacunas e falhas em constante formação em nosso fluxo de pensamento (ELIAS, 1994).

Figura 04 - Igarapé do Espírito Santo - Avenida Eduardo Ribeiro



Fonte: <<https://manausdeantigamente.blogspot.com/>>, acesso em 25/07/2022.

Estamos em 1902, o governador Silvério José Nery perante o Congresso dos Representantes, divulga que a Manáos Railway Company, empresa de capital estrangeiro, mediante contrato de 20 de julho de 1898, mantinha o bombeamento da água dos Mananciais da Cachoeira Grande para os reservatórios do Mocó e da Castelhana.

No seu livro “O Instituto do Tombamento e Proteção do Bem Cultural”, Robério Braga (2007) conceitua o Bem Cultural como meio ambiente e afirma: Não só a ciência jurídica cuida do instituto do bem, nem mesmo pelas razões que o fundamentam no campo do direito. Assim fazem a psicologia quando trata dos chamados guias de valor, a economia que se debate entre bem e necessidade do ser humano; a física e a medicina também a ele estão atentas, esta que cuida da proteção primeira da vida, e que mais recentemente se vem dedicando, acertadamente, a apreciar questões relativas ao meio ambiente como peculiares para o homem, sob o aspecto relevante da qualidade de vida (IBIDEM, 2007).

Isto nos remete ainda a entender a fala do governador Silvério José Nery, nesta época, revelando na mensagem do Estado: “Manáós, cidade de construção recente, não obedeceu, com pesar o declaramos a determinados preceitos de higiene geral”, contestando perante o Congresso: “No meu relatório de 1899 enumerei o grande alcance do beneficiamento da água fornecida à população; infelizmente continuamos no mesmo estado de cousas” (IBIDEM, 2007).

2.1.3 Tombamento e Registro

Sendo a cidade, por excelência, o “lugar do homem”, ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados. Pesavento (2002, p. 9) relata o que de mais importante temos: nosso Patrimônio. “O Patrimônio pode herdar uma pertença a uma família ou a uma nação. Conceituando é possível falar-se de um patrimônio cultural ou simbólico.”

Ao conceituar a palavra patrimônio, verifica-se que ela possui dois vocábulos: *pater* e *nomos*. *Pater* significa, etimologicamente, o chefe de família e, em um sentido mais amplo, os nossos antepassados. Vincula-se, portanto, aos bens, haveres ou heranças por eles deixados e que podem ser de ordem material ou imaterial. *Nomos* significa, em grego, lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade.

Portanto, o patrimônio está ligado ao contato permanente com as origens que fundaram uma sociedade e à ética de uma determinada comunidade. A história, a memória e a identidade cultural são valores que garantem a preservação do patrimônio e a ampliação na representatividade destes bens, são heranças para as gerações futuras. Diante disso, podem ser citadas duas acepções do Patrimônio Cultural:

Patrimônio Cultural é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937).

Artigo 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo Primeiro – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Parágrafo Segundo – Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quanto delas necessitem.

Parágrafo Terceiro– A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Parágrafo Quarto – Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

Parágrafo Quinto – Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (**Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988).

Com o avanço das pesquisas e do entendimento de que a política de preservação do patrimônio cultural precisava ampliar o conceito de patrimônio, baseados nos princípios modernizadores estabelecidos na Constituição Federal de 1988, várias ações foram intensificadas durante a década de 2000 e 2010, que culminaram num grande avanço de tais políticas, implicando em diversas ações inovadoras produzidas pelo IPHAN, desenvolvendo instrumentos capazes de fortalecer as ações de preservação do patrimônio cultural, dentre as mais importantes citadas a seguir:

1. A atualização do conceito de patrimônio, adequando-o à diversidade cultural brasileira;
2. A formulação de diretrizes para orientar a ação institucional, tendo como foco o envolvimento da sociedade, a promoção do desenvolvimento local e a potencialização das possibilidades de fruição do patrimônio cultural;
3. A abertura para novas áreas de atuação, de forma a abranger os diferentes legados da cultura brasileira;
4. A formulação e a implantação de novos instrumentos de ação;

5. A revisão das metodologias de trabalho;
6. O fortalecimento do órgão nacional de preservação para dar suporte à ampliação do campo de ação;
7. O esforço para construir instrumentos de ação conjunta e de gestão compartilhada do patrimônio entre União, estados e municípios;
8. O progressivo e substancial aumento do investimento em preservação e promoção de bens culturais.

A água, considerada como um bem fundamental para a sobrevivência humana, é um patrimônio corpóreo, mas também um elemento que sempre norteou a trajetória vital da Região Amazônica.

A cidade de Manaus, com sua condição urbana aqui presente por meio da trajetória do abastecimento da água, nos traz desafios através de edificações históricas, sistemas, redes e políticas públicas na recuperação de uma memória urbana, evocando sentidos, vivências e valores. Ao considerar essas narrativas, estamos identificando elementos de representatividade para uma metodologia única e consequentemente uma proposta para reconhecimento, tombamento e registro.

Identificamos avanços conceituais relacionados à ampliação na noção de patrimônio e a nova perspectiva econômica que fundamenta o conjunto de intervenções, ações e instrumentos que promovem sua preservação, novas visões nos campos da arquitetura, história da arte e planejadores urbanos que nos leva a adotar métodos científicos para a preservação, tal como afirma Lemos (1981, p. 77), “O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho – A conservação e a restauração de monumentos são fundamentalmente atividades interdisciplinares”.

Para identificar as metodologias preconizadas pelo IPHAN, é primordial discorrer sobre a importância do patrimônio cultural, a criação do IPHAN enquanto órgão responsável pela proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, a diversidade de bens culturais, bem como sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural.

O IPHAN, atualmente vinculado ao Ministério do Turismo, teve sua criação efetivada em 13 de janeiro de 1937, durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas. A preocupação com a preservação do patrimônio surgiu desde 1936, em virtude das inúmeras obras de modernização que estavam ocorrendo no Rio de Janeiro, naquela ocasião capital federal do Brasil, quando Gustavo Capanema, então Ministro da

Educação e Saúde, solicitou que Mário de Andrade elaborasse um anteprojeto de lei para a salvaguarda desses bens, confiando a tarefa de implantação do Serviço do Patrimônio a Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Assim, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº25, que organiza a ‘proteção do patrimônio histórico e artístico nacional’, sendo um dos instrumentos mais importantes que até os dias atuais, vem garantindo a permanência de grande parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro. Nesses 84 anos essa legislação tem sido peça fundamental nas ações de fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação, bem como revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis.

Tendo sido uma ação de vanguarda para os anos de 1937, que para além dos Artigos 17 e 18 – que tratam da proteção das coisas tombadas e de seu entorno, foi objeto de reflexão por Mário de Andrade a preservação da memória nacional, visando conscientizar a sociedade brasileira da importância dos bens simbólicos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos⁶.

Nesse diapasão, o IPHAN discutiu com todo o seu corpo técnico – em consonância com todas as superintendências estaduais e com organizações internacionais, as ações de ampliação de proteção, preservação e valorização dos bens simbólicos do Brasil, durante mais de 60 anos, culminando com a edição do Decreto nº3.551, de quatro de agosto de 2.000, que institui o Registro dos bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Do exposto, ressalta-se que o IPHAN possui dois instrumentos legais de proteção do patrimônio material e imaterial: o instrumento do Tombamento e o instrumento do Registro, sendo o tombamento para bens materiais e o registro para bens imateriais.

Tem-se como bens de natureza material “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação

⁶IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>, acesso em 08 de junho de 2021.

a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”⁷.

Visando a proteção desses bens materiais, foram criados quatro Livros do Tombo, que se destinam a inscrição dos bens para tombamento:

1. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, destinado as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular;
2. Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
3. Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
4. Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Já para os bens de natureza imaterial, o IPHAN criou os seguintes livros:

- I. Livro de Registro de Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II. Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III. Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV. Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

A memória coletiva e os patrimônios nos últimos tempos tem sido uma construção contínua. Pensando no transporte dessa memória para o presente e a riquíssima diversidade cultural do patrimônio brasileiro, houve a necessidade de proceder com a ampliação da noção de patrimônio histórico e artístico nacional.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes: ofícios e modos de fazer, celebrações: formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, e nos lugares: mercados, feiras, sistemas, santuários que abrigam práticas culturais coletivas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural

⁷IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>, acesso em 08 de junho de 2021.

ao reconhecer a existências de bens culturais de natureza material e imaterial. Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais, que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A abordagem do patrimônio imaterial é transmitida de geração a geração, promovendo o respeito à diversidade cultural nos dando um sentimento de identidade e pertencimento⁸.

Uma das metodologias preconizadas pelo IPHAN chama-se Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. É uma metodologia em construção que corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e possui um conjunto de fichas estruturadas para captura e organização de informações conforme o objetivo do estudo ou inventário. É uma ferramenta pensada para permitir uma abordagem ampliada do patrimônio, seja ele material ou imaterial. Contém três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. É uma ferramenta básica para a construção da Rede de Patrimônio⁹.

Diante dessa sistemática e respeitando a legislação vigente é fundamental a criação de instrumentos adequados ao reconhecimento e a preservação desses bens. Neste sentido, é importante citar que toda lembrança é uma reconstrução do passado e essa reconstrução nos proporciona lugares de memórias materializadas onde esses vestígios imateriais e orais precisam despertar nas pessoas seu real valor.

2.1.3.1 Restauração e Conservação

Atualmente as técnicas de construção são mais modernas e mais eficientes, os materiais são de melhor qualidade podendo essas técnicas serem aplicadas e efetuadas as correções de defeitos de construção na prática da restauração do patrimônio abandonado.

As etapas que precedem um projeto devem estabelecer consultas aos órgãos fiscalizadores federais, estaduais e municipais do meio ambiente, os riscos, as

⁸Disponível <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/> acesso em 08 de junho de 2021.

⁹ Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/wp/patrimonioculturalcolaborativo/sicg/> acesso em 08 de junho de 2021.

interferências com concessionárias, com vizinhos, as vias de acesso, às condições geológicas dentre outros.

Um importante aspecto levantado por Viollet-le-Duc, (2004), arquiteto francês ligado à arquitetura historicista do século XIX, um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico, era absolutamente contrário à teoria de Ruskin (2008), que pregava total respeito à ideia original, que levava em consideração as transformações feitas em uma obra no decorrer do tempo, sendo a atitude a tomar de simples trabalhos de conservação, para evitar degradações, ou, até mesmo, atitude de pura contemplação.

Viollet-le-Duc (2004), aponta as primeiras instruções genéricas sobre a restauração de monumentos que apareceram na França, já no século XVIII. O exercício teórico das reconstituições era algo com tradição, que fazia parte do trabalho dos pensadores da Academia de França em Roma. Mas, se for o caso de refazer em estado novo porções do monumento das quais não resta traço algum, seja por necessidade de construção, seja para completar uma obra mutilada, então, o arquiteto encarregado de uma restauração deve imbuir-se bem do estilo próprio ao monumento cuja restauração lhe é confiada.

As práticas das restaurações devem ser efetuadas com a intenção de resgate da vida anterior vivenciada nos prédios históricos, o especialista deve construir no mesmo estilo anterior, embora tenha que refazer pedaços destruídos, para que gerações futuras possam ter acesso à história do monumento, mesmo sem terem vivenciado os momentos na história.

Outro aspecto levantado por Viollet-Le-Duc (2000), informa que nas restaurações há uma condição que prevalece e que se deve ter sempre em mente: a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por técnicas mais eficazes ou com melhor qualidade.

Assim nos relata Viollet-Le-Duc (2000, p. 57) que “em uma palavra, não devemos sustentar forças inertes agindo somente no sentido vertical, mas forças que agem todas em sentido oposto, para estabelecer um equilíbrio; toda supressão de uma parte tende, pois, a perturbar esse equilíbrio”. Se esses problemas colocados ao restaurador desencaminham e atrapalham a todo o momento o construtor que não fez uma apreciação exata das condições de equilíbrio, eles se tornam, em compensação, um estímulo para aquele que conhece bem o edifício a reparar.

Afirma, ainda, que, para prevenir um acidente, o arquiteto, nos casos difíceis das restaurações, deve prever tudo, e deve ter meios de prevenir as consequências desastrosas. O comprometimento da estrutura, da alvenaria, da cobertura do telhado de construção abandonada requer a aplicação de técnicas e habilidades para que sejam evitados os abalos que muitas vezes causam acidentes graves.

Algumas vezes Viollet-Le-Duc (2004, p. 29), alterou partes originais que considerava “defeituosas”, em vários exemplos não respeitou modificações posteriores, buscando a pureza de estilo, e não se acanhava em fazer reconstituições de grande extensão.

Choay (2001) enfatiza que, na Itália, assim como em outros lugares, os princípios de Viollet-le-Duc inspiraram as grandes restaurações, sobretudo em Florença, Veneza e Nápoles, onde Ruskin e Morris os atacam diretamente por terem um viés diferente. Confrontado com essas doutrinas, Boito (2001) retira o melhor de cada uma, uma síntese dos seus métodos, que aliás nem sempre haverá de aplicar em suas próprias restaurações.

Boito (2001), com Viollet-le-Duc (2004), contra Ruskin e Morris (2008), postulam a prioridade do presente em relação ao passado e afirma a legitimidade da restauração. É verdade que esta não passa de paliativo. Ela só deve ser praticada *in extremis*, quando todos os outros meios de salvaguarda (manutenção, consolidação, concertos imperceptíveis) tiverem fracassado. Então, a restauração se revela o complemento indispensável e necessário de uma conservação que, sem ela não pode subsistir nem mesmo em projeto (CHOAY, 2001).

É indispensável, na prática da restauração, considerar-se o sentimento das pessoas envolvidas neste processo, preservando sua história original, mesmo que para isso novos métodos de restauração sejam considerados.

Há que se destacar a importância das Cartas Patrimoniais, elaboradas tanto em nível internacional quanto nacional, o papel que desempenham na conservação do patrimônio cultural, até os dias atuais, quer seja de orientar e esclarecer dúvidas quer se proponham à concepção de normas legais e execução de estratégias que amparem a proteção e conservação de monumentos históricos, tais como: Carta de Atenas, de 1931; Carta de Veneza, de 1964; Carta de Paris, de 1972; Carta de Burra, de 1980, que serão tratadas posteriormente¹⁰.

¹⁰ Ver o anexo II

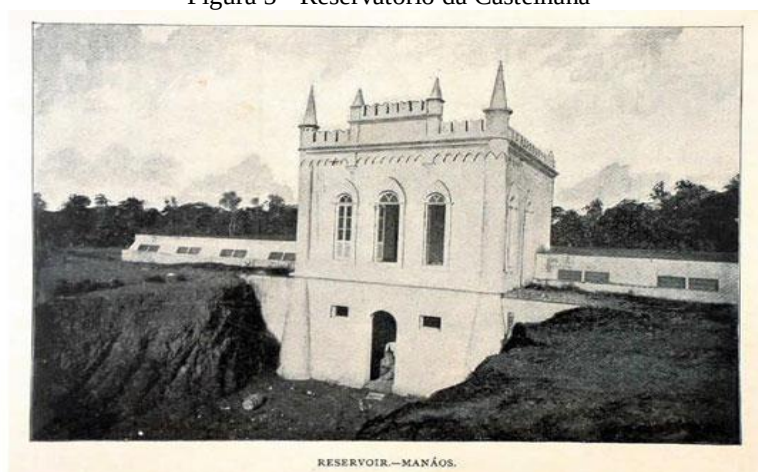
2.2 O Reservatório da Castelhana

As águas da Cachoeira Grande, com a captação passaram a abastecer diversos pontos da cidade e para isso foi construído, concomitantemente com a obra da represa, o Reservatório da Castelhana. O historiador Loureiro (2008), identificou semelhança arquitetônica entre o reservatório da Castelhana e a Casa de Bombas que fora projetada por Bittencourt (1883). Estes dois projetos seguem o estilo do Revivalismo Gótico.

Localizado na Av. Constantino Nery, em confluência com o Boulevard Álvaro Maia, s/n no Centro da cidade de Manaus, esta edificação foi reconhecida como patrimônio histórico, sendo tombado pelo Governo do Estado do Amazonas, através do Decreto 11.187, de 14 de junho de 1988.

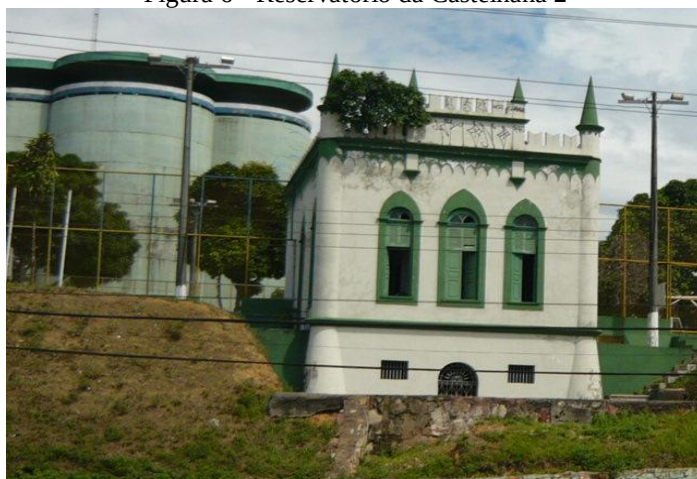
Foi construído abaixo da nascente da Cachoeira Grande, que deságua a margem esquerda do Rio Negro, entre as barreiras do bairro da cidade conhecido como Plano inclinado. A represa foi destinada a movimentar uma estação de bombeamento contendo duas turbinas e duas bombas, que abasteceriam o reservatório da Castelhana e o tanque de água do Bairro dos Remédios, situado na Rua Miranda Leão (antiga Faculdade de Direito).

Figura 5 - Reservatório da Castelhana



Fonte: Fundo Editorial da Associação Comercial do Amazonas, 1988.

Figura 6 - Reservatório da Castelhana 2



Fonte: Figura da autora (2018).

Figura 7 - Área externa do Reservatório da Castelhana.



Fonte: Figura da autora (2018).

A pedra fundamental da edificação foi lançada em 1º. de julho de 1883. Em 8 de outubro do mesmo ano, assinou-se o contrato para a execução da obra com Antony e Moreton & Cia. Analisando o reservatório ainda existente os registros iconográficos antigos e verifica-se que a edificação possui estilo medievalista e seu aspecto arquitetônico assemelha-se a um torreão, com planta de seção quadrangular, encimada por platibanda maciça com saliências retangulares como um serrilhado.

Percebem-se em suas fachadas, janelas do tipo abrir com duas folhas, provavelmente em madeira e vidro, coroadas com bandeiras em arco pleno. As esquadrias são encimadas por óculos e embasadas por aberturas em formato retangular (seteiras). O reboco em bossagem interrompida encontra-se desprendido em várias áreas, permitindo uma visualização da alvenaria original em tijolos de barro, na

estrutura principal e em pedras em bloco, no embasamento. Possui 4 metros de altura com capacidade para armazenar 4,5 mil m³ de água (CDPHA, 1988).

Na Castelhana, a pequena casa em forma de castelo e a quadra esportiva ainda sobrevivem ao tempo. Ambas marcaram a vida de muitas pessoas nos anos de 1970, entre elas está o advogado Mário Jorge Araújo, morador do bairro Presidente Vargas (a Matinha), na época, ele e os colegas de infância sabiam muito bem da importância do local para o povo manauense. “Jogávamos bola na quadra, e todos tínhamos curiosidade de saber o que havia dentro do castelo. Ficávamos nos perguntando como seria aquela grande caixa d’água por dentro. Estar lá, já era motivo de felicidade”, diz Mário Jorge¹¹.

Atualmente, ainda intacta, mas sem a manutenção adequada, a Castelhana divide o mesmo terreno com a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos.

Pelo que se pode analisar após uma visita em 2018 na área interna, o prédio está em estado de abandono há um bom tempo, se pode ver também que suas instalações estão servindo de depósito, e possivelmente de abrigo para algum morador de rua. De acordo com o que foi passado, o prédio foi pintado com as cores que remetem à concessionária que atualmente administra o abastecimento de água na cidade de Manaus, porém já é possível ver algumas pichações na área externa e plantas que tomam conta de alguns espaços na área superior (BACELAR, 2018).

O Reservatório de concreto armado denominado Castelhana Alta cujo projeto de autoria do arquiteto Severiano Porto, no Governo João Walter de Andrade, fez parte de um programa de ampliação feita pela COSAMA, visando melhorar o nível de atendimento da população em setores com deficiência de fornecimento de água e duplicar o sistema (MELO, 1991, p. 83).

Foram construídos a partir de 1980 os reservatórios na periferia de Manaus com recursos do Banco Nacional de Habitação – BNH: Compensa, Petrópolis, Alvorada e Coroadó. Posteriormente, constrói-se os de São Jorge, São Raimundo Castelhana Alta, Mocó Novo, Aeroporto, Aleixo, Cidade Nova, São José, todos contemplados com a nova arquitetura (IBIDEM, 1991, p. 84).

¹¹<<https://amazonasnoticias.com.br/predios-historicos-resistem-ao-tempo-e-levam-agua-de-qualidade-mais-200-mil-pessoas-em-manaus/>> Acesso: 28/12/2017.

O Reservatório elevado da Castelhana (castelhana alta) é um reservatório tipo elevado em concreto armado, projetado pelo Arquiteto Severiano Mário Porto em 1980. Ao invés de utilizar apenas um grande cilindro, o arquiteto preferiu subdividir cada projeto em seis cilindros conjugados de idênticas capacidades. Este reservatório compõe com o Castelinho o complexo de abastecimento de água do centro de Manaus e em vários bairros que os circunda. Sua capacidade é de 3.500 m³ com 23m de altura.

Com isso, o Complexo de Distribuição de água da Castelhana com a construção do Reservatório de Concreto armado denominado Castelhana Alta passou a compor as melhorias de reserva e fornecimento de água a população do centro da cidade e outros bairros próximos.

2.3 O Reservatório do Mocó

Nos tempos coloniais, o abastecimento de água era realizado de diversas formas e as grandes dificuldades enfrentadas pela população iam desde longas distâncias das fontes de água, às condições de higiene dos igarapés.

Devido à urgência em oferecer água potável, no ano de 1883 foi aprovada a Lei da Província nº. 615, que autorizava o início das obras de canalização na capital (MESQUITA, 1999). A partir desse momento, a primeira obra para o fornecimento de água foi a Represa do Igarapé da Cachoeira Grande, por apresentar um grande volume de água, na época, com uma vazão média de oito milhões de litros diários (MELO, 1991).

Após a construção da Castelhana, o primeiro reservatório, observou-se que a cota baixa do nível de água não permitia abastecer, com pressão suficiente, novas áreas urbanas, visto que a cidade crescia desordenadamente. Sendo assim, na gestão do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, houve a construção de um novo reservatório que funcionaria no alto do Mocó (IBIDEM, 1991).

O Reservatório do Mocó é uma das maiores obras de abastecimento da cidade de Manaus, sendo inaugurado no período áureo do ciclo da borracha, entre os anos de 1893 a 1896, e tinha como finalidade resolver o problema de abastecimento, que carecia de sérios cuidados devido ao aumento da população e a proliferação de doenças provenientes de água contaminada (IPHAN, 2011).

O sistema de Reservação do Mocó, composto por três reservatórios, um apoiado e dois elevados, distinguem-se entre: Mocó Velho e Mocó Novo. Esse sistema continua sendo um dos pontos principais de reserva e distribuição de água, pois o complexo é responsável por abastecer 40% da população da cidade de Manaus, cumprindo ainda sua função principal.

Com um extraordinário testemunho histórico e paisagístico, está situado ao lado do histórico Cemitério São João Batista de Manaus, e por se tratar de uma obra datada do século XIX, fez parte de um estudo sobre a importância das caixas d'água para o abastecimento das principais cidades brasileiras. Destacou-se por ser um modelo significativo de emprego do ferro na arquitetura no final deste século, bem como pelo fato de ser um dos mais antigos, dispondo no processo de tombamento pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, como item especial de preservação e conservação.

No final do século XIX existia uma preocupação com a higienização em todo Brasil e isto está relacionado com a implantação de políticas urbanas diferenciadas. Em Manaus, particularmente nessa época, a cidade se expandia e se projetava como capital financeira e vitrine para o capital estrangeiro, em função do Ciclo econômico da Borracha, quando alguns serviços de infraestrutura urbana foram implantados, bem como foram erguidas belas edificações.

As quatro faces da construção são revestidas com bossagem, e cada lateral do andar térreo apresenta uma sequência de sete arcos, ligados por pilares. Cada face do segundo pavimento apresenta sete edículas com frontão curvo definindo o desenho das janelas. Estas são separadas por pilastras duplas. Sobre a cornija, ergue-se uma platibanda sem ornamentos, divididas por pequenas duplas de pilastras que seguem o mesmo sentido das pilastras do pavimento anterior (MESQUITA, 1999, p. 262-263).

O reservatório do Mocó é um importante testemunho desse período e está inserido na malha urbana projetada para a cidade, em 1892, no chamado Plano Eduardo Ribeiro, de inspiração “haussmaniana”, nos moldes do implantado na cidade de Paris e que previa além da malha viária ortogonal, a instalação de praças e monumentos como elementos catalisadores do desenvolvimento urbano.

A administração principal do governador Eduardo Ribeiro (1892-96) ficou registrada na história amazonense, com ênfase, pela modernidade urbana e edificações monumentais como o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Reservatório do Mocó e obras de arte especiais como as pontes Benjamim Constant, as da Av. Sete de

Setembro e a Eduardo Ribeiro, nos confins, do bairro dos Bilhares. (BRAGA, 2021, p. 177)

Trata-se de um edifício de estilo eclético, possui formato quadrangular e simétrico, é composto de estrutura de fachada maciça de pedra de arenito, ricas em óxido de ferro (AMAZONITA), medindo 1,11 de espessura (IPHAN, 2011, p. 227).

Figura 8 - Reservatório do Mocó



Fonte: Figura da autora (2018).

Durante 15 anos acolheu o Centro de Artesanato Branco Silva e após esse período, em 1982, abrigou no pavimento térreo o antigo Teatro Caixa D'água e o Teatro Álvaro Braga. O local abria as portas para a comunidade e a presença do público era freqüente principalmente nos fins de semana; possuía sistema de som ao vivo e peças com artistas locais como parte do Centro de Turismo Vasco Vasques.

Essas construções constituem verdadeiros documentos da história de um passado remoto ou próximo, “espelhos que refletem vida de um período”, porquanto sua presença, nos núcleos urbanos, promove e, em alguns casos, continua a integrar o desenvolvimento dos sistemas de abastecimento de água nas atuais metrópoles e cidades do interior brasileiro. (Conselho federal de cultura-RJ, 1983, Caixas d'água).

No ano de 1984, o setor de Tombamento DTC/SPHAN, através do documento Informação nº. 119/84, mostrou-se favorável ao tombamento do Reservatório, “como equipamento urbano característico de uma fase da evolução do abastecimento d'água nas principais cidades brasileiras e, simultaneamente, como significativo exemplar do emprego de artefatos de ferro no Brasil, na passagem do século XIX e XX”.

Em 08 de março de 1985, foi homologado pela Excelentíssima Senhora Ministra da Educação e Cultura, professora Esther de Figueiredo Ferraz e publicado no Diário Oficial da União em 13 de março de 1985, o tombamento definitivo da caixa

d'água, conhecida como Reservatório do Mocó - Ofício nº. 128/85-SPHAN/RJ (SPHAN, 1984).

Em 24 de abril de 1985, o imóvel foi registrado nos livros de Tombos Históricos, volume I, sob o nº. 497, folhas 88, e no Livro de Belas Artes, volume II, sob o nº. 569, folha 09, processo de nº. 1127-T-84-SPHAN - Decreto-Lei no. 25 de 30 de novembro de 1937 (IBIDEM, 1984).

Durante o processo de tombamento do Mocó, foi sugerido que o Parque fosse incluído como entorno da caixa d'água. A fim de garantir a ambientação dos reservatórios e respectiva delimitação (IPHAN, 2008). Neste sentido, também é possível destacar que,

[...] a edificação em questão localiza-se em parque densamente arborizado, que futuramente deverá se integrar em área a ser proposta como de entorno, e em sua proximidade se erguem os novos reservatórios de água de autoria do Arquiteto Severiano Porto, que apresenta boa solução arquitetônica contemporânea integrando-se, assim, corretamente, à edificação que se pretende preservar (Informação nº. 141/82, DTC/SPHAN).

Figura 9 - Reservatório do Mocó 2



Fonte: Figura da autora (2018).

Em colaboração com as administrações municipal e estadual deu-se andamento as ações desenvolvidas, como estratégia de execução. Sob essas perspectivas, o Estado tombou, através do Decreto 11.198 de 1988, o Cemitério São João Batista. A Prefeitura Municipal encampou as normas e critérios do IPHAN, estabelecendo para a área

envoltória os mesmos 300 metros, em sua Lei Orgânica do Município de Manaus - LOMAN, promulgada em 1990 (IPHAN, 2008).

De forma a manter essa área de entorno preservada até os dias atuais, o IPHAN buscou atuar em conjunto com as administrações, tanto municipal quanto estadual, visando o respeito aos critérios estabelecidos (IBIDEM, 2008).

Ainda segundo a Portaria n. 421, de 23 de novembro de 2011, artigo 8º, todos os projetos de intervenções nos imóveis inseridos na poligonal do entorno, bem como engenhos publicitários e equipamentos de sinalização deverão ser submetidos ao IPHAN para análise e manifestação.

O Complexo do Mocó segue as mesmas diretrizes do Complexo da Castelhana, onde os dois reservatórios de concreto armado- Mocó Novo cujo projeto de autoria do arquiteto Severiano Porto, somado ao Reservatório de estrutura metálica (Mocó Velho) é responsável pelo abastecimento de 250 mil moradores na cidade de Manaus.

2.4 A Galeria dos Ingleses

Entre 1892 e 1900, a capital amazonense passou pela "fase da Instalação", com melhoramentos urbanos e um grande número de obras, entre construções de palácios, pontes, edifícios públicos e particulares. Nesse ritmo de embelezamento e melhora na higiene pública, o governador assumiu o compromisso de transformar a cidade em um modelo europeu de arquitetura e urbanismo.

Nessa perspectiva, o Departamento de Higiene e Saúde apontava o aterro de igarapés que cortam a cidade, além da implementação de uma rede de esgoto como medidas urgentes a serem adotadas.

Em 1982, o governador autorizou o aterramento de alguns igarapés, incluindo o do Espírito Santo, localizado nas proximidades do Teatro Amazonas. Nas suas mensagens, Ribeiro cita a via, primeiramente, como "Avenida do Palácio".

Um ano depois, acontece a primeira menção sobre o projeto, pelo diretor de Obras Públicas à época, Armênio de Figueiredo afirmando que a avenida teria 30 metros de largura e 1.060 metros de comprimento. No mesmo ano, o governador comunicou a desapropriação de alguns terrenos na área para o início da obra.

Essas galerias ficaram conhecidas como Galerias Inglesas porque eram as empresas inglesas que dominavam o mercado na época, devido a sua forte industrialização e por possuírem uma tecnologia suficiente para construírem represas, portos, bondes e usinas de energia para eletrificação da cidade.

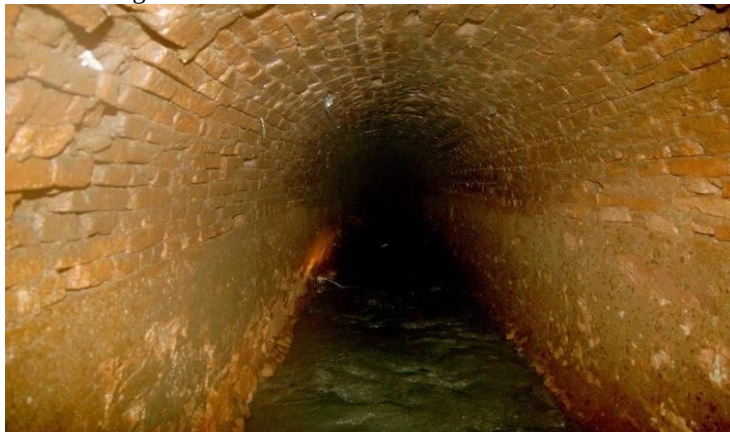
E foram essas empresas inglesas que urbanizaram a cidade de Manaus entre os anos de 1896 a 1910, e construíram a Paris dos Trópicos que apesar do nome, Manaus teve pouquíssima influência da França, ficando a cargo da maior potência mundial da época (Inglaterra).

Manaus tornou-se uma cidade cosmopolita. Trabalhadores de diferentes nacionalidades – brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, ingleses, americanos, sírios, libaneses, judeus, gregos – formavam o elo forte da cadeia produtiva da borracha, fazendo o intercâmbio das atividades econômicas entre Manaus, os seringais e grandes centros industriais e financeiros da Europa e dos Estados Unidos.

Artistas, intelectuais, médicos, advogados, engenheiros, professores, jornalistas, militares, homens de negócio, seringalistas, seringueiros de saldos, todos falavam com maior ou menor desenvoltura a linguagem das libras esterlinas que faziam a riqueza de poucos e inseria Manaus na rota internacional dos negócios da borracha (GARCIA, 2008).

Segundo Garcia (2008), a Inglaterra foi a maior beneficiada do ciclo da borracha, pois, além de ser a maior compradora da borracha que beneficiava fortemente suas indústrias, Manaus devolvia todo o dinheiro pago pela borracha aos ingleses quando contratava serviços de empresas inglesas como a Manaus Railway Company (de bondes), a Manaus Tramways and Light Company (de energia elétrica), as grandes construtoras inglesas que fizeram o Roadway, (porto flutuante) e toda a drenagem profunda, as galerias e as redes de esgoto e abastecimento de água, do centro da cidade. Existiam empresas inglesas que importavam e construíam as casas e palacetes particulares de Manaus e até os vapores que levavam as roupas das madames para serem lavadas na Europa também eram ingleses.

Figura 10 - Galeria Pluvial do Centro de Manaus



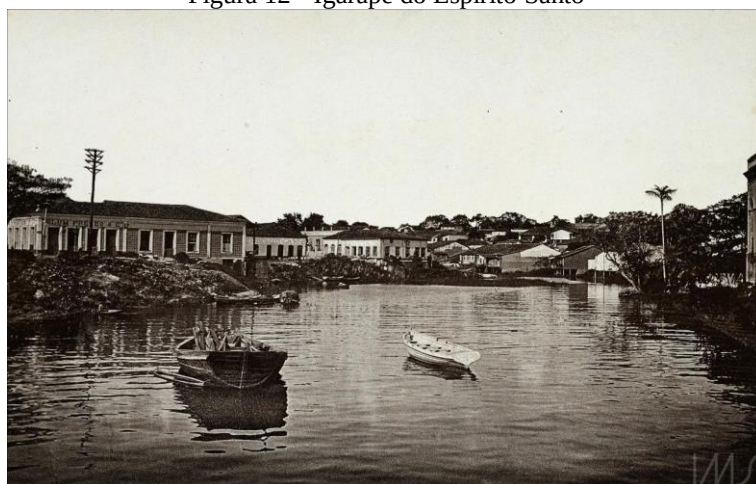
Fonte: <<https://portalamazonia.com>. Acesso: 29/05/2022.

Figura 11 - Emissário de Esgoto -Roadway



Fonte: <<https://portalamazonia.com>. Acesso: 29/05/2022.

Figura 12 - Igarapé do Espírito Santo



Fonte: Brasiliana Fotográfica.

2.5 A Usina Chaminé

Lúcio Costa (2001, p. 58) disse:

Arquitetura é coisa para ser exposta à intempérie e a um determinado ambiente; arquitetura é coisa para ser encarada na medida das ideias e do corpo do homem; arquitetura é coisa para ser concebida como um todo orgânico e funcional; arquitetura é coisa para ser pensada estruturalmente; arquitetura é coisa para ser sentida em termos de espaço e volume, arquitetura é coisa para ser vivida.

Em 1906 o projeto de esgotos baseado no Separate System, exposto no Salão Nobre da Associação dos Empregados no Comércio é escolhido por ser considerado o mais apropriado às condições topográficas de Manaus, além de ser mais econômico, porque a cidade já tem uma rede de galerias que exige apenas uma ampliação e retificação, de acordo com a nova drenagem (MELO, 1991).

Durante muitos anos os trabalhos da rede de esgotos da cidade de Manaus permanecem paralisados. A Usina de Esgotos não funciona, desde a sua instalação. O Separate Sytems ou Sistema Separativo Absoluto não é concluído. A separação entre as águas pluviais e águas servidas não existe, prejudicando a condução dos esgotos na época das chuvas (IBIDEM, 1991).

Começava a partir daí a história do esgotamento sanitário de Manaus, pautado em um contexto relacionado à saúde, mas oriundo de uma política de saneamento equivocada, fundamentada nas questões econômicas e na confiança dos serviços da concessionária Manaós Improvements.

A preocupação com as ações de natureza sanitária ainda são os maiores problemas até os dias de hoje. Nos últimos oito anos Manaus se manteve no ranking das piores cidades em tratamento de esgoto sanitário, segundo relatório do Instituto Trata Brasil de 2022. A capital é a 89ª em coleta de esgoto no país com 21,95% do Índice de atendimento Total de Esgoto, entre os 100 municípios brasileiros¹².

Construída em 1910 pela empresa Manaós Improvements, o prédio da primeira Usina de Tratamento de Esgotos com características neorrenascentistas, pouco foi utilizado com essa finalidade.

Foi tombado como patrimônio Histórico Cultural do Amazonas, pelo Decreto nº11.186, em 14.06.1988 pelo Governo do Estado do Amazonas, e foi reformada em

¹²<https://tratabrasil.org.br/images/estudos/Ranking_do_Saneamento_2022/Tabela_das_100_Cidades.pdf> acesso em 23/07/2022.

1993 como Centro Cultural funcionando até os dias de hoje como Centro Cultural de História da região Amazônica.

Na sua área de visitação, em frente ao Centro Cultural, encontra-se em exposição um exemplar de um bonde elétrico com mais de 100 anos e que marca um momento histórico da cidade de Manaus, pois foi a terceira cidade do Brasil a ter esse transporte.

O espaço abriga exposições permanentes, como fotografias de vários períodos da história de Manaus, com textos que transmitem as impressões dos estrangeiros que passaram e/ou moram na cidade, além de atividades culturais e musicais, com programação para visitantes de todas as idades.

Na área frontal da edificação Usina Chaminé encontra-se o igarapé de Educandos, afluente do Rio Negro e bem adiante a feira livre denominada Manaus Moderna. Embarcações trazem e levam pessoas e mercadorias para o interior do Estado.

A importância desse espaço não é reconhecida pela comunidade manauense e esta parte da história do saneamento não é difundida, necessitando de uma varredura específica, e seus elementos arquitetônicos necessitam ser preservados e protegidos por um processo de tombamento federal.

CAPÍTULO III: Preservação e Diretrizes

3.1 O embelezamento e o caminho das águas na *Belle Époque*

Foi perto da água e de suas flores que melhor compreendi ser o devaneio um universo em emanção, um alento odorante que se evolui das coisas pela mediação de um sonhador. Se quero estudar a vida das imagens da água, preciso, portanto, devolver ao rio e às fontes de minha terra seu papel principal (BACHELARD, 1998, p.8).

Os grupos humanos atribuem valor diferenciado a estruturas edificadas e a elementos da natureza que balizam seus territórios, ancoram suas visões de mundo, materializam crenças ou testemunham episódios marcantes da memória coletiva. Cultivam atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer que ao mesmo tempo servem a fins práticos e identificam, diferenciam e hierarquizam categorias e estratos sociais, partindo da vida em sociedade, da formação das identidades e da alimentação do sentido de pertença (FORTUNA e LEITE, 2009).

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas (MUMFORD, 2004).

Belle Époque é definido como uma fase de euforia e despreocupação vivida especialmente na Europa entre 1871, final da guerra franco-prussiana e 1914, ano do início da Primeira Guerra Mundial. Período caracterizado por grande produção artística, literária e bom desenvolvimento tecnológico. Em Manaus, essa fase se traduziu em um comportamento europeizado durante os anos em que a economia gomífera atingiu o auge em termos de ganhos condizentes com a cidade que emergia financiada pelo acúmulo de capital.

Estávamos em fins do século XIX, período em que a cultura francesa exercia verdadeiro fascínio nas elites governantes do Brasil. A referência urbanística no Brasil era o plano que o administrador francês George-Eugène Haussmann havia realizado em Paris na década de 1850, quando a malha urbana e viária medieval da área central daquela cidade foi substituída por largas avenidas, emolduradas por novas construções esteticamente padronizadas, e servidas por modernos sistemas de infraestrutura.

Esse modelo acabou sendo transplantado para o Brasil de forma simplista (SIMÕES, 2007). Denominada por muitos de “haussmannização”, ou seja, a transposição do modelo de renovação urbana parisiense para outros contextos, mesmo que estes possuísem uma realidade físico-espacial completamente diferente.

O modelo de Paris era o “remédio para a cura de todos os males urbanos – para o descongestionamento das áreas centrais, para a melhoria da isolamento e aeração, visando à salubridade, para a eliminação dos indesejáveis casarios velhos e cortiços”. Simões Jr. Afirma que, na verdade, era uma apropriação simplista do projeto francês, enfatizando unicamente a abertura de uma ou mais avenidas, largas e extensas, e, se possível, convergindo para uma rotunda, “uma praça ao estilo da Place de L’Étoile” (SIMÕES, 2007). Nesse aspecto,

[...] estava alinhada com o pensamento progressista dos republicanos, que representavam uma emergente classe social que tinha como proposta urbana criar áreas diferenciadas para seu próprio usufruto: boulevards abrigando o comércio de luxo, com suas vitrines expondo a última moda em Paris, casas de chá, livrarias, assim como através da criação de praças com seus jardins à inglesa, seus coretos e quiosques favorecendo o *footing* e o lazer, numa clara política de estetização do espaço público, apoiada por uma legislação segregadora de usos (IBIDEM, 2007, n.p.).

Manaus é uma cidade autofágica, como tantas outras. Do pequeno núcleo colonial, resta apenas o traçado urbano e orgânico em contraponto à racionalidade do traçado saído das pranchetas do planejamento urbano, ainda no século XIX. Na arquitetura preservam-se uma boa quantidade de edifícios ecléticos. Situada ao Sul do Estado do Amazonas, cerca de 1500 km (mil e quinhentos quilômetros) do Oceano Atlântico com a ascensão da borracha proporcionou uma revolução, urbana e social e um crescimento vertiginoso na economia, impondo uma nova identidade visual para a cidade denominada *Belle Époque*.

Também chamada de “bela época”, é expressão de euforia e do triunfo da sociedade burguesa no momento em que notabilizavam as conquistas materiais e tecnológicas, se ampliaram as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional e as vastas áreas do globo antes isoladas (DAOU, 2004, p. 7).

Para uma descrição mais relevante é necessário entender todo trânsito de embarcações que surgiram na Amazônia apesar de todas as restrições impostas pelo

império em 1860. A navegação internacional através do rio Amazonas só foi liberada aos navios mercantes em 7 de dezembro de 1866 (GARCIA, 2005, p. 22).

A cidade de Manaus com os navios estrangeiros à porta e inserindo-se ao comércio exterior encurtou a distância com mundo e com isso obteve resultados imediatos econômicos e sociais. Daou (2004) explica que a abertura dos portos ao comércio universal não resultou na intensificação imediata do fluxo de navios. Foi a navegação a vapor e a rapidez das comunicações daí advinda que facilitaram a chegada de gêneros e bens de consumo aos portos amazônicos, promovendo a multiplicação de pequenos núcleos de povoação ao longo dos trajetos dos navios (DAOU, 2004, p. 14).

Em 1874, o navio Mallard da frota de Alexandre Amorim, fez a viagem inaugural entre a Europa e o porto de Manaus. Em 1877, os navios Red Cross Line começaram a fazer a linha regularmente Liverpool – Manaus – Liverpool. Em 1881, a Booth Steam Ship Company Ltd. Implantou a linha Nova York – Manaus- Nova York (GARCIA, 2005, p. 22).

A visibilidade da *Belle Époque* deu-se pelas águas, o distanciamento geográfico dava impressão de estar dissociada com o resto do mundo. A localização de Manaus no meio da floresta amazônica parecia marginal, mas o interesse econômico pela Amazônia foi preponderante e todos tiveram ganhos incalculáveis para a época.

Foi imperativo preservar a excepcional paisagem urbana e seus aspectos simbólicos e densos ainda existentes através do ato de tombamento em 2010 e as realizações artísticas- construtivas. Para a autora dessa tese, foi importante ter participado ativamente da construção do Projeto de Tombamento do Centro Antigo de Manaus, acompanhar o desenvolvimento e sua aprovação.

Não só para Manaus, mas para o Brasil, é um imperativo preservar a excepcional paisagem urbana ainda existente no Centro Histórico que interliga os dois trechos mais carregados de aspectos simbólicos e densos de realizações artístico-construtivas: a orla do Rio Negro e a área envoltória do Teatro Amazonas.

Nessa perspectiva, o processo de construção da cidade na sua memória e os aspectos arquitetônicos e urbanísticos tornam-se ainda mais relevantes, considerando ainda que a cultura não é transmitida de maneira mecânica, como um carregamento de mercadorias que se transfere de um grupo para outro, as inovações tornam-se parte dessa cultura e por ela são modificadas.

O período do apogeu da borracha para a economia do Amazonas representa simbolicamente a atração de investimentos em artes e o aumento expressivo da cultura e das formas de relações comerciais situadas durante décadas e que se sustenta viva na memória do lugar do centro histórico e as edificações que se formam elementos representativos da expressão cultural.

O ritmo de vida oscila entre as grandes enchentes da estação chuvosa, o “inverno”, e a vazante do “verão”. Nas chuvas o povo se recolhe aos sítios, aos povoados ou às cidades. Só trabalham os castanheiros, pois essa é a estação da safra, os canoeiros e tripulantes de barcos, visto a “água” ser melhor de viajar e as cachoeiras darem passagem (GALVÃO, 1955, p. 1).

Galvão (1995), descreve ainda que apesar da importância dos conceitos indígenas a chamada “nova cultura regional” que emergiu na Amazônia, foram predominantemente orientadas por ideias e por instituições lusas, modificando-se naquilo que exigiam as circunstâncias históricas e as peculiaridades do ambiente geográfico.

Todas as obras resultantes da *Belle Époque* manauense são registros de tempos inovadores, Richard Collier chega a enumerar os serviços disponíveis na “nova” capital. Ele cita o Grande Hotel Internacional, considerado como um dos mais belos da época, aproximadamente vinte e quatro bares, vinte e três grandes magazines de luxo, quinze grandes restaurantes, trinta e seis médicos, quase uma dezena de modistas e alfaiates, bem como inúmeros salões de beleza, salas de bilhar e livrarias, “Lê fleuveoublié de Dieu – L’extraordinaire histoire de la grandeur et la décadence de Manaus, capital éducative ou tchouven Amazonie. Paris: Fayard, 1970. (traduit de l’américain par Jacques Papy et Alain Coblenche)” (COLLIER, 1970, p. 09).

Considerando toda essa evolução arquitetônica e produtividade cultural as questões de saneamento básico trariam discussões incessantes sobre as políticas públicas para o necessário e contínuo crescimento. As medidas de controle social e as medidas higienizadoras é fator de desenvolvimento e modernização da cidade. Os discursos políticos ganharam espaço e as obras devulto, durante a administração do jovem maranhense Eduardo Ribeiro, um engenheiro militar, transformou a cidade de Manaus. Dissera certa vez “que encontrou uma aldeia e fez dele uma cidade”.

O projeto do Reservatório do Mocó é um importante testemunho desse período e está inserido na malha urbana projetada para a cidade, em 1892, no chamado Plano Eduardo Ribeiro, de inspiração “haussmaniana”, nos moldes do implantado na cidade

de Paris e que previa da malha ortogonal, a instalação de praças e monumentos como elementos catalisadores do desenvolvimento urbano. Neste sentido, Heller (2016, p.1) explica:

O direito humano à água tem sido considerado como compreendendo a água física e financeiramente acessível, segura, aceitável e continuamente disponível para o uso pessoal e doméstico. Quanto ao direito humano ao esgotamento sanitário, entende-se que este serviço deva ser física e financeiramente acessível, prover segurança ao usuário, ser culturalmente aceitável e disponível para todos os usuários e em todas as esferas da vida, além de assegurar dignidade e privacidade. Enxergar o acesso à água e ao esgotamento sanitário sob a lente dos direitos humanos supõe também observar seus princípios fundantes, como o direito à participação, o direito à informação, a igualdade e não discriminação, a responsabilidade por parte de governos e prestadores de serviço e a sustentabilidade.

Com ênfase nos mecanismos legais, o Código Municipal de Manaus fora introduzido na Bela Época em 1893 e, segundo Daou (2004), fornece as indicações de uma cidade pensada como “moderna”. Ele não é apenas um instrumento de ação sobre o espaço; é também um artifício para a consecução de uma nova sociedade. Por um lado, restringia posturas e hábitos indesejáveis, mas por outro estimulava atitudes mais apropriadas a uma “cidade sonhada” e adequada ao “progresso” e à ordem pretendidos (DAOU, 2004, p. 35).

Com a necessidade crescente do governo de “embelezar” a cidade, em 1872 foi promulgado o rigoroso Código de Posturas Municipais da Cidade de Manaus, que visou, dentre outros, a organização do espaço urbano. A esse código sucederiam outros, com objetivo de tornar o espaço urbano mais organizado, tanto no aspecto urbanístico quanto aos hábitos dos moradores, revelando a preocupação das autoridades locais com o crescimento da cidade e, por meio deles, procuravam educar a população para convivência urbana e cidadania.

Podemos destacar do Código Municipal, de 1893 alguns artigos de maior relevância sobre o Saneamento básico da cidade na época imposto:

Art. 36 – Ficam proibidos os canos nos telhados que do alto precipitem à rua as águas pluviais. Os donos dos prédios são obrigados a colocar calhas e tubos adaptados a dar esgotos às águas por dentro das paredes, de modo a despejarem nos passeios ou nos canos de servidão dos mesmos prédios. O infrator incorrerá na multa de trinta mil réis ou seis dias de prisão se, intimado, não fizer o melhoramento no prazo que lhe for marcado.

Art. 59– O despejo das matérias fecais se fará na correnteza do rio em frente à cidade e só às dez horas da noite às quatro da manhã, em vasos próprios para não exalar mau cheiro. Os contraventores serão multados em dez mil réis ou dois dias de prisão.

Art. 114- São proibidos os banhos, quer de dia, quer de noite, nas torneiras do encanamento de água potável que se encontram pelas ruas, praças e estradas desta cidade sob pena de multa de 20.000 mil réis ou quatro dias de prisão: sendo menores os infratores serão responsáveis pela multa os pais, tutores ou amos dos mesmos.

Art. 115- Aquele que abrir e deixar abertas as torneiras do encanamento de água potável, estragando por esta forma a água ou molhando as ruas, praças e estradas da cidade será multado em 15.000 mil réis ou três dias de prisão.

Civilizar Manaus, não ficou a cargo somente dos códigos, a década de 1870 trouxe arborização para a cidade, conclusão de obras públicas, como o Palacete Provincial, e a preocupação em abastecer a cidade com água encanada (DEPAM, 2012, p. 45-46).

Segundo Sylvio Mario Puga Ferreira (2005), o período de Eduardo Ribeiro representou uma revolução urbanística para Manaus, transformou-se numa bela cidade, com feições cosmopolitas, uma das poucas a experimentar a belle époque no final do século XIX.

Figura 13 – Rua Municipal



Fonte: Jornal A Crítica

A imagem da capital amazonense, assim como a totalidade das cidades ocidentais, externava o compromisso com o capitalismo e com a burguesia. A imagem embelezada e moderna configurava os interesses do poder constituído, privilegiando

as classes mais abastadas, valorizando as imagens saneadas e embelezadas, embora não conseguisse esconder as disparidades sociais próprias do sistema (MESQUITA, 2005, p. 411).

Das iniciativas promovidas por Eduardo Ribeiro depreende-se as bases de uma significativa alteração das representações e expectativas em relação à cidade. A cidade conquistada enunciava a efetiva viabilidade de civilização em tão remota paragem: homens “civilizados” vivendo numa cidade subtraída à selva circundante, embelezada e favorecida pelas benesses do consumo e da engenharia urbana desenvolvida por europeus e norte-americanos (DAOU, 2004).

Garcia cita em sua obra, que o desempenho administrativo de Eduardo Ribeiro foi favorecido pelo acentuado aumento de arrecadação do Tesouro estadual em pleno apogeu dos negócios da borracha. Manaus ganhou novo traçado urbanístico. Transformou-se num canteiro de obras. Abriu praças, ruas e avenidas, fez aterros e desaterros, levantou nobres residências senhoriais. Construíram pontes magníficas, duas das quais, com estrutura em ferro, a do igarapé da Cachoeirinha e a do Igarapé da Cachoeira Grande, foram importadas da Europa e montadas em Manaus. Construiu o reservatório de águas do Mocó (GARCIA, 2005, p. 41).

Figura 14 - Cartão postal 1907



Fonte: IPHAN. Janeiro/2010.

Na realidade, o reservatório do Mocó era somente uma imensa caixa d'água toda em ferro, cujas características foram camufladas por uma fachada neo-renascentista com dois pavimentos. Recortado por arcos romanos e detalhados em seu

andar superior com um conjunto de janelas cegas, demonstrando a evidente preocupação com o aspecto estético dos prédios públicos (MESQUITA, 1999, p. 234).

Destaca-se em toda época um modelo de vida proveniente dos soldos da borracha para a sociedade manauense, todas essas produtividades artística, culturais e saneadoras dos ambientes, deixaram vivas na memória de um povo que despertou para perspectivas mais arrojadas mesmo após o declínio econômico.

No auge da produção do látex calcula-se que dezenas de franceses, judeus marroquinos, espanhóis e portugueses operavam nos rios como comerciantes, proprietários de barcos e plantadores de cacau, dominando inclusive as línguas nativas (PRADO JÚNIOR, 1994).

Embora Prado Júnior (1994) tenha afirmado que a riqueza da borracha não serviu para nada “sólido e ponderável” e que a “opulência de Manaus foi fictícia e superficial, pois a riqueza se construiu em poucos anos e se dissipou feito fumaça” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 241), não se pode negar que os vestígios da transformação urbana e arquitetônica daquele período ainda permanecem em inúmeros edifícios, praças e no traçado urbano.

A promessa de riquezas proporcionadas pela borracha propiciou uma imensa migração de homens vindos de toda parte do mundo, e, em grande número, atravessaram o oceano para ocupar as pequenas vilas da floresta. Essa ocupação trouxe os núcleos urbanos implantados em sua maioria nas áreas ribeirinhas dos principais rios e afluentes, uma vez que a mobilidade da população e o escoamento da produção regional, sempre ocorreram, via de regra, pela água (DEAN, 1989).

A Amazônia constitui-se de um potencial de espaço e um vazio demográfico. São as etnias indígenas que ditam os estilos de vida na região e a continuidade antropogeográfica do mundo amazônico. “O espaço é imenso e a humanidade que nele vive é exígua” (BATISTA, 1976, p. 31)

A grande contribuição para entender o desenvolvimento urbano de Manaus vem também do relato de exploradores que transitaram pelo lugar. Desde o século XVII inúmeros viajantes, quase todos estrangeiros, com as mais variadas finalidades, passaram pela cidade da Barra e descreveram que o local não passava de um povoado da Capitania de São José do Rio Negro. Normalmente essas descrições demonstram o olhar estrangeiro e, a partir de 1850, com a criação da província, se torna recorrente a comparação de Manaus com outras capitais, sem levar em conta a dimensão geográfica e as condições econômicas da localidade. No entanto, por meio desses relatos, é

possível observar o desenvolvimento de Manaus, especialmente a partir do início do século XIX.

Cidade rica, progressista e alegre, de ruas retas e largas, calçadas com granito e pedra de liós importados de Portugal, sombreada por frondosas mangueiras, e de praças e jardins bem cuidados com belas fontes e monumentos, tinha todos os requisitos de uma urbe moderna: água encanada e telefone, ainda no império; energia elétrica, a partir de 1896, redes de esgotos em construção, e bondes elétricos desde 1895, espantando até visitantes europeus do raio do século com suas alucinantes velocidades de 40 a 50 quilômetros por hora, nas linhas de aço espalhadas por toda a malha urbana e penetrando na floresta, até os arrabaldes mais distantes” (LOUREIRO, 2008, p. 35).

Em Manaus, o papel do Estado na produção do espaço urbano não se dá na perspectiva da mediação, mas na defesa de interesses que se colocaram claramente contrários aos da população locais. No urbanismo que se produziu no período da borracha, o Estado fixou sua racionalidade, explodiu as dimensões pretéritas, quer fossem naturais quer sociais (OLIVEIRA, 2003, p. 74).

Partindo do desafio em relacionar o saneamento básico com a Bela Época, esta pesquisa segue a dinâmica urbana e fundamenta essas reflexões na memória-esquecimento, questionando o sentido dessa referência numa investigação a luz dos impactos da inflexão cultural e na requalificação dos fragmentos da referida pesquisa. O passado torna-se um porto seguro para o entendimento sobre o que se sonha no presente e o patrimônio material e imaterial reconhecido.

Reintegrar valores e conhecimentos baseados nos saberes da tradição implica na inserção das culturas preteridas pelo paradigma dominante da ciência no debate acadêmico, concernente à produção do saber, significa aceitarmos que há outras concepções de mundo capazes de desenvolver instrumentos eficazes para atuar com competência sobre a realidade (PINTO, 2008).

O Plano de Embelezamento da Cidade de Manaus implantado por Eduardo Ribeiro é a oficialização de uma política pública voltada para o embelezamento da imagem da cidade. As ações do projeto não estavam limitadas ao centro histórico tradicional, nem se restringia à construção de palácios, expandia-se pelos arrabaldes da cidade e incluía obras de infraestrutura. Além desses aspectos, o embelezamento da cidade mantinha-se integrado à política de saneamento e de imigração (MESQUITA, 1999).

O relatório apresentado pelo inspetor interino de higiene do Estado, o senhor Dr. Henrique Alvares Pereira, já começa o texto desculpando-se pelo descuido quanto à higiene e o bem-estar social e individual que a população do estado do Amazonas não desfrutava, demonstrando que havia um consenso, entre a população, o governador e os técnicos, de que Manaus não passava por seu melhor momento no que tange à salubridade pública. Ou seja, era necessário que houvesse intervenções nos espaços para melhoria da qualidade de vida de todos.

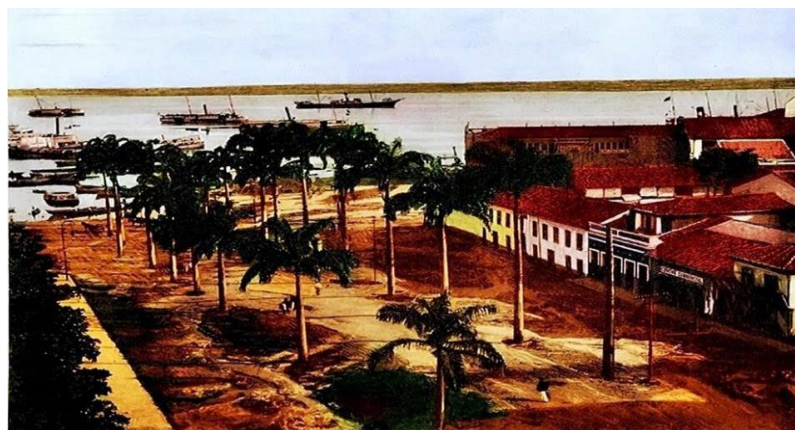
Destaca-se que essas preocupações em torno dos igarapés da cidade já vinham se apresentando antes. Nesse sentido, em 1892, o governador Eduardo Ribeiro na lei nº12 do dia 01 de outubro mandou aterrar os igarapés dos bairros São Vicente, Espírito Santo e o da Praça 5 de setembro. Os referidos igarapés deveriam sofrer o aterro mediante os preceitos modernos da ciência, ficando as obras na seguinte ordem: 1º o da Praça 5 de setembro até o cais da Alfândega; o 2º o do Espírito Santo, a começar das imediações do quartel de Segurança Pública, até a ponte de ferro; 3º o de S. Vicente, a começar da Praça Uruguayana até a enfermaria militar (SAMPAIO, 2011).

É importante ressaltar que o Governador Eduardo Ribeiro dissolveu o Congresso Constituinte que promulgou a Constituição de 23 de julho de 1892 e o elegeu Governador Constitucional, com um mandato de quatro anos. Durante esse mandato, que se estendeu de 23 de julho de 1892 a 23 de julho de 1896, marcando seu período pleno de governo, Eduardo Ribeiro promoveu a grande revolução urbanística e arquitetônica que fez de Manaus a Paris dos trópicos (GARCIA, 2005).

O maranhense Eduardo Ribeiro, diretamente vinculado ao poder central, cuidou de transformar a paisagem urbana, construindo uma capital à altura das modernidades mais expressivas do mundo, mas vivendo grandes tumultos, inclusive grave crise de sucessão em que saiu eleito Fileto Pires Ferreira (BRAGA, 2021).

Com o Governo “Em nome do Povo”, deu nova organização ao ensino primário, conforme o modelo de Benjamim Constant adotado no Rio de Janeiro; reexaminou o contrato do governo com a empresa de fornecimento de água encanada à cidade de Manaus. (BRAGA, 2021).

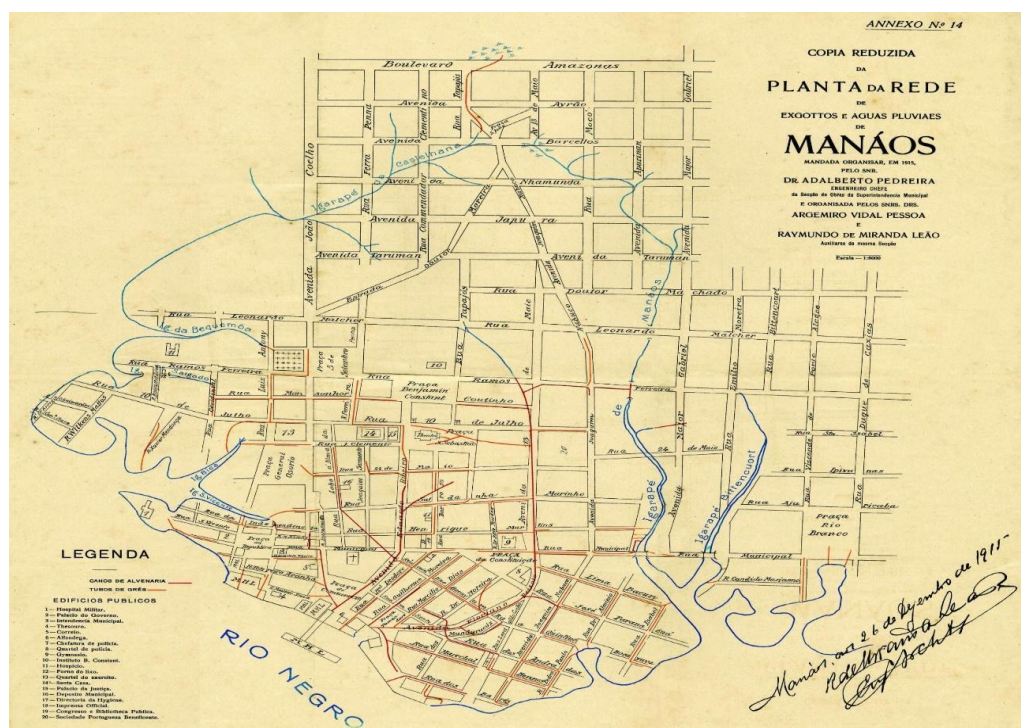
Figura 15: Galerias dos Ingleses



Fonte: manausdeantigamente.blogspot.com. Acesso em 16/06/2022.

Importante essa foto de 1896, pois apresenta a abertura das valas para construção da “galeria dos ingleses”.

Figura 16 - Planta da Rede de Esgotos e Águas Pluviais de Manaus.



Fonte: idd.org.br/, acesso em 16/07/2022¹³.

¹³Planta da Rede de Esgotos e Águas Pluviais de Manaus, então organizada por Argemiro Vidal Pessoa e Raymundo de Miranda Leão, em 1915. Auxiliares da então Secção de Obras da Superintendência Municipal de Manaus. Podemos observar na legenda a colocação dos canos de alvenaria e de Grês além da localização dos Edifícios Públicos. Biblioteca Samuel Benchimol. 2021.

Figura 17 - Igarapé do Espírito Santo, 1865.



Fonte: idd.org.br. Acesso em: 16/07/2022¹⁴.

A necessidade de melhorar o aspecto da capital do Amazonas já fora esporadicamente abordado em documentos emitidos por diferentes presidentes. Havia neles, porém, um tom de lamento pela falta de condições financeiras que possibilitasse a execução das obras requisitadas. Entretanto, a prosperidade financeira gerada pela exploração comercial da borracha e a autonomia administrativa proporcionada pelo sistema republicano na última década do século XIX tornaram possível o financiamento de grandes empreendimentos públicos e a realização das mais diversas obras, promovendo uma transformação radical no visual da cidade (MESQUITA, 1999).

Tanto Manaus quanto outras cidades brasileiras abraçaram o modelo baseado na cultura francesa do século XIX. A referência urbanística no Brasil era do administrador francês Georges-Eugène Haussmann, que havia realizado em Paris na década de 1850, a malha urbana e viária medieval da área central daquela cidade. Com isso, foi substituída por largas avenidas, emolduradas por novas construções esteticamente padronizadas e servidas por modernos sistemas de infraestrutura. Sob este modelo, Manaus tornou-se uma “grande vitrine” (DEPAM, 2012).

A monumentalidade dos prédios públicos, o ajardinamento das praças, a construção de grandes avenidas, a tentativa de recriação de um espaço cultural europeu

¹⁴ Igarapé do Espírito Santo, 1865. Esquina da Av. Sete de Setembro com a Av. Eduardo Ribeiro. Esta paisagem foi capturada pelo fotógrafo alemão Albert Frisch durante a sequência de fotos que fez no provincial centro de Manaus.

por meio de restaurantes com cardápio francês e lojas de luxo, nortearam as ações do poder público e privado para que Manaus pudesse ser mostrada como uma cidade moderna tal qual Paris, Madri e Rio de Janeiro (DEPAM, 2012).

Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, idéias, teorias, discursos. Desta forma, “como o nosso modo de conhecimento desune os objetos entre si, precisamos conceber o que os une” (MORIN, 2003, p. 24).

3.2 A preservação das edificações do Saneamento básico de Manaus e o seu real valor histórico

3.2.1 Os sistemas e suas construções

No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº 11.445/2007 como conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. E um dos princípios da Lei nº 11.445/2007 é a universalização dos serviços de saneamento básico, para que todos tenham acesso ao abastecimento de água em quantidade e em qualidade suficientes às suas necessidades, à coleta e ao tratamento (TRATA BRASIL, 2012, p. 9).

A garantia da oferta de água deve ser prioritária, pois trata do atendimento à necessidade básica da população. Portanto, para enfrentar esse desafio, é necessário conhecer e lidar com a grande diversidade geoclimática, socioeconômica e de distribuição da população no território brasileiro e com as consequências do intenso processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas (ATLAS BRASIL, 2010, p. 14).

A região do Brasil com maior potencial hídrico é a região Norte, a Amazônia, também enfrenta problemas de abastecimento relacionados à precariedade da infraestrutura existente, em grande parte dos municípios. É importante ressaltar que o desafio para solução dessa precariedade está relacionado ao pleno funcionamento de um sistema de tratamento de água, onde sabemos que a água potável está relacionada à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano.

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, está localizada próxima ao centro da Bacia Amazônica na margem esquerda do Rio Negro, seu clima quente e úmido está associado a um imenso volume de chuvas que se precipita nas cabeceiras dos rios e considerando a troca dessa energia com a floresta, o clima apresenta um índice pluviométrico de aproximadamente 2.300 mm/ano.

No período de 1903 e 1904, o Serviço de Distribuição de Água de Manaus estava dividido em duas zonas distintas: a primeira, alimentada pelo Reservatório da Castelhana e a segunda, considerada a rede mais nova, alimentada pelo Reservatório do Mocó. Ainda de acordo com o governador Silvério Nery, o serviço de abastecimento de água de Manaus era completamente defeituoso, necessitando do apoio dos poderes públicos para melhorá-lo. Das constantes reclamações, temos: vazamentos, derivações particulares e a falta de mão-de-obra para fiscalização, condições existentes até os dias de hoje.

Com todas as razões e justificativas técnicas, o Governo do Estado na época apresentou, como forma de solução, um Regulamento Provisório do Serviço de Abastecimento d'água, Decreto nº 765, de 27 de março de 1906, que estabelecia em seu teor o imposto d'água, que seria cobrado em todas as casas das ruas em que passassem encanamentos gerais. Para isso, os proprietários de prédios deveriam ter caixas de depósitos apropriadas para receberem água e daí a distribuição para o consumo. Não era permitida, sob pretexto nenhum, a derivação d'água de um para outro prédio, embora pertencente ao mesmo dono, ficando a cargo do concessionário, o serviço de fiscalização e distribuição, competindo-lhe a imposição de multas, conservação e substituição dos encanamentos. A falta de pagamento semestral importava na multa de 10%, a cada mês de demora. Depois de dois meses atrasados o concessionário mandava cortar o encanamento.

A resistência, em diferentes épocas, constitui-se, do ponto de vista socioespacial, nos inconformismos com as novas relações sociais de produção que se impunham. Este processo é contínuo, mas não linear, no tempo e no espaço, das quais ficaram resíduos na paisagem urbana (OLIVEIRA, 2003).

O funcionamento dos espaços hegemônicos supõe uma demanda desesperada de regras; quando as circunstâncias mudam e, por isso, as normas reguladoras também tendem a mudar, nem por isso sua demanda deixa de ser desesperada. Tal regulação obedece à consideração de interesses privados. Já o cotidiano supõe uma demanda

desesperada de política, resultado da consideração conjunta de múltiplos interesses (SANTOS, 2000).

Adota-se como noção de paisagem urbana o resultado das determinações das políticas públicas e das relações sociais de produção, fazendo com que a paisagem citadina contenha vida, sentimentos e emoções traduzidos no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidades da cidade real e imaginária (OLIVEIRA, 2003).

Preservar uma edificação, o patrimônio material edificado, um dos pontos marcantes abordado nesta pesquisa, tem critérios históricos, sociais e artísticos, sua importância coletiva considerando um momento histórico ou ao longo da história. O patrimônio ganha de alguma forma uma representação ou valor simbólico, as características arquitetônicas e artísticas de uma edificação representam um momento de um acontecimento de uma época da sua construção e identifica um processo social. A relação afetiva e o conhecimento de um patrimônio histórico representam os ambientes construídos com significados para os indivíduos e para a sociedade e suas representações incorporados a valores na luz do presente. A lei de nº 892 de 13 de novembro de 1969, em seu Art.1 diz:

Fica o poder Executivo autorizado a fundar, com a participação do Município de Manaus, uma sociedade por ações, de economia mista, que denominará Companhia de Saneamento do Amazonas, COSAMA, vinculada à Secretaria de Estado de Viação e Obras¹⁵.

Assinado pelo governador Danilo de Mattos Areosa, assim foi criada a COSAMA, onde se passaram várias administrações de gestão e cujo sistema de abastecimento de água passou por inúmeros problemas, considerando o aumento da população de Manaus e imigração acelerada com o advento da Zona Franca de Manaus, em 1967, onde a empregabilidade estava em alta e necessitando cada vez mais do aumento de vazão e tratamento de água.

A Estação de Tratamento de água de Manaus foi inaugurada inteiramente em 1º de abril de 1973, com a Presidência da COSAMA entregue ao Engenheiro Sanitarista Waldir dos Santos Brito. Em sua passagem pela empresa temos muitos depoimentos descritos por ele em seu livro de Memórias. O engenheiro Waldir Brito (2015, p. 151 e 152) relata em seu livro de memórias:

¹⁵ Diário oficial do AMAZONAS, 05 de janeiro de 1970, pag. 2.

Fomos até o Bairro da Compensa, onde se situa a Ponta do Ismael que abriga o poço de captação de água do Rio Negro e ao lá chegar, vi aquela boca de tubo de ferro fundido de 400 milímetros de diâmetro jorrando uma água bem amarelada para um reservatório enterrado de onde a mesma era bombeada para o sistema de distribuição de água de Manaus. Olhei aquilo com meus olhos inquiridores e perguntei ao Coronel João Walter, governador da época, onde aquela água passava por tratamento para torna-la potável, quando ele me disse que já havia consultado vários técnicos de diversos órgãos como a minha Fundação SESP, O DNOS- Departamento de Obras e Saneamento – Universidades, consultores de engenharia, etc. e todos lhe afirmavam que a água do Rio Negro era praticamente impossível de ser tratada, pois a sua coloração é muito intensa e dificulta qualquer operação neste sentido. Foi quando o mesmo disse ao governador que apesar da torcida contra eu iria transformar a água do Rio Negro em água cor de água.

Nesta época, a COSAMA era uma empresa de sociedade mista, onde o governo do estado possuía a grande maioria das ações. Sua sede se localizava na Rua Miranda Leão nº 42, no Centro de Manaus próximo ao Hotel Amazonas. O seu primeiro presidente foi o Dr. Alberto Rocha, um advogado, que renunciou ao cargo em janeiro de 1971, ocasião em que o Economista Carlos Alberto Gioia, que era diretor financeiro, ficou acumulando a Presidência até a posse do Eng. Waldir dos Santos Brito.

Após a licitação para construção da Estação de Tratamento de Água, que foi vencida por uma empresa de grande porte da época denominada Portuária, que de acordo com o relato do mesmo livro de memórias executou dentro dos prazos estabelecidos, foi aberto à concorrência para a elaboração de projetos arquitetônicos para reservatórios elevados de 5.000 m³, 3.500 m³ e 2.500 m³.

Essa comissão julgou os projetos com base no projeto arquitetônico e custo, tendo vencido o projeto do Arquiteto Severiano Mário Porto, prêmio nacional de arquitetura no Brasil.

Um exemplo deque a arquitetura pode ser feita de pequenos e simples elementos, mais próximos do homem e de seu universo, desvinculada de conceitos internacionais, está na obra do Arquiteto Severiano Mário Porto, cuja maior preocupação é a preservação da identidade regional e a valorização do uso da madeira e das técnicas caboclas, mais adequadas às circunstâncias locais, bastantes específicas¹⁶.

¹⁶Revista n. 1972 “A Construção”, São Paulo, 1985. A arquitetura regional de Severiano Porto. PORTO, Severiano. A Arquitetura Regional de Severiano Porto. A Construção. n.1972. São Paulo. 1985. p.19.

A arquitetura ao estilo de Severiano Porto deve partir de soluções e processos construtivos mais simples e só chegar à tecnologia mais avançada “quando os programas assim o exigirem”. É preciso saber o que é mais conveniente para cada caso, deixando de lado conceitos e dogmas acadêmicos que inibem determinadas soluções, consideradas ultrapassadas e anacrônicas.

Dessa postura resultaram obras bastante singulares, cuja linguagem, muito coerente com o clima da Amazônia, rendeu ao arquiteto várias premiações do IAB (Instituto de Arquitetura do Brasil e a láurea máxima na Bienal Internacional de Arquitetura de Buenos Aires em 1985 (PORTO, 1985, p. 15).

Embora os projetos do Arquiteto utilizassem invariavelmente a madeira, ele empregava também o concreto, quando o programa assim o exige. A sede da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), os reservatórios elevados da COSAMA (Companhia de Saneamento do Amazonas), foram executados em concreto aparente. Estes reservatórios receberam um tratamento arquitetônico especial, uma vez que estão localizados nos pontos mais elevados da cidade, como na Castelhana (Boulevard Amazonas) e no Mocó formando um complexo de abastecimento de água nesses lugares. Ao invés de utilizar um grande cilindro, o arquiteto preferiu subdividir cada projeto em seis cilindros conjugados, com idênticas capacidades. Além dos lugares citados ainda foram construídos no Aeroporto Ponta Pelada, São Jorge, São Raimundo com alturas variando entre 23 a 25 m com capacidade para 2,5 a 5 mil m³. O desenho original (mereceu o Prêmio do IAB/RJ) e tornou-se o símbolo e logotipo da COSAMA.

Segundo o renomado arquiteto, a arquitetura deve responder as necessidades e as circunstâncias locais, esquecendo modelos importados de outras regiões ou de outras culturas dominantes. Neste sentido,

À medida que assumimos a nossa época, com tudo o que isso implica – uma imensa quantidade de informações sobre o que já foi realizado, conhecimentos e técnicas regionais, de novos materiais etc, - alcançaremos a liberdade para elaborar projetos mais belos e mais racionais, adequados o clima onde serão executados, às regiões e a seus usuários. Porque a arquitetura também é uma mensagem. A resposta do arquiteto deve se situar entre o desejo do morador e o trabalho¹⁷.

¹⁷Revista n. 1972 “A Construção”, São Paulo, 1985. A arquitetura regional de Severiano Porto. p. 19.

Comparativamente, tratando-se de “arquitetura moderna”, a narrativa nos leva a discutir se a origem dessa arquitetura moderna seria: no Rio de Janeiro ou São Paulo? A arquitetura moderna pode ser tratada de várias maneiras, explícita ou implícita poderíamos definir a época da “boa modernidade” tratada pelos europeus como edificações de época.

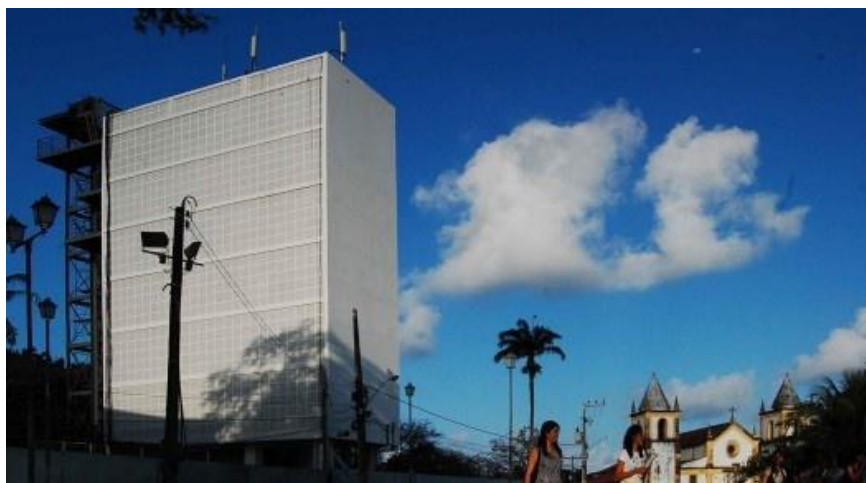
Nessa perspectiva, podemos considerar a semana de 22 de São Paulo como evento pioneiro da arte moderna. Mas nem todas as consequências devem ser consideradas desdobramentos desse evento. Podemos citar além da arte de Severiano o que Luís Nunes deixou de legado com o projeto do Reservatório de Olinda, um projeto emblemático influenciado pelos princípios corbuserianos e pelas obras de Lúcio Costa:

O projeto do Reservatório d’água de Olinda de 1936 é contemporâneo e embora hoje irrisório, à época, a altura dessa edificação de aproximadamente 25 metros, no alto da colina olindense, era impressionante, associando-se à imagem do arranha-céu, criando uma esplanada-belvedere, que se constitui como volume horizontal, em contraste com o paralelogramo vertical. Os dois volumes não se tocam totalmente, pois se interligam através de um pavimento vazado, em pilotis, o que assegura a leveza da composição. Esta solução compositiva tornar-se-ia paradigmática na arquitetura moderna nas mais variações e escalas.

A riqueza da implantação e da solução compositiva da edificação olindense de Nunes tem sido muito pouca apreciada. Em compensação, as análises sempre evocam o arrojo estrutural, a utilização do concreto armado e, sobretudo o pano das fachadas de linhas discretas executadas em elemento vazado: o cobogó, como a essência da qualidade arquitetural desta obra¹⁸.

¹⁸<<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/11.131/3826%3E>> acesso em 23.05.2022. Revista Arquitectos, abril, 2011.

Figura 18 - Reservatório d'Água de Olinda 1936.



Fonte: Luís Nunes, foto Marcio Cotrim.

Há de se considerar, nessas diversas edificações, seus vários esforços culturais. São cenas e cenários que descortinam o aprendizado de uma civilização e que nos remetem a histórias que nos intimidam e nos encantam com suas harmonias de tempos e épocas. A representatividade dos elementos construídos e a memória que estão guardadas deve ser preservada para seu real valor na construção de sua história.

Dentro dessa linha de pensamento, tratando-se do saneamento básico da cidade de Manaus, temos de destacar a construção da primeira usina de tratamento de esgotamento sanitário da cidade de Manaus, outra edificação histórica, cujo tombamento estadual se deu em 1993, sob o Decreto N°15.485. de 17/06/1993. Foi reformada em 1993, como Centro Cultural e em 2002 passou a apresentar exposições sobre preservação da cultura e história da região Amazônica. Há de se considerar que a mesma passou 80 anos abandonada e reconhecida como uma edificação de grande valor histórico e restaurada no Governo de Gilberto Mestrinho.

Este monumento conhecido como Teatro Usina Chaminé representa uma arquitetura com características neorrenascentistas construído em 1910 pela empresa Manaós Improvements Limited Company, concessionária inglesa de serviços de saneamento, com a finalidade de ser uma usina de tratamento de esgotos da cidade de Manaus. A chaminé de 24 metros, construída de tijolos compactos refratários, coroada por um chapéu em ferro moldado é até hoje seu marco construtivo principal¹⁹.

¹⁹<<https://cultura.am.gov.br/portal/usina-chamine/>>, acesso em 23/05/2022. Secretaria do Estado de Cultura e Economia Criativa.

O prédio da Usina de Tratamentos de Esgotos tinha um só pavimento, de pé-direito alto, na forma de uma letra “H”, medindo 16,45 m x 11,00 m no corpo central e 18,04 m x 10,65 m nos corpos laterais. Era cheia de janelas e portas – 26 janelas muito amplas e 5 portas envidraçadas. O corpo central era um amplo salão onde estavam instaladas as bombas da casa de máquinas (GARCIA, 2005).

O que fazer com aquela casa tão bela e tão inútil, no pensar de muitos? O tempo e o rio que dela cuidassem, pois aos governantes de nada servia. Era de fato uma bela casa. De longe avistava-se o seu grande marco, uma nobre chaminé coroada. E lá ficou por tantas décadas, abandonada, entregue ao tempo, condenada às ruínas. O rio testemunhou a sua agonia lenta e longa, Ele e as catraias que nele transitavam e as palafitas que o habitavam (IBIDEM, 2005, p. 62).

Figura 19 - Teatro Usina Chaminé



Fonte: Foto Michel Dantas (2022).

Nessa pesquisa, a memória das águas da cidade de Manaus tem na sua inter-relação com o saneamento básico o ponto de grande importância, enfatizando, também, a conexão com a drenagem pluvial. Ao definir drenagem pluvial precisamos referenciar Bacias Hidrográficas: composição do ciclo hidrológico, onde as declividades, condições geográficas e climáticas da região em que se encontra, são fatores essenciais para a vida - as águas que evaporam, pela ação do aquecimento solar e pela transpiração da vegetação durante a fotossíntese, e se movimentam na atmosfera terrestre, circulando pela superfície do solo e do subsolo. Esses sistemas drenam as águas para um determinado rio, lago ou oceano. As águas do subsolo, quando estão em cota de nível superior à cota de um curso d'água, percolam pelo solo alimentando esse curso d'água.

Os rios urbanos, que já vinham passando por grandes transformações, em especial a partir da intensa urbanização ocorrida após a década de 1950, têm suas condições de deterioração agravadas com a precariedade do saneamento básico, com crescente poluição ambiental, com as alterações hidrológicas e morfológicas, bem como a ocupação irregular de suas margens. Nesse contexto, o centro histórico da cidade de Manaus, também sofreu suas transformações. Com a necessidade de canalização do Igarapé do Espírito Santo foi desenvolvido um projeto de galerias de água pluviais no governo de Fileto Pires Ferreira conhecido como “Galeria dos Ingleses”.

A história da construção da “galeria dos ingleses” tem início com o Governador Eduardo Ribeiro e efetiva-se no Governo de Fileto Pires Ferreira, o qual alegava necessidade extrema de aterrar os igarapés do centro, pois, esses eram focos de mosquitos transmissores de doenças, entre elas a febre palustre. Este projeto onde foram aterradas ruas, avenidas e praças seguiam o estilo europeu, caracterizado pela Belle Époque.

Figura 20: Construção de galerias no Igarapé



Fonte: manausontemhojesempre.blogspot.com. Acesso em: 19/07/2022.

3.3 Diretrizes para o tombamento do Saneamento Básico de Manaus- uma proposta com bases científicas.

A premissa básica sobre as diretrizes de tombamento de um patrimônio material e imaterial ultrapassa a discussão sobre a manifestação do edificado, dos saberes, sabores e história das cidades e práticas da urbe. Partindo de várias reflexões teóricas e técnicas tomando como base a expressão “patrimônio cultural”, identifica-se as políticas e sociabilidade dos espaços, na memória afetiva e social do saneamento.

É afirmando através dessa pesquisa o valor histórico do saneamento básico, sendo imperioso a sua preservação através de ações efetivas dos bens edificados descritos e sua abordagem político-social com fatos e reflexões, enfatizando a requalificação e reabilitação de todo o sistema.

Segundo Fortuna (2009), o primeiro termo do paradoxo que nos rodeia alimenta a dúvida acerca da nossa capacidade, agora que “somos todos urbanos” e de posse de um patrimônio de conhecimento político, técnico científico sem precedentes acerca da cidade e do fenômeno urbano, de construir a cidade que idealizamos ou que sonhamos: democrática e inclusiva, criativa e bela, inteligível e justa.

O segundo termo do nosso paradoxo- o que anuncia o esgotamento da cidade ou o seu “fim” – constitui uma visão excessiva e adulterada daquilo que se está efetivamente a passar no mundo urbano contemporâneo. O que está a desaparecer não é a cidade em si, mas um determinado modelo histórico de cidade. Percorrendo um fio condutor comum, que incorre a afirmação da premissa simmeliana da “predominância de um ethos metropolitano na vida humana” (FORTUNA, 2009).

Construída em um curto espaço de tempo, entre 1890 e 1910, a “Manaus da Belle Époque”, assim como Belém, representa a força do poder econômico gerado pela exploração e comercialização da borracha na Amazônia, entre o final do século XIX e início do XX. Tem como principais características a arquitetura em estilo eclético e o traçado urbano de inspiração racionalista (DEPAM, 2012).

Analisar o significado de Ecletismo significa entender que as grandes construções da história têm estilos marcados por essa influência no século XIX e XX. A mistura de tendências antigas como o barroco, o renascentismo e o gótico estão intimamente ligados as revoluções industriais da Europa e dos Estados Unidos. Entender esse estilo eclético é também entender a história da Engenharia no mundo, considerando o uso do ferro, do aço e do vidro em abundância nas obras edificadas.

A despeito de muitas vezes ser camuflado por caixas de alvenaria, o ferro se revela em toda sua plasticidade em elementos como coretos, grades, postes de luz, portões e gradis, os quais contribuem para a identidade configurativa do século XIX. Vale assinalar seu caráter pioneiro da construção civil, já que as peças eram pré-fabricadas, feitas em escala industrial, e montada in loco (DEPAM, 2012).

Figura 21 - Estrutura de Ferro do Reservatório do Mocó



Fonte: Figura da autora, 2018

Magnífica obra em estilo neorrenascentista, erguida sob uma grande estrutura interna totalmente de ferro, na época importado da Inglaterra, constando em algumas peças a inscrição “Doman & Long”, a mesma encontrada na ponte Benjamin Constant. (MESQUITA, 2006).

A descrição dos vários elementos arquitetônicos e construtivos que compõem o sistema de Saneamento Básico de Manaus nos remete às várias épocas e políticas públicas implementadas por governos distintos, determinados quase sempre pelas questões do crescimento populacional e as questões sanitárias consequentemente.

Concebido no âmbito do DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, em 2008, em meio a inúmeras ferramentas digitais surgindo e soluções tecnológicas, o SICG foi elaborado para maior integração e facilidade de acesso as informações.

Uma das principais características do SICG é o alcance no atendimento aos seus preceitos de sistema integrado voltado para a gestão do bem cultural. Destacamos o fato de termos, em uma única interface, o cadastro de bens diversos que, historicamente, tinham seus cadastros informatizados de forma isolada e sem vasos comunicantes. Outro ponto é a articulação, no território, do cadastro dos bens culturais materiais e imateriais, fato inédito na Instituição [...]. Um dos

aspectos que mais chamam a atenção para o SICG é o seu papel no cumprimento da Missão Institucional dado que o sistema tem um papel federativo ao permitir em sua concepção e automatização de processos o compartilhamento do cadastro de bens considerados como patrimônio cultural por prefeituras e governos locais. Tal ato traz consigo um ganho de escala territorial e amplitude temática do alcance das políticas públicas de reconhecimento/proteção dos bens culturais (IPHAN, 2014, n.p.).

Em novembro de 2007 foi promovida pelo IPHAN a reorganização da Associação Brasileira de Cidades Históricas, apresentando logo em seguida sua proposta de construção do SNPC ao Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura. Naquele momento, o IPHAN pactuou com o Fórum a estratégia para a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Em março de 2008 estive presente como Coordenadora Técnica do IPHAN-Amazonas, na primeira reunião entre o IPHAN e os órgãos estaduais de gestão do patrimônio cultural desde 1971, com a presença dos demais órgãos estaduais e várias superintendências regionais, bem como a direção nacional do instituto.

Há de considerar também várias revisões metodológicas de inventários aliada às análises das experiências de outros inventários, em especial – o Inventário Geral da França, o Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC-BA e o inventário dos Roteiros da Imigração em Santa Catarina (experiência trazida por Dalmo Vieira, o então diretor do DEPAM) – Inspiraram o primeiro esboço do que viria a ser o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão- SICG (DI LELLO e GUIA, 2004).

Em 2008, aconteceu em Brasília o workshop sobre paisagens culturais e sistema de informação, fruto do acordo de cooperação técnica firmada entre Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH) e IPHAN. Neste encontro, técnicos do IPHAN discutiram com os espanhóis, sistemas de informação de patrimônio cultural. O desdobramento desse debate foi a missão que levou dois técnicos do DEPAM a Sevilha, na Espanha para conhecerem o Sistema de Informacion del patrimonio histórico Andaluz (SIPHAN) e o Sistema de Informacion para la Gestion de Bienes Culturales – Mosaico. A experiência foi fundamental, principalmente porque fez perceber a importância de integrar os dados de arqueologia ao SICG (DI LELLO E GUIA, 2004).

O caráter investigativo e interpretativo implica em delimitar poligonais de tombamento a conjuntos pouco documentado, mas entendemos que na nova interpretação proposta é necessário atribuir valor e redefinir o bem, estabelecendo proposta para novas diretrizes e conservação. Entende-se que o papel do IPHAN é de

mediador e que os especialistas da área especificada e pessoas de interesse, autores do discurso, são representativos e decisivos para a proposta e identificação da integração desses bens, sejam os patrimônios materiais, imateriais e patrimônios naturais, nivelando e tratando o patrimônio integralizado.

Um dos instrumentos importantes para a preservação da memória é o seu registro iconográfico, quer pelos métodos milenares, quer pelos processos e instrumentos mais recentes que a ciência e a técnica do nosso tempo nos trouxeram. Nesse caso, desaparecido o objeto que testemunha o nosso passado, a sua imagem pode substituir, embora parcialmente, a necessidade imanente à natureza humana de manter contato com o que se foi. Daí uma das várias utilidades nas representações cadastrais como forma de preservação da memória (OLIVEIRA, 2008).

Oliveira (2008, p.13), no livro “A documentação como ferramenta de Preservação da Memória” explica que “[...] mas, além do valor documental, simbólico e afetivo da representação cadastral de um edifício de interesse cultural, ela é instrumento inseparável dos que têm a difícil missão de intervir em um monumento”.

O IPHAN esclarece que:

Os sítios protegidos, especialmente as áreas urbanas, devem ser trabalhados considerando o caráter dinâmico das cidades e a necessidade de conciliação das demandas e necessidades atuais da população com a preservação do patrimônio cultural. Neste sentido, o patrimônio deve ser visto como um fator de desenvolvimento -humano e econômico- [...] devem ir muito além do estabelecido de regras, mas a partir da dinâmica das cidades (IPHAN, 2014, n.p.).

O SICG é hoje a principal aposta tecnológica para o armazenamento e disseminação de informações do patrimônio do IPHAN. Por isso, procurou-se entender como esse instrumento afeta as práticas de preservação e gestão do patrimônio arquitetônico, discutir e propor algumas formas de utilizá-lo nas diretrizes propostas de tombamento e registro do sistema básico de saneamento da cidade de Manaus, objeto dessa tese. A utilização dessa ferramenta de preservação da memória considera ainda que o SICG fosse desenvolvido utilizando geotecnologias de acordo com padrões de interoperabilidade sugeridos no Programa de Governo Eletrônico, mantido pelo Ministério do Planejamento. Neste sentido, ainda sobre o SICG,

O SICG- Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão é constituído por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e conta com um conjunto de fichas

estruturadas para a captura e organização de informações conforme o objetivo do estudo ou inventário (IPHAN, 2014, n.p.).

É importante ainda entender os Conceitos Básicos do SICG:

- Projeto- Equivale à junção de um recorte geográfico e temático. O projeto inscreve a leitura de uma realidade geográfica com a cultural. É no projeto que incidem os atributos explicativos do universo de abordagem, contribuindo para a sua caracterização e enriquecimento com novas dimensões. Um projeto compreende a somatória de um contexto geral e um específico.
- Contexto Geral – Equivale à realidade geográfica, cultural e histórica mais abrangente. Compreende diversos contextos e bens.
- Contexto Específico – É um subconjunto do contexto geral. Especifica, de forma geográfica, as relações associativas entre tema e território. Pode ser uma localidade, um sítio ou um conjunto de unidades cuja presença de bens e fatos históricos justifique estudo pormenorizado²⁰.
- O módulo Conhecimento busca reunir informações que contextualizem, na história e no território, os bens que são objetos de estudo, organizando os dados de natureza socioeconômica, histórica e cultural de forma integrada. É usada para iniciar um estudo temático ou inventário de conhecimento em um dado espaço geográfico e é composto das fichas:
- Ficha M101- Contextualização Geral: destinada à coleta e organização das informações relacionadas a um recorte territorial amplo. Não se aplica a bens isolados.
- Ficha M102- Contexto imediato: direcionada para aplicação em sítios ou conjuntos históricos (urbanos e rurais) que tenham sido identificados ou contextualizados dentro de um recorte territorial ou temático mais amplo.
- Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente: local destinado à inclusão de informações relativas ao processo de tombamento dos conjuntos que já possuem algum tipo de proteção.

²⁰<ce<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SICG-Apresentacao-2%201-2%203.pdf>
Acesso em: 29/06/2022.

É imperioso destacar que em 2010 fizemos parte da equipe técnica que realizou o dossiê e o tombamento do Centro Histórico de Manaus. As fichas modelos fizeram parte do referido dossiê e o SICG tornou-se um mecanismo de orientação e suporte para uma representação documental. Tal como pode se ver:

Ficha M101 – Contextualização Geral

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
Região Norte	
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema de estudo)	
Processo de Ocupação do Amazonas	
1.3. Identificação do Universo/Objeto de Análise	
Patrimônio Urbano e Arquitetônico de Manaus	
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/OBJETO DE ANÁLISE	
2.1. UF(s)	2.3. Localidade(s)
AM	Manaus
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE	2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
2.6. Mapa de Localização	
2.6.1. No Brasil	2.6.2. Em relação ao contexto/limites
	
2.6.3. Na região/estado	
	
2.7. Municípios limítrofes (nominar)	
Presidente Figueiredo, Careiro, Iranduba, Rio Preta da Eva, Itacoatiara, Novo Airão.	
3. INFORMAÇÃO SOBRE CONTEXTO HISTÓRICO DO UNIVERSO/OBJETO DE ANÁLISE	
Introdução Uma das atuais preocupações do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – Depam é valorizar determinadas regiões do Brasil por meio de ações de preservação, privilegiando períodos destacados na história nacional, nos mais variados aspectos.	

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

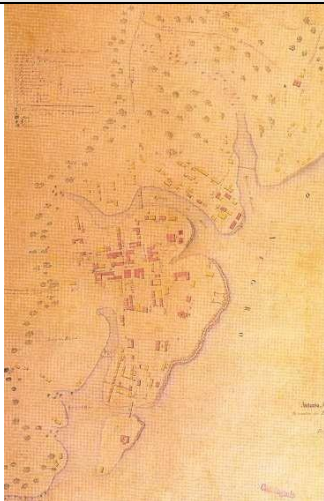
Região Norte

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Processo de Ocupação do Amazonas

1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise

Patrimônio Urbano e Arquitetônico de Manaus



Plano da Cidade de Manaus, onde é possível verificar o forte bem próximo à margem do rio Negro. Desenho de 1844, da Engenharia Militar. Original no Ministério da Defesa - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Imagem extraída do livro *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, de Paulo Santos, p. 147



Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Xilogravura de Humpert e Michelet

Em janeiro de 1852, foi oficialmente instalada a Província do Amazonas em Manaus com a finalidade de garantir a soberania do Império na parte ocidental da Amazônia brasileira e, também, de administrar as mudanças econômicas e sociais que deveriam ocorrer no seu extenso território. A posição de capital rendeu recursos à cidade com a chegada, no mesmo ano, do presidente da província, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. O primeiro presidente da província se preocupou em fazer melhoramentos locais e trouxe funcionários. No entanto, um dos grandes problemas que Manaus enfrentaria naquele momento, e em várias décadas seguintes, era a falta de mão de obra bem como materiais de construção (Mesquita, 2006, p. 27). No entanto, com Tenreiro Aranha tem início a primeira fase de remodelação urbanística da cidade e também a navegação comercial, oficialmente inaugurada com a primeira viagem do vapor Marajó, em 1853, que reduziu de dois meses para 10 dias a viagem entre Manaus e Belém.

Observe-se que em termos populacionais, em 1787, Manaus tinha 300 habitantes entre brancos, índios e escravos, distribuídos em apenas três ruas. Quarenta anos depois, em 1827, a população subiu para aproximadamente 3.000 pessoas e, ao se tornar capital da província, em 1852, a população passou para 4.000 habitantes.

Mais do que um instrumento de documentação, o SICG foi concebido para ser um mecanismo de gestão do patrimônio cultural. As fichas do “Módulo Gestão foram estruturadas para a escolha de dados e geração de informações que auxiliem a tomada de decisões, a elaboração de planos estratégicos, a criação de norma de preservação e o estabelecimento de ações de reabilitação urbana.

O Módulo Gestão dá ênfase ao patrimônio já cadastrado e protegido pelo IPHAN ou outros órgãos de preservação, estimulando estratégias de gestão e valorização. Suas fichas estão voltadas para a coleta de informações necessárias à gestão do bem, a fim de auxiliar as ações de fiscalização, licenciamento, normatização, elaboração de planos de preservação ou de diagnósticos urbanos. É composto por sete fichas:

- Ficha M201 – Pré-setorização: visa à elaboração de uma proposta de setorização sobre os diferentes componentes dos sítios e conjuntos, rurais e urbanos, protegidos ou em processo de proteção, além de suas áreas de entorno e a determinação das premissas gerais que nortearão as propostas de normatização e planejamento estratégico da área tombada;
- Ficha M202 – Caracterização dos setores: resulta do detalhamento da ficha anterior e objetiva identificar as principais diretrizes para a normatização e a construção de planos estratégicos de desenvolvimento aliados a preservação do patrimônio cultural;
- Ficha M203 – Averiguação e proposição local: nesta, as diretrizes recomendadas para cada setor, a partir do preenchimento das fichas anteriores, são verificadas quadra a quadra. Esta ficha permite a identificação de “exceções à regra” que devem ser tratadas de forma isolada, considerando as suas especificidades;
- Ficha M204 – Diagnóstico de áreas urbanas – Lote: objetiva a obtenção de dados relativos a cada lote do perímetro em estudo. O cruzamento dessas informações fornece subsídios para projetos de reabilitação urbana ou tomadas de decisão quanto a necessidade de investimentos;
- Ficha M205 - Diagnóstico de áreas urbanas – Quadra: busca agrupar informações relativas às quadras de maneira integral, incluindo desde dados de ocupação até a infraestrutura urbana e equipamentos disponíveis.

Também tem como finalidade fornecer subsídios para projetos de reabilitação urbana;

- Ficha M206 – Diagnóstico de conservação: usada para conduzir as vistorias em imóveis tombados individualmente, permitindo o acompanhamento de seu estado de conservação e o planejamento de obras necessárias à sua conservação;
- Ficha M207 – Relatório Fotográfico: direcionada para a documentação e organização das fotografias obtidas em campo, tanto em estudos ou inventários de conhecimento, como em vistorias de bens já protegidos.

O Módulo Cadastro é constituído por fichas destinadas aos bens individuais de natureza material (arqueológico, paleontológico, natural, bem imóvel, bem móvel e bem integrado).

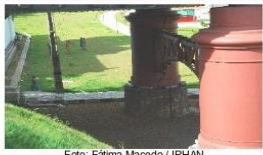
Permite a identificação e o aprofundamento das informações sobre os bens cadastrados através do preenchimento de fichas especializadas sobre arquitetura, bens móveis e integrados, conjuntos rurais, patrimônio ferroviário, patrimônio naval, dentre outros.

- Ficha M300 – Planilha síntese: é composta por uma lista com identificação, localização e caracterização para os bens de natureza material;
- Ficha M301 - Cadastro Geral: abriga campos de identificação, localização para os bens de natureza material. Em caso de interesse ou necessidade de informações mais detalhadas, as fichas específicas subsequentes deverão ser preenchidas;
- Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa: permite uma caracterização mais aprofundada do bem arquitetônico em análise, considerando os elementos externos, especialmente do ponto de vista morfológico e tipológico da edificação;
- Ficha M303 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna: contempla informações relativas ao interior dos bens arquitetônicos, pressupondo o acesso ao imóvel. Contém campos indicativos quanto aos usos (original e atual), técnicas construtivas, materiais de acabamento e informações básicas sobre a existência de bens móveis integrados.

Utilizando a metodologia descrita na sequência temos o mapeamento da Ponte Benjamin Constant (abaixo), Porto de Manaus²¹, da Praça D. Pedro II²² e da Legislação Municipal - LOMAN²³, realizado em 2010, quando da confecção do dossiê de tombamento do Centro Histórico de Manaus.

Ficha M301 – Cadastro de bens

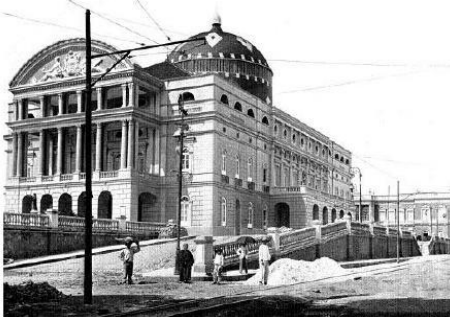
MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO									
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)									
Manaus									
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)									
Varredura do Patrimônio Material de Manaus									
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)								1.4. Código Identificador Iphan	
Ponte Benjamin Constant ou Cachoeirinha								AM130260-0024	
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE									
2.1.UF		2.2.Município			2.3.Localidade				
AM		Manaus			Cachoeirinha				
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)								2.5.Código Postal	
Igarapé Cachoeirinha									
2.6.Coordenadas Geográficas				3.PROPRIEDADE					
Latitude				x		Pública		3.1. Identificação do Proprietário	
Longitude						Privada			
Altitude [m]						Mista		3.2. Contatos	
Erro Horiz. [m]						Outra			
4. NATUREZA DO BEM			5.CONTEXTO			6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
Bem arqueológico			Rural			Patrimônio mundial		Patrimônio mundial	
Bem paleontológico			x Urbano			Federal/ individual		Federal/ individual	
Patrimônio natural			Entorno preservado			Federal/ conjunto		x Federal/ conjunto	
x Bem imóvel			Entorno alterado			x Estadual/ individual		Estadual/ individual	
Bem móvel			Forma conjunto			Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto	
Bem integrado			Bem isolado			Municipal/ individual		Municipal/ individual	
4.1 Classificação						Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Pontes						Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO			9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO			Nenhuma		Nenhuma	
x Integro			x Bom			6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
Pouco alterado			Precário			Tombamento		Tombamento	
Muito alterado			Em arruinamento						
Descaracterizado			Arruinado						
10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)									
									
Foto: Fátima Macedo / IPHAN		Cartão Postal 1907		Foto: Fátima Macedo / IPHAN		Foto: Fátima Macedo / IPHAN			
									
Foto: Fátima Macedo / IPHAN		Foto: Fátima Macedo / IPHAN		Foto: Fátima Macedo / IPHAN					
11.DADOS COMPLEMENTARES									
11.1.Informações Históricas (síntese)									

²¹ Consultar anexo.

²² Anexo

²³ Anexo

1. IDENTIFICAÇÃO	
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	Região Norte
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)	Processo de Ocupação do Amazonas
1.3. Identificação do Universo/Objeto de Análise	Patrimônio Urbano e Arquitetônico de Manaus
A monumentalidade dos prédios públicos, o ajardinamento das praças, a construção de grandes avenidas, a tentativa de criação de um espaço cultural europeu por meio de restaurantes com cardápio francês e lojas de luxo, nortearam as ações do poder público e privado para que Manaus pudesse ser mostrada como uma cidade moderna tal qual Paris, Madrie Rio de Janeiro.	
 Ajardinamento de praças. Fonte: Jornal A Crítica.  Praça Uruguaya. Fonte: Jornal A Crítica.  Aspecto de uma rua, mostrando a organização e o uso do espaço urbano.  Vista parcial da rua Municipal, atual Sete de Setembro. Fonte: Jornal A Crítica.  Teatro Amazonas. Fonte: Jornal A Crítica.	

A proteção institucionalizada dos bens culturais alçados à condição de patrimônio nacional, não se restringe apenas ao uso dos instrumentos de reconhecimento desse patrimônio empenhados pela instituição: o tombamento e o Registro. Antes, esses instrumentos constituem a etapa final de um processo complexo de atribuição de valores aos bens culturais, criteriosamente selecionados como representativos de uma ideia de cidade. Por outro lado, os trabalhos de identificação e conhecimento das práticas culturais de interesse, como levantamentos, inventários e mapeamentos, também constituem objetos de investigação, a partir dos quais é possível refletir sobre a constituição de políticas de preservação (LIMA, 2013).

O levantamento cadastral do local deve ser compatibilizado e concebido sem fragmentação, determinando uma nova diretriz: a “diretriz de conservação” condizente com as atuais políticas de preservação do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A autora apresenta o módulo cadastro adiante, para o Complexo Castelhana, baseado nos critérios estudados, descrevendo os aspectos históricos e construtivos, não apenas em visões técnicas específicas, mas uma coletânea de informações, permitindo revisão/atualização utilizando as tecnologias digitais para ampliar e consolidar as informações construídas através da pesquisa realizada na busca da construção desse conhecimento de memória.

É importante visualizar no mapeamento cadastral exemplificado em sequência que não apenas o reservatório do “castelinho” (Castelhana baixa) tem sua importância histórica, como o Reservatório Elevado (Castelhana alta) de concreto armado idealizado pelo Arquiteto Severiano Mário Porto representando outra época histórica, formando o Complexo Castelhana. Como proposta desta pesquisa, todo o complexo da Castelhana, incluindo o reservatório de concreto armado, considerando ainda que essas realidades são inseparáveis, deverá ter seu mapeamento integralizado e protegido.

A nova varredura foi elaborada considerando todos os elementos em outra perspectiva, contemplando seu valor histórico e artístico de todo o complexo, considerando todos os elementos necessários para uma proposta de tombamento mais amplo e seguindo as bases das diretrizes do IPHAN.

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)					
Manaus					
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)					
Varredura do Patrimônio Material de Manaus					
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)					1.4. Código Identificador Iphan AM000000000
Reservação de Água Castelhana Baixa (Castelinho)					
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE					
2.1.UF	2.2. Município		2.3.Localidade		
AM	Manaus		Centro		
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)					2.5.Código Postal
Av. Boulevard Álvaro Maia esquina com a Av. Constantino Nery					
2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE			
Latitude			Pública	3.1. Identificação do Proprietário	
Longitude			Privada	Prefeitura de Manaus -PMM	
Altitude [m]		x	Mista	3.2. Contatos	
Erro Horiz. [m]			Outra		
4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado	x	Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
	Íntegro		Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente	
x	Pouco alterado	x	Precário	7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Muito alterado		Em arruamento		
	Descaracterizado		Arruinado		
10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)					
					
Foto: Fátima Macedo / IPHAN		Foto: Fátima Macedo / IPHAN		Foto: Fátima Macedo / IPHAN	
					
Foto: Fátima Macedo / IPHAN		Foto: Fátima Macedo / IPHAN		Foto: Jean Diego/ UNINORTE	
Referências bibliográficas: MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: História e Arquitetura. Manaus: Editora Valer, 1999. SILVA, Jean Diego Costa da; BACELAR, Ghislaine Raposo. Revitalização de Prédios Históricos: Reservatório de Castelhana, Castelinho, na Cidade de Manaus. Revista Pesquisa Acadêmica Europeia, Bucarest, Vol. VI, Issue 8/ November 2018. Disponível em: http://euacademic.org/UploadArticle/3766.pdf . Acesso em 21 de mai. 2021.					



11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)

O Reservatório da Castelhana denominado “Castelinho” data de 1898. Provavelmente a autoria do projeto é do engenheiro Lauro Bittencourt, que durante sua atuação na Repartição de Obras Públicas dirigiu as obras do serviço de abastecimento de água da cidade. O estilo arquitetônico deste prédio é o mesmo da antiga Casa de Bombas e da represa projetadas por Bittencourt, em 1883. Tais construções parecem ter composto o apresentam algumas características medievais que se podem lembrar o neogótico. Até os primeiros anos da década de 80 apresentava um aspecto pouco cuidado, sendo recuperado posteriormente e pintado em cor-de-rosa e branco, comprometendo a originalidade da construção, retirando-lhe o aspecto histórico e imprimindo-lhe uma aparência descaracterizada. Até 2005 este prédio pertencia à Companhia de Águas do Amazonas – COSAMA.(Mesquita, 1999, 103)

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)

O Reservatório do Castelinho (castelhana baixa) é um reservatório aterrado e quanto à sua arquitetura é um prédio de pequeno formato; no entanto, o predomínio de seu traçado vertical e a presença de alguns elementos decorativos de sua fachada dão-lhe a característica de uma fortaleza gótica. Embora a obra tenha sido construída sobre um terreno pouco mais elevado que o nível da rua, sendo escavada uma passagem para que o primeiro pavimento ficasse no mesmo nível da rua, atualmente existe uma barreira de terra que impede este contato. O pavimento térreo é vazado por uma porta em arco pleno e duas pequenas janelas quadradas, e no segundo abrem-se três magras janelas de arco pleno com molduras ogivais e, abaixo da cornija, existe um relevo ornamental em forma de grega, produzindo uma seqüência de pequenos arcos ogivais que circundam todo o prédio. A platibanda é recortada em forma de ameias, tendo ao centro uma elevação ladeada por pequenas agulhas; nas extremidades, sobre os cunhais do prédio, erguem-se duas agulhas maiores. (Mesquita, 1999, 104). Foi construído em alvenaria de pedra na mesma época da represa da Cachoeira Grande, possui 4 metros de altura e encontra-se situado a 66,34 cm do nível máximo da enchente, com capacidade de armazenar 4.592 m³ de água. (Melo, 1991, p.21).

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	UFAM	12.2. Data
12.3. Responsável	Ghislaine Raposo Bacelar	Julho de 2022

Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.2. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Manaus

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Varredura do Patrimônio Material de Manaus

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Complexo de Reserva de Água Castelhana alta (Reservatório de Concreto Armado)

1.4. Código Identificador Iphan

AM000000000

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2. Município	2.3. Localidade
AM	Manaus	Centro
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5. Código Postal
Av. Boulevard Álvaro Maia esquina com a Av. Constantino Nery		

2.6.Coordenadas Geográficas

3.PROPRIEDADE

Latitude		Pública	3.1. Identificação do Proprietário
Longitude		Privada	Prefeitura de Manaus -PMM
Altitude [m]		x Mista	3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]		Outra	

4. NATUREZA DO BEM	5.CONTEXTO	6.PROTEÇÃO EXISTENTE	7. PROTEÇÃO PROPOSTA
Bem arqueológico	Rural	Patrimônio mundial	Patrimônio mundial
Bem paleontológico	x Urbano	Federal/ individual	Federal/ individual
Patrimônio natural	Entorno preservado	Federal/ conjunto	x Federal/ conjunto
x Bem imóvel	Entorno alterado	Estadual/ individual	Estadual/ individual
Bem móvel	Forma conjunto	Estadual/ conjunto	Estadual/ conjunto
Bem integrado	Bem isolado	Municipal/ individual	Municipal/ individual
4.1 Classificação		Municipal/ conjunto	Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura		Entorno de bem protegido	Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO	9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO	Nenhuma	Nenhuma
Integro	x Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente	7.1 Tipo/ legislação incidente
x Pouco alterado	Precário		
Muito alterado	Em arruamento		
Descaracterizado	Arruinado		

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)



Foto: Foto: Jean Diego/Ghislaine ,2022



Foto: Foto: Jean Diego/Ghislaine ,2022

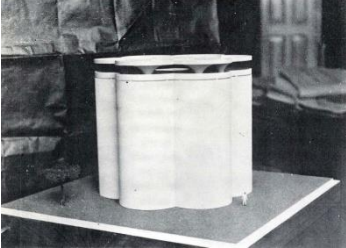


Foto: Maquete da Castelhana, 1977. (MELO, 1989, p.32)

Referências bibliográficas:

MELO, Regina. **História do Abastecimento de Água de Manaus**. 1. ed. Manaus: 1989.

SILVA, Jean Diego Costa da; BACELAR, Ghislaine Raposo. **Revitalização de Prédios Históricos: Reservatório de Castelhana, Castelhinho, na Cidade de Manaus**. Revista Pesquisa Acadêmica Europeia, Bucareste, Vol. VI, Issue 8/ November 2018. Disponível em: <http://euacademic.org/UploadArticle/3766.pdf>. Acesso em 21 de mai. 2021.

 Foto: Foto: Jean Diego/Ghislaine ,2022	 Foto: Foto: Jean Diego/Ghislaine ,2022	 Foto: Correa Lima. Acervo: Eduardo Braga, 1970.	 Foto: Maquete da Castelhana, 1977. (MELO, 1989, p.32)
--	---	---	--

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)

Em 1980, a COSAMA realizou um programa visando a melhoria e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Manaus, cujo objetivo visava melhorar o nível de atendimento da população em setores com deficiência de fornecimento de água, assim como duplicar o Sistema, que havia alcançado o seu horizonte de projeto. (MELO,1989, p.32) O Reservatório elevado da Castelhana (castelhana alta) é um reservatório tipo elevado em concreto armado, projetado pelo Arquiteto Severiano Mario Porto em 1980.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

O Reservatório elevado da Castelhana (castelhana alta) é um reservatório tipo elevado em concreto armado, projetado pelo Arquiteto Severiano Mario Porto em 1980. Ao invés de utilizar apenas um grande cilindro, o arquiteto preferiu subdividir cada projeto em seis cilindros conjugados de idênticas capacidades. Este reservatório compõe com o Castelhinho o complexo de abastecimento de água do centro de Manaus e em vários bairros que os circunda. Sua capacidade é de 3.500 m³ com 23 m de altura.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	UFAM	12.2. Data
12.3. Responsável	Ghislaine Raposo Bacelar	Julho de 2022

A Carta de Atenas, no Artigo 3º afirma: que o objetivo da conservação e da restauração é salvaguardar “tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico” e estabelece ainda que: Artigo 5º “A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade” [...]; Artigo 7º “O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa”²⁴.

A ampliação da proteção dos patrimônios se dá na compreensão totalizante das abordagens integradas de seu patrimônio histórico. A inserção do Saneamento Básico de Manaus é uma proposta que induz a reflexão associando a noção de ambiente à de patrimônio urbano, integrando aspectos intangíveis e aspectos arquitetônicos.

Os bens listados e aprofundados para sua requalificação nesta tese, incluem: o Complexo de Reserva de água do Mocó, o complexo de Reserva da Castelhana, a antiga Usina de Tratamento de Esgotos conhecida como Teatro Usina Chaminé e a Galeria Pluvial dos Ingleses, como ponto de partida para construção de uma dinâmica cultural chamada Patrimônio.

²⁴ Cury, I. (org) (2000), Cartas patrimoniais, Brasília: IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 20/07/2022.

Considerações Finais

Durante 23 (vinte e três) anos como Engenheira Sanitarista na Companhia de Saneamento do Amazonas, privatizada pela 2ª vez, no ano de 2000, a autora desta tese deparou-se com uma oportunidade de apresentar através de pesquisa documental e metodologia devidamente fundamentada, as diretrizes de preservação da cultura material e imaterial para o processo de tombamento do sistema de saneamento básico da cidade de Manaus.

É importante esclarecer que as políticas de privatização e facilitação do fluxo de investimento sobre bens naturais potencialmente a água, cada dia mais se converte em objeto de interesse estratégico das corporações transnacionais, e expressa uma realidade baseada em sua mercantilização e negócios dos mais vantajosos ontem, hoje e nos próximos anos. Apesar do impacto com a nova realidade, foi emblemática a nova caminhada, com ênfase no conhecimento do Patrimônio, desvelando-se uma riqueza de elementos históricos e arquitetônicos, identificando as políticas de sociabilidade e de pertencimento.

Tendo como objeto de investigação o saneamento básico da cidade de Manaus, com ênfase no Complexo de Reserva de Água da Castelhana, Complexo de Reserva de Água do Mocó, a Usina de Tratamento de Esgoto Chaminé e do sistema de drenagem pluvial Galeria dos Ingleses, esta pesquisa reconstruiu a memória das águas. Diante disso, seguiram-se os passos desse saneamento básico e identificando o patrimônio material através das edificações históricas apresentadas e os significados implícitos das memórias na evolução urbana, procurando destacar um patrimônio de saberes e as transformações culturais vividas.

Para a reconstrução desse cenário das águas utilizou-se o significado nos diferentes sentidos, buscando uma identidade cultural na certeza do reconhecimento e proteção do patrimônio no tocante a sua relevância histórica, considerando ainda uma apropriação simbólica e afetiva, evitando uma descaracterização nos elementos edificados e protegendo sua originalidade.

Este trabalho foi estruturado buscando entender através das políticas de intervenção urbana a partir dos tempos áureos da borracha, descrevendo uma época tão rica e transformadora sempre voltada para as questões estéticas e do embelezamento, mas que para isso, hábitos e obras precisaram ser mudados e agenciados respeitando a trajetória evolutiva da cidade. A propósito, ressalta-se que o

Reservatório do Mocó (Mocó velho) quando tombado privilegiou a autenticidade dos elementos construtivos e tipológicos da edificação, e a busca da imagem como representação.

Quando se estuda e analisa os complexos de distribuição de água como a Castelhana e Mocó, a primeira Usina de Tratamento de Esgoto de Manaus e a Galeria dos Ingleses, estes exemplares além de entender sua arquitetura histórica e interpretar seus elementos técnicos, deve-se compreender que estes monumentos são representativos na memória de um tempo sedimentada. Por isso, entende-se que cabe propor ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional seu reconhecimento e valoração. Para esse pertencimento, é necessário lembrar-se do princípio de que patrimônio, temporalidade e territorialidade, são conceitos relacionados a cada tempo e a cada lugar, e só a sociedade e o Estado definem o que se tornará patrimônio. Cabe a nós transformar em memória pois “a cidade não é feita de pedras e sim de homens”.

Ao desenvolver a pesquisa sobre o poder político das águas na cidade de Manaus, contido no Capítulo 2. 1 deste trabalho, foi registrado através da linha do tempo a memória urbana das boas águas, na tentativa de recuperar os sentimentos, as emoções, o valor simbólico e político das atividades em Manaus, desde os idos de 1866. Procurou-se manter uma linha de pesquisa numa análise da história, no caminho dos rios, igarapés, da navegação e dos hábitos insalubres. Necessidade e conhecimentos das práticas de saneamento básico na busca de uma reflexão para um rito de passagem para um novo mundo.

A preservação da memória coletiva e de suas manifestações dependem de ações da empresa que detém o monopólio atual do saneamento no município, como também dos governantes e principalmente dos cidadãos. Esta integração política é necessária e é determinante quando se identifica a necessidade de um projeto arquitetônico para todos os bens aqui descritos.

A restauração arquitetônica, histórica ou cultural, está relacionada a um conjunto de elementos pré-estabelecidos, que jamais devem ser dissolvidos, separados ou danificados. Entender seu verdadeiro significado é entender o que significa o restauro: identificar e recompor o valor da edificação e sua originalidade, mas é necessário avaliar e adaptar aos tempos atuais, inclusive complementando seu uso. A utilização perene de uma edificação é a melhor maneira de mantê-la sempre em bom estado de conservação.

Em nossas considerações finais recomendamos que para a recuperação das edificações, deve ser considerada a confecção de projeto executivo pelas instituições e os atores envolvidos tais como: o arquiteto, o engenheiro, os restauradores, etc. Responsáveis técnicos pela execução devem entender o contexto e a importância dessas técnicas de restauro, conservação e materiais específicos agregando as exigências éticas e normativas adaptando a modernidade tecnológica. Esses critérios definem a abordagem do projeto arquitetônico, a maneira de realizar as obras, sem degradar mais a edificação e sem mascarar a sua história. Portanto, há urgência na execução de um projeto arquitetônico de restauração e conservação no Complexo da Castelhana, Complexo do Mocó, Usina de Tratamento de Esgoto Chaminé e Galeria dos Ingleses.

As inquietações intelectuais que induziram a esta pesquisa são representativas e confundem-se com a própria vida profissional da autora. A responsabilidade das transformações do espaço urbano foi determinante com o auxílio da memória, dos memorialistas, dos periódicos, dos documentos oficiais, das referências digitais entre outros, registrando e estabelecendo laços de complementaridade.

Registramos também em nível de conclusão que ao selecionar registros do passado, protege-se a memória e compartilha-se marcos e elementos culturais, e ao investigar sua constituição observa-se uma representatividade interdisciplinar inerente às obras de conservação, restauração e recuperação necessária a todos os patrimônios edificados apresentados²⁵.

Esta tese sofre influência principal do nosso povo amazônico, ressaltando a relação profunda que temos pelas Águas, independente dos testes químicos necessários para saciar a sede, a água é um ente sagrado, a água é tradição, é poder. Para os índios Paumari, conhecidos como “povos das águas”, e para a cultura dos povos, os rios da Amazônia são formados de águas, margens e encantarias, onde esses rios são habitats de mitos e deuses, os quais possuem significância no patrimônio teórico e simbólico.

²⁵ Ao desvelar as significações simbólicas da água viajei no tempo relembrando as inúmeras vezes que fiquei a contemplar o maravilhoso Rio Negro e sua luminosidade ao entardecer na Estação de Tratamento da Ponta do Ismael, lugar de trabalho, mas também lugar de inúmeras histórias contadas e vividas. Transformar aquele rio de cor escura em água potável de cor translúcida foi um trabalho difícil, mas inestimável para a Bioquímica Lourdes. Aquele sulfato que decantava e muitos experimentos e saberes realizados pelo Engo. Luiz Cesar promovendo um tratamento digno da água para saúde da nossa população eram desafios que presenciava diariamente. Olhava aquele rio muitas vezes sem margem, um enigma, uma força estranha, um encantamento. Bachelard me ensinou: “É a água que vai arrastar toda a paisagem para o seu próprio destino”.

Dentro do imaginário das águas, o fascínio dos povos do mundo de diversas épocas representa uma viagem ao tempo sobre esse patrimônio natural.

As reflexões trazidas na herança da Belle Époque, a compreensão dos elementos construtivos apresentados além de princípios e normativas, estabelece um grau de discussão para a intervenção desses bens individuais, mas pertencentes aos conjuntos e complexos recortes temporal e espacial além de lastros da atualidade.

Ao “viajar” pela Bela Época, decorrente de uma euforia social e cultural da nossa cidade descobre-se episódios que transportavam a um novo diálogo com o espaço urbano e uma dinâmica intelectual, uma “Paris dos Trópicos”, onde sobressaía um espaço físico higiênico e limpo, uma transformação moderna ao estilo europeu. Os mecanismos legais como o Código Municipal de Manaus traduziam interesses da burguesia e da elite na época, reverenciava o discurso científico pôr um programa higienista e consequentemente a melhoria da qualidade de vida de todos os manauenses.

Apresentou-se no capítulo 3.3 as diretrizes metodológicas procurando primeiro descrever o significado do ecletismo, entendendo e reconstruindo um cenário antigo. A partir do acervo arquitetônico remanescente na cidade, pode-se distinguir as diversas manifestações do ecletismo em Manaus. As edificações que compõem as propostas de intervenção e restauração fazem parte dessa linha de pesquisa.

Com a experiência da atuação como engenheira e coordenadora do Programa Monumental pela Prefeitura Municipal de Manaus, e Coordenadora Técnica do IPHAN Amazonas, a autora desta tese, teve participação na restauração de várias edificações de interesse histórico, como a recuperação do calçamento e via de tráfego com pavimentação original e instalação de sistema de esgotamento sanitário e drenagem pluvial da Rua Bernardo Ramos, no Centro Histórico de Manaus, com Projeto Arquitetônico de Roberto Moita; restauro das primeiras residências de Manaus, construídas em 1819 com a técnica de taipa de mão, casas 69 e 77 na Rua Bernardo Ramos; restauro do Paço da Liberdade (atual museu da cidade), a revitalização da primeira praça de Manaus, a Praça D. Pedro II, com acompanhamento arqueológico, e retirada de urnas funerárias da fase paredão (datação entre 1100 anos); a primeira etapa do Projeto de Restauro do Mercado Municipal Adolpho Lisboa; restauro do Chafariz da Praça da Matriz; restauro do Museu do Porto, entre outras obras.

Durante toda a pesquisa as questões metodológicas foram direcionadas aos modelos existentes no âmbito do IPHAN, mas a base da discussão deve ser relacionada no processo de tombamento e registro, os quais deverão ser mantidos para que se preserve respeitando o critério descrito, inclusive no conjunto, permitindo, igualmente, a atribuição de novos valores ao longo do tempo.

Foi utilizado o processo de inventário denominado Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, pois desde 2008, início dos estudos para sua elaboração, integra e facilita o acesso às informações através do sistema digital e são incorporados aos modelos existentes contemplando o ciclo de vida das edificações para que possa embasar a análise e conservação do objeto.

É importante entender que a partir da construção desse sistema de informatização passou o IPHAN a gerir as diversas etapas de gestão para proteção e valorização do patrimônio proposto para tombamento e registro. Existiam muitos problemas até então, como a fragmentação de informações, ausência de rotinas, realização de análises pontuais e como no caso do Sistema de Saneamento básico, restrição à difusão de informações essenciais para tomada de decisão.

Historicamente existia um banco de dados únicos, complexo, desprotegido e pulverizado de acordo com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IPHAN realizado em Brasília em 2009 (IPHAN, 2009, p. 111). Este sistema foi determinante para melhoria da qualidade e uma avaliação mais rápida para a salvaguarda do bem. Atualmente, é através do PDTIC que se realiza o alinhamento de estratégias organizacionais e que inclui o SICG, atualizado conforme as necessidades e implementos tecnológicos²⁶.

A apresentação de duas fichas denominadas como Complexo de Reservação de Água da Castelhana, no item 3.3, como início do processo utilizando o sistema SICG, módulo cadastro, representa os dois reservatórios existentes; A Castelhana Baixa (Castelinho) e Castelhana Alta (Reservatório de concreto armado) enfocam a identificação, imagens, informações históricas e temáticas que contempla o inventário do bem, incluindo o levantamento realizado in loco.

É importante ressaltar que esta exemplificação está baseada apenas na contextualização do módulo cadastro, há de se desenvolver as demais fichas quando da determinação do IPHAN, que deverão compor o módulo conhecimento e o módulo

²⁶Plano Diretor de Tecnologia da Informação – Biênio 2010-2011. Brasília: IPHAN, 2009.

gestão atendendo o modelo SICG de acordo com as premissas do instituto. Toda essa varredura deve seguir um processo administrativo que analisa sua importância em âmbito nacional. Após esta análise, a proteção poderá ter interpretação de provisório ou definitivo. Em seguida ser escrito em um ou mais Livros do Tombo.

Através das diversas fontes aqui representados pelos recortes e citações percorre-se os 3 capítulos desta tese projetando as atenções ao patrimônio histórico e a importância do tombamento e registro ampliando nossa identidade cultural, ampliando também nossa visão sobre patrimônio para além das paredes das edificações, reconhecendo a interação com o passado e sua comunidade construindo uma identidade chamada de Saneamento Básico da Cidade de Manaus que pode ser complementada a partir desta comprovação, e respondendo a minha inquietação.

Considerando todos os estudos analisados e aqui expostos, propõe-se que sejam considerados dignos de restauração todos os bens móveis, imóveis ou integrados aqui referidos, que devido a toda sua representatividade e identidade cultural regional devam ser preservados em sua integridade e que sejam reconhecidos pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Um olhar pelo passado**. Manaus: Prefeitura Municipal/GRAFIMA, 1990. [Original de 1897].
- BACELAR, Ghislaine. **Gerenciamento de perdas de abastecimento de água focalizando a demanda**. 2003. 26 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.
- BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria**. Tradução: Antônio P. Danesi. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. ilustrações de Israel Cysneiros, prefácio de Arthur Cesar Ferreira Reis. Rio de Janeiro, Conquista, 1976.
- BITTENCOURT, Simone; POGGERE, GGiovana Clarice. **Saneamento ambiental**. Curitiba: Fael, p. 256, 2016.
- BORGES, Maria Helena Sales. **Água potável, um recurso natural de disponibilidade limitada, indispensável à vida** – Dissertação. (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomáz. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand, 1989, 17-58 p.
- _____. **Razões Práticas** (Sobre a teoria da ação). Campinas: Papirus, 1996, 48 p. (grifos do autor).
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 126 p.
- BRAGA R. **O instituto do tombamento do bem cultural**. UEA Edições. Manaus, 2007.
- BROWDER, John O.; GOLDEFREY, Brian J. **Cidades da Floresta: Urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**. Tradução: Joscilene Souza. 1. ed. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2006, 81 p.
- CARVAJAL, Gaspar de. **Descobrimento do rio de Orellana**. Tradução. de Mello-Leitão. São Paulo: Editora Nacional, 1941, 50 p.
- CHEVALIER, Jean.;GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**.12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano V. Machado. 3. ed. São Paulo: Ed UNESP/Estação Liberdade, 2001.
- COLLYER, Fernando. **Crônicas da História do Amazonas**. Manaus: Calderaro,1998, 171172 p.

COSTA, Lucio. **Arquiteto não rabisca, arquiteto risca**. In: COSTA, Maria Elisa (Org.). Com a palavra Lucio Costa. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p.45-65. P.58.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2004

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1989.

DUARTE, Durango. **Manaus: série 1960**. Manaus: Instituto Durango Duarte, 2020.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 1994.

FORTUNA, Carlos; LEITE Rogério Proença. **Plural da Cidade: Novos Léxitos Urbanos**. Ed. Almedina. Coimbra. 2009

FREITAS, Vasco Peixoto; SOUZA, Marília. **Reabilitação de Edifícios - Do diagnóstico à conclusão da obra**. In: 3º ENCORE, Lisboa, Portugal. Actas... Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, v. 2, p.1157, 2003.

GARCIA, Etelvina. **Manaus Referências da História**. Manaus: Norma, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007, 27 p.

HELLER, Léo. *et al.* **Saneamento como política pública: um olhar a partir dos desafios do SUS** / organizado por Léo Heller. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/2_Leo%20Heller%20et%20al_saneamento.pdf. Acesso em: 30 jun. 2021.

HUEBNER, George. **Trabalhos do fotógrafo George Huebner em exposição no Sumaúma Shopping**. In: PEDRINHO Aguiar. Manaus, 7 mar. 2018. Disponível em: <http://www.pedrinhoaguiar.com.br/2018/03/07/trabalhos-do-fotografo-george-huebner-emexposicao-no-sumauma-shopping/>. Acesso em: 21 maio 2021.

HUEBNER, George. **Álbum Vistas de Manaus - Vista do Igarapé do Espírito Santo**. In: INSTITUTO DURANGO DUARTE, [s.d.]. Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/vista-do-igarape-do-espírito-santo/>. Acesso em: 21 maio 2021.

JACOB, Paulo. **O coração da mata, dos rios, dos igarapés e dos igapós morrendo**. 1991.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

LE GOFF, J. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. (5ª, Ed.) Campinas: 2003

LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem**. 5ª Ed. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

- LOUREIRO, Antônio. **A grande crise**. 2. ed. Manaus: Valer, 2008, 159 p.
- MANAUS, Prefeitura de. **PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico: Sistema de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário**. Manaus, 2014.
- MARCONI, MARINA DE ANDRADE. LAKATOS, EVA MARIA. **Metodologia do Trabalho. Científico**. Editora Atlas, 2003.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2001
- MEIRA, A. L. G. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no séc. XX: atribuição de valores e critérios de intervenção**. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MELO, Regina. **História do Abastecimento de Água de Manaus**. 1. ed. Manaus: 1989, 1617 p.
- _____. **História do saneamento de Manaus**. 1. ed. Manaus: Espaço Comunicação LTDA, 1991.
- MENEZES, Valter Pereira De. Anais VII Fórum Internacional de Pedagogia. **Água limpa é povo saudável**. Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/17484>>. Acesso em: 09/06/2021, 21h52min. em: 09/06/2021 21:52
- MESQUITA, Otoni Moreira de. **História e arquitetura: 1852 - 1910**. 2. ed. Manaus: Valer, 1999, 21 p.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2005. (Tese de doutorado)
- MONTEIRO, Mario Ypiranga. **O tigreiro**. ed. Universidade do Amazonas, 1997.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento** - Edgar Morin. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro, 2003: [s.n.].
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História* (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUC-SP), São Paulo, v.10, 1993.
- OLIVEIRA, C. **Água e saneamento básico em Manaus, Amazoas Brasil:valoração econômica em serviços de utilidade pública**. Volume 4, ed. Manaus: [s.n.]. Oliveira 2011
- OLIVEIRA, José Aldemir. **As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território**. Universidade Federal do Amazonas, artigo p.8, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso**. Valer, Cultura e EDUA, 2003.

ONU. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**, no *Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, UN Doc.A / CONF.48 / 14, em 2 e Corr.1 (1972). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meioambiente>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do Espaço**: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 08, nº 16. 1995. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2001

_____. **O imaginário da cidade - visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002

PHILIPPI JR, Arlindo. **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri, São Paulo: 2005 [s.n.].

PINTO, Marilina C. Oliveira Bessa Serra. Doutora em Antropologia e Profa. do Depto. de Filosofia da UFAM. **A AMAZÔNIA E O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS**. Trabalho apresentado na mesa-redonda Populações Amazônicas do 1º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 16/10/08 promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS/UFAM. siècle. Paris: Librairies-Imprimeries Réunies, [s. d.]. 10 v

PITERMAN, Ana; GRECO, Rosângela Maria. **Água seus caminhos e descaminhos entre os povos**. Revista de Atenção Primária à Saúde (APS), v.8, n.2, p. 151-164, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://apsemrevista.org/aps>. Acesso em: 21 mai. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, 241 p.

RAIMUNDO, Helder Faustino. **Como fazer análise documental**. In: Educa EIC. Loulé, 24 out. 2006. Disponível em: <http://educaeic.blogspot.com/2006/10/como-fazer-anlisedocumental.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.

REZENDE, S. C.; HELLER, L. **O Saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 310 p.

ROSEN, George. **Uma história da Saúde Pública**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia. Ateliê Editorial, 2008.

SAMPAIO, Patricia. (org). **Catálogo de Códigos de Postura Municipais de Manaus (18382002)**. Manaus. 2011. FAPEAM.

SANTOS, Lucimar, A. **A falta de saneamento é o principal responsável pelos índices de Doença de Veiculação Hídrica? Um estudo das populações que habitam as margens de igarapés em Manaus – AM**. 2006.

SILVA, Jean Diego Costa da; BACELAR, Ghislaine Raposo. **Revitalização de Prédios Históricos: Reservatório de Castelhana, Castelinho, na Cidade de Manaus.** Revista Pesquisa Acadêmica Europeia, Bucareste, Vol. VI, Issue 8/ November 2018. Disponível em: <http://euacademic.org/UploadArticle/3766.pdf>. Acesso em 21 de maio, 2021.

SILVA, JOSÉLIA, R. **Água que limpa e protege: uma história cultural nos saberes dos indígenas Pankararu.** Campina Grande, 2020

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República.** Vitruvius. São Paulo, Novembro 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.090/190>. Acesso em 11 de jul. de 2017.

SOUVENIR OF THE COLUMBIAN EXPOSITION: **The city of Manaós and the country of rubber tree**, Chicago, 1893.

SOUZA, F. S. **Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal Saneamento Básico - Situação do País e Propostas de Soluções Terceiro Desafio: Infraestrutura e Políticas Públicas.** Brasília, 2009: [s.n.].

SPHAN, Secretária de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Caixa D'Água: Reservatório do Mocó Processo nº 1.127-T-84, de 04 de out de 1984.** Rio de Janeiro. p. 1-72. 1984.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Tradução Beatriz Mugayar Köhl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Trad. Beatriz Mugayar Köhl. Cotia: ed. Ateliê Editorial, 2000. RUSKIN, John. A Lâmpada da Memória. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Köhl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 85p. 2008.

FONTES

BBC- NEWS- BRASIL. Quem eram os escravos “Tigres”, marcantes na história do saneamento básico no Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil50526902>. Acesso em: 21 mai. 2021.

CDPHAN, Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas. Caixa d'água: Reservatório da Castelhana Decreto no 11187, de 14 /06/ 1988.

GALERIAS Construídas No Igarapé Do Espírito Santo E Avenida Eduardo Ribeiro. In: MANAUS de antigamente. Manaus, 25 set. 2013. Disponível em: <https://manausdeantigamente.blogspot.com/2013/09/galerias-construidas-no-igarapedo.html>. Acesso em: 21 mai. 2021.

GALERIAS do Centro de Manaus podem desabar durante enchente do rio Negro. **Jornal Em Tempo**, Manaus, 08 mai. 2017. Disponível em:

<https://d.emtempo.com.br/dia-adia/74597/galerias-do-centro-de-manaus-podem-desabar-durante-enchente-do-rio-negro>. Acesso em: 21 mai. 2021.

IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Obras de Restauro do Reservatório do Mocó. Processo n. 01490.000058/2011-11, de 26 de dez de 2013. Manaus. v. 1. p .75 – 285. 2011.

IPHAN/AM., I. d. (2008). Reservatório do Mocó - **Estudo de Delimitação do Entorno Imediato**. Manaus.

IPHAN/AM., I.(23 de nov de 2011). Portaria n. 421, de 23 de nov. de 2011. **Delimitação e diretrizes para a área de entorno do Mocó**.

IPHAN/AM., I. (22 de dez. de 2010). Portaria n. 420, de 22 de dez. de 2010. **Concessão de autorização para intervenções em bens edificad os tombados**.

IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>, acesso em 08 de junho de 2021.

IPHAN pág. 7, **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010**/Paula Porta – Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual de Comércio. Amazonas - 2000**. Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Tombamento do Centro Histórico de Manaus**. Brasília, DF: DEPAM, 2012.

OECD (2015), Governança dos Recursos Hídricos no Brasil, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264238169-pt>.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2006 - **A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água**. Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2006/rdh2006.zip> Acesso em: 01 de abril de 2011.

PRÉDIOS históricos resistem ao tempo e levam água de qualidade a mais 200 mil pessoas em Manaus. **Amazonas Notícias**, Manaus, 28 dez. 2017. Disponível em: <https://amazonasnoticias.com.br/predios-historicos-resistem-ao-tempo-e-levam-agua-dequalidade-mais-200-mil-pessoas-em-manaus/>. Acesso em: 21 mai. 2021.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS, 1881d. Fala com que o presidente Sátyro Dias abriu a 2ª sessão da 15ª legislatura da assembléia legislativa provincial em 04/04/1881.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da décima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá. 25 de março de 1883, 71 p.

REPRESA da Cachoeira Grande em Manaus. In: **NO AMAZONAS é assim**. Manaus, 1 set. 2013. Disponível em: <https://noamazonaseassim.com/represa-da-cachoeira-grande-emmanaus/>. Acesso em: 21 mai. 2021.

TEMPO, J. EM. **Reservatórios do moco e castelhana em Manaus resistem ao tempo.** 17 de dezembro, 2017.

ANEXO I

CRONOLOGIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE MANAUS.

1850 - Em 05 de setembro, Dom Pedro II sancionou a Lei nº 582, aprovada pelo Senado e referendada pelo Visconde de Monte Alegre, criando a Província do Amazonas.

1881 - Início do atendimento de água e esgoto à população do Município de Manaus, pela empresa Manaós Railway Company.

1882 a 1884 - Implementação do sistema de abastecimento de água da cidade de Manaus, a partir da construção da usina hidrelétrica da Cachoeira Grande.

1888 - Conclusão da construção do reservatório da Castelhana.

1897 - Conclusão do reservatório do Mocó.

1898 - Concessão de 27 anos de prestação de serviços de abastecimento de água à empresa Manaós Railway Company.

1902 - Encerramento dos serviços de bombeamento de água da empresa Manaós Railway Company.

1903 a 1904 - Construção de duas redes distintas de distribuição de água, pela empresa Manaós Railway Company.

1906 - Concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário à Manaós Improvements Limited, por meio do Decreto nº 6.030, de 15/06/1905. O prazo de concessão foi de 60 anos. Inicia-se a construção da nova tomada de água.

1907 - Conclusão da construção da nova tomada de água.

1913 - A partir de 15 de junho, a Manaós Improvements Limited Company, prestadora dos serviços de saneamento básico, passa a cobrar preços absurdos e o povo, enfurecido, vai às ruas depredar os escritórios da concessionária. Os ingleses vão embora e o patrimônio da empresa é encampado pelo Governo Estadual.

1939 - O Estado, sob intervenção federal, ataca, em regime de urgência, os problemas relacionados ao abastecimento de água, contratando os serviços do escritório Saturnino de Brito.

1943 - O escritório Saturnino de Brito organiza os primeiros projetos de ampliação do sistema de abastecimento de água de Manaus.

1953 - O Serviço de Saúde Pública substitui, na captação das águas, as máquinas a vapor e de pistão por bombas elétricas centrífugas.

1969 - Criação da Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas - COSAMA, por meio ----- da Lei nº 892, de 13/11/1969.

1972 - Inauguração da 1ª etapa da Estação de Tratamento de Água - ETA, localizada na Ponta do Ismael, em 1º de abril, na gestão do governador João Walter de Andrade.

1973 - Conclusão da 2ª etapa da ETA da Ponta do Ismael, também em 1º de abril.

1975 - O Ministério da Saúde, com base na Lei nº 6.229, de 17/07/1975, elabora a norma e estabelece o padrão de potabilidade de água, a ser observado em todo o território nacional.

1976 - Início dos estudos para instalação do sistema de abastecimento de água do Distrito

Industrial de Manaus, tendo como projetista a empresa Gandu Engenheiros Associados Ltda.

1980 - Construção dos reservatórios dos bairros: Compensa, Petrópolis, Alvorada e Coroadó, com projetos de autoria do arquiteto Severiano Mário Porto. Em outra fase são construídos os reservatórios São Jorge, São Raimundo, Castelhana Alta, Mocó Novo, Aeroporto, Aleixo, Cidade Nova, São José, Conjunto Parque 10, Conjunto Japiim, Parque das Laranjeiras, Acariquara, João Bosco, Manôa, Ouro Verde e Departamento Estadual de Rodagem - DER/AM.

1988 - Ampliação e modernização do espaço físico da Estação de Tratamento de Água - ETA I. 1990 - Início da construção do novo complexo de produção de água na Ponta do Ismael (ETA II)

1998 - A Lei nº 2.524, de 30/12/1998, autoriza o poder Executivo Estadual a reestruturar a COSAMA, criada em 1969.

1999 - Criação da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM.

A partir de 2000, os serviços passaram a ser oferecidos por meio de concessão, ficando a

ARSAM responsável pela regulação, por meio de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Manaus. Seguem os dados referentes aos termos e aditivos do ocorridos até o presente momento.

2000 - Concessão da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Manaus à empresa Águas do Amazonas, formalizada em 04/07/2000.

2001 a 2002 - Construção de unidade de flotação na ETA 11.

2003 - Início da implantação do Programa Água na sua Casa, objetivando a construção de sistemas isolados de abastecimento de água nos bairros: Alfredo Nascimento I e 11, Braga Mendes, Cidade de Deus I e 11, Gilberto Mestrinho, Grande Circular, Monte Sinai e Vai Paraíso. 2004 - Conclusão do sistema isolado de abastecimento de água dos bairros Grande Vitória e Monte Sinai, integrantes do programa Água na sua Casa.

2005 - Início da implantação do programa Água e Cidadania I, para atendimento nos bairros Monte Sião e João Paulo 11.

2006-Avaliação das metas contratuais pela Prefeitura Municipal de Manaus, ARSAM, Águas do Amazonas e outras entidades, visando a repactuação do Contrato de Concessão.

2007 - Celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, em 10 de janeiro e do Termo de Transação, em 15 de janeiro de 2007, conhecido como Plano Emergencial 18 meses, para atendimento das Zonas Norte e Leste de Manaus.

2008 - Continuação do Termo de Transação e início das obras do programa Água para Manaus - PROAMA.

2009 - Celebração do Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre o município de Manaus e a Concessionária Águas do Amazonas, para conclusão das obras do Termo de Transação.

2010 -Avaliação do processo de interligação do sistema operado pela Concessionária Águas do Amazonas, com novo sistema de produção de água da Ponta das Lajes - PROAMA

2012, a Prefeitura de Manaus delegou a uma nova operadora os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A Concessionária Manaus Ambiental passou a atuar na cidade, assumindo o compromisso de universalizar o saneamento da cidade e garantir a excelência na prestação dos serviços à população de Manaus. O prazo de vigência do contrato foi ampliado, passando a vigorar até 03 de julho de 2045.

2014 – Operação do novo sistema de produção de água da Ponta das Lajes – PROAMA. 2015 a 2016 – Melhorias operacionais do sistema existente, principalmente das zonas Norte e Leste, com obras contínuas de setorização de áreas,

adequação dos sistemas de controle e automação, configuração da distribuição e reservação de água

2017/2018 – Após a validação da Lei nº 2.265, sancionada em 11 de dezembro de 2017, que define a criação da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus – Ageman, em março de 2018, houve a suspensão do Termo de Convênio para Fins de Regulação, Controle e Fiscalização dos serviços de abastecimento de água e Esgotamento Sanitário da Cidade de Manaus entre a Arsam e a Prefeitura de Manaus, devido às finalidades da nova agência em exercer o poder regulatório, normatizador, controlador e fiscalizador dos serviços delegados em âmbito municipal.

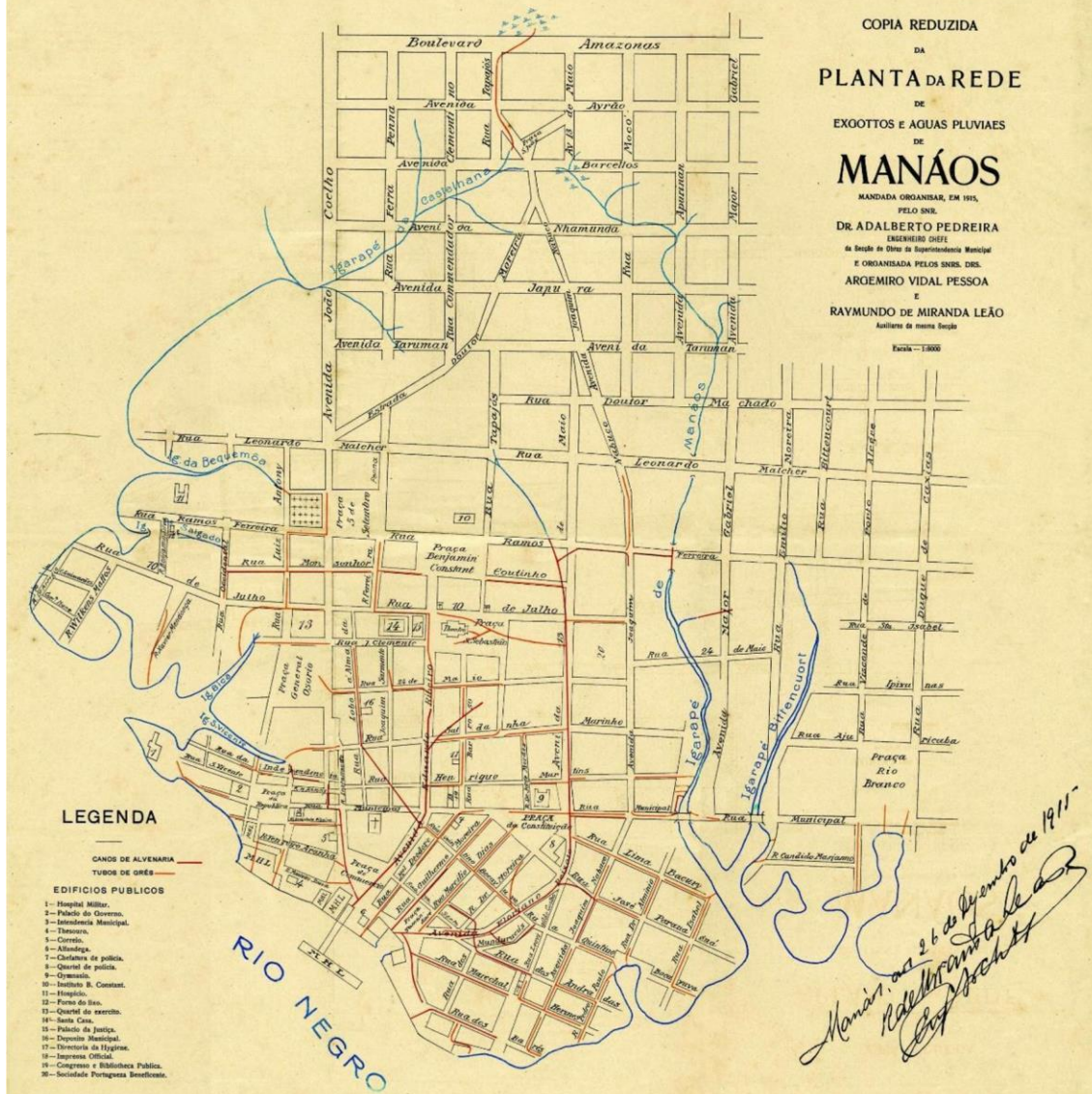
<http://www.arsepam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-Anual-deAtividades-ARSAM-2013.pdf>

<http://www.arsepam.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-Anual-deAtividades-ARSAM-2017-1.pdf>

Acesso: 05/07/2022 e 25/07/2022

Relatório de Atividades – ARSAM (Agencia Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas) – Cronologia do serviço de abastecimento de Água de Manaus de 1850 a 2013. Pgs.22,23,24.

COPIA REDUZIDA
DA
PLANTA DA REDE
DE
EXOOTOS E AGUAS PLUVIAES
DE
MANAOS
MANDADA ORGANIZAR, EM 1915,
PELO SR.
DR. ADALBERTO PEDREIRA
ENGENHEIRO CHEFE
da Seção de Obras da Superintendencia Municipal
E ORGANISADA PELOS ENRS. DRS.
ARCEMIRO VIDAL PESSOA
E
RAYMUNDO DE MIRANDA LEÃO
Assistente da mesma Seção
Escala - 1:8000



Regulação da Qualidade- DITEC.

ANEXO II



Carta de Atenas

DE NOVEMBRO DE 1933

Assembléia do CIAM

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

Primeira Parte - Generalidades

A Cidade e sua Região

a) A Cidade é só uma parte de um conjunto econômico, social e político que constitui a região.

Raramente a unidade administrativa coincide com a unidade geográfica, ou seja, com a região. O recorte territorial administrativo das cidades pode ter sido arbitrário desde o início ou pode ter vindo a sê-lo posteriormente, quando, em decorrência de seu crescimento, a aglomeração principal uniu-se a outras comunidades e depois as englobou. Esse recorte artificial se opõe a uma boa gestão do novo conjunto. De fato, certas comunidades suburbanas puderam adquirir inopinadamente um valor imprevisível, positivo ou negativo, seja tornando-se sede de residências luxuosas, seja acolhendo centros industriais dinâmicos, seja reunindo miseráveis populações operárias.

Os limites administrativos aco que compartimentam o complexo urbano tornam-se então paralisantes. Uma aglomeração constitui o núcleo vital de uma extensão geográfica cujo limite é constituído pela zona de influência de uma outra aglomeração. Suas condições vitais são determinadas pelas vias de comunicação que asseguram suas trocas e ligam-se intimamente à sua zona particular. Só se pode enfrentar um problema de urbanismo referenciando-se constantemente aos elementos constitutivos da região e, principalmente, a sua geografia, chamada a desempenhar um papel determinante nessa questão: linhas de divisão de águas, morros vizinhos desenhando um contorno natural confirmado pelas vias de circulação, naturalmente inscritas no solo. Nenhuma atuação, pode ser considerada se não se liga ao destino harmonioso da região. O plano da cidade é só um dos elementos do todo constituído pelo plano regional.



Carta de Veneza

DE MAIO DE 1964

II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório

Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios.

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições.

Ao dar uma primeira forma a esses princípios fundamentais, a Carta de Atenas de 1931 contribui para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu principalmente em documentos nacionais, na atividade de ICOM e da UNESCO e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais. A sensibilidade e o espírito crítico se dirigem para problemas cada vez mais complexos e diversificados. Agora é chegado o momento de reexaminar os princípios da Carta para aprofundá-las e dotá-las de um alcance maior em um novo documento.

Conseqüentemente, o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o texto seguinte:

Definições

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma



Recomendação Paris

17 DE OUTUBRO DE 2003

Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura doravante denominada "UNESCO", em sua 32 sessão.

Referindo-se aos instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos humanos, em particular à declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966,

Considerando a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, conforme destacado na Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989, bem como a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2001, e na Declaração de Istambul, de 2002, aprovada pela Terceira Mesa Redonda de Ministros da Cultura,

Considerando a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural,

Reconhecendo que os processos de globalização e de transformação social, e ao mesmo tempo que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial devido, em particular, à falta de meios para salvaguarda,

Consciente da vontade universal e da preocupação comum de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial da humanidade,

Reconhecendo que as comunidades, em especiais indígenas, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham um importante papel na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana,

ANEXO III

Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO				
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)				
Manaus				
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)				
Varredura do Patrimônio Material de Manaus				
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)				1.4. Código Identificador Iphan
Porto de Manaus				AM013260-0002
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE				
2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade		
AM	Manaus	Centro		
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)				2.5.Código Postal
Margem Esquerda do Rio Negro				
2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		
Latitude		x	Pública	3.1. Identificação do Proprietário
Longitude			Privada	
Altitude [m]			Mista	3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			Outra	
4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE
Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial
Bem paleontológico		x Urbano		Federal/ individual
Patrimônio natural		Entorno preservado		x Federal/ conjunto
x Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual
Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto
Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		Nenhuma
Integro		Bom		6.1. Tipo/ legislação incidente
Pouco alterado		Precário		7.1 Tipo/ legislação incidente
Muito alterado		Em arruinamento		Tombamento
Descaracterizado		Arruinado		Tombamento
10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)				
				
Foto: SEC - Amazonas		Foto: Ney Mendes		Foto: SEC - Amazonas
11.DADOS COMPLEMENTARES				
11.1.Informações Históricas (síntese)				
O Porto de Manaus foi construído entre 1869 e 1910, e foi denominado Road-Way pelos ingleses devido à sua ponte flutuante em forma de "T" que mede 253 metros de comprimento e 24 m de largura. Está localizado na margem esquerda do Rio Negro, e compreende todo o Conjunto Arquitetônico do Porto. Fazem parte desse conjunto: • um cais de alvenaria; • um cais sobre boias de ferro cilíndricas flutuantes que é chamado de Road-Way; • o antigo edifício do Tesouro Público na rua Monteiro de Souza s/no; • o Prédio da Alfândega e da Guardamoria; • o Escritório Central na rua Taqueirinha no 125; • os Armazéns nos 3, 4, 5, 10, 15, 18 e 20; • a Bomba de Incêndio; • o Museu do Porto na rua Vivaldo Lima s/n; antiga Casa de Tração Elétrica na rua Marquês de Santa Cruz s/no. (Costa, 2006, 101/103)				



Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO				
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)				
Manaus				
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)				
Varredura do Patrimônio Material de Manaus				
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)				1.4. Código Identificador Iphan
Praça Dom Pedro II				AM130260-0013
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE				
2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade		
AM	Manaus			
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)				2.5.Código Postal
Avenida Sete de Setembro, entre a Rua Governador Vitorino e a Rua G. Salgado				
2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		
Latitude		x	Pública	3.1. Identificação do Proprietário
Longitude			Privada	
Altitude [m]			Mista	3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			Outra	
4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE
Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial
Bem paleontológico		x Urbano		Federal/ individual
Patrimônio natural		Entorno preservado		Federal/ conjunto
x Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual
Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto
Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto
Praças e Jardins Históricos				Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		x Nenhuma
Integro		x Bom		6.1. Tipo/ legislação incidente
Pouco alterado		Precário		Tombamento
Muito alterado		Em arruinamento		
Descaracterizado		Arruinado		
7. PROTEÇÃO PROPOSTA				
Patrimônio mundial				
Federal/ individual				
x Federal/ conjunto				
Estadual/ individual				
Estadual/ conjunto				
Municipal/ individual				
Municipal/ conjunto				
Entorno de bem protegido				
Nenhuma				
10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)				
 Foto: Fátima Macedo / IPHAN		 Foto: Fátima Macedo / IPHAN		Referências Bibliográficas: MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: História e Arquitetura. Manaus: Editora Valer, 1999.
11.DADOS COMPLEMENTARES				
11.1.Informações Históricas (síntese)				
Na primeira planta da cidade, traçada em 1852, o local da atual Praça D. Pedro II denominava-se Largo do Pelourinho, posteriormente foi chamado de Largo do Quartel. Essa área é, sem dúvida, uma das mais antigas da cidade; próximo a ela ficava a Fortaleza da Barra, que iniciou o povoamento de Manaus. Tem-se notícia de que quando o governador Eduardo Ribeiro mandou nivelar as ruas em torno da praça, descobriu-se uma grande quantidade de urnas funerárias indígenas, sendo possível que o núcleo principal do cemitério esteja sob a praça. Após o período monárquico, a praça foi denominada de Praça da República. Até os primeiros anos do século XX, a Praça D. Pedro II era um dos pontos culturais importantes da cidade, sendo local de reunião e apresentações musicais. Do Mobiliário que compõe a praça, o mais importante é o coreto, seguido do chafariz, ambos da década de 1880, ambos de notável valor, uma vez que representam o período da arquitetura do ferro no Brasil. (Mesquita, 1999, 275)				
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)				
A Praça D.Pedro II preserva em seu espaço o mobiliário urbano do início do século 20 em Manaus: o coreto em estrutura metálica, o chafariz em bronze e os postes de iluminação. Apresenta ainda alguns exemplares de seringueira (<i>Hevea brasiliensis</i>) em seu jardim.				
12. PREENCHIMENTO				
12.1. Entidade	Depam/IPHAN			12.2. Data
12.3. Responsável	Fátima de Macedo Martins			Janeiro 2010



Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO				
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)				
Manaus				
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)				
Varredura do Patrimônio Material de Manaus				
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)				1.4. Código Identificador Iphan
Porto de Manaus				AM013260-0002
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE				
2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade		
AM	Manaus	Centro		
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)				2.5.Código Postal
Margem Esquerda do Rio Negro				
2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		
Latitude		x	Pública	3.1. Identificação do Proprietário
Longitude			Privada	
Altitude [m]			Mista	3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			Outra	
4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE
Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial
Bem paleontológico		x Urbano		Federal/ individual
Patrimônio natural		Entorno preservado		x Federal/ conjunto
x Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual
Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto
Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		Nenhuma
Integro		Bom		6.1. Tipo/ legislação incidente
Pouco alterado		Precário		7.1 Tipo/ legislação incidente
Muito alterado		Em arruinamento		Tombamento
Descaracterizado		Arruinado		Tombamento
10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)				
   				
Foto: SEC - Amazonas Foto: Ney Mendes Foto: SEC - Amazonas Foto: SEC - Amazonas				
11.DADOS COMPLEMENTARES				
11.1.Informações Históricas (síntese)				
O Porto de Manaus foi construído entre 1869 e 1910, e foi denominado Road-Way pelos ingleses devido à sua ponte flutuante em forma de "T" que mede 253 metros de comprimento e 24 m de largura. Está localizada na margem esquerda do Rio Negro, e compreende todo o Conjunto Arquitetônico do Porto. Fazem parte desse conjunto: • um cais de alvenaria; • um cais sobre bóias de ferro cilíndricas flutuantes que é chamado de Road-Way; • o antigo edifício do Tesouro Público na rua Monteiro de Souza s/no; • o Prédio da Alfândega e da Guardamoria; • o Escritório Central na rua Taqueirinha no 125; • os Armazéns nos 3, 4, 5, 10, 15, 18 e 20; • a Bomba de Incêndio; • o Museu do Porto na rua Vivaldo Lima s/n; antiga Casa de Tração Elétrica na rua Marquês de Santa Cruz s/no. (Costa, 2006, 101/103)				



Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Norte		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Processo de Ocupação do Amazonas		
1.3. Identificação do Universo/ Objeto de Análise		
Patrimônio Urbano e Arquitetônico de Manaus		
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE		
2.1. UF(s)	2.2. Município(s)	2.3. Localidade(s)
AM		Manaus
2.4. Mesorregião(ões) – Dados IBGE		2.5. Microrregião(ões) – Dados IBGE
3. INFORMAÇÕES SOBRE LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO BEM (municipal, estadual e/ou federal)		
LEGISLAÇÃO Legislação – evolução da legislação de proteção em Manaus Sobre a legislação, extraímos na íntegra parte do parecer que consta do Estudo de Viabilidade sócio-ambiental do Projeto Manaus/AM do Programa Monumenta. "A Lei Orgânica do Município de Manaus – LOMAM, editada em 1990, reafirmou a necessidade de dotar a cidade de Manaus de instrumentos que garantam seu crescimento equilibrado, ao estabelecer que o Plano Diretor deve ser elaborado e mantido atualizado – com revisões a cada dez anos – como instrumento básico para o planejamento das atividades do Governo Municipal e para a execução da política urbana. A LOMAM definiu e delimitou o Sítio Histórico de Manaus, que compreende a área situada entre a avenida Sete de Setembro e a orla do rio Negro, inclusive o Porto Flutuante de Manaus, Praças Torquato Tapajós, 15 de Novembro e Pedro II, ruas da Instalação, Frei José do Inocentes, Bernardo Ramos, avenidas Joaquim Nabuco (em toda a sua extensão), Visconde de Mauá, Alameda Tamandaré, Henrique Antony, Lauro Cavalcanti e Governador Vitorino. A mesma carta fundamental do Município estabeleceu que, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, é considerado tombado o Centro Antigo de Manaus, compreendido entre a rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado a direita pelo Igarapé S. Raimundo e a esquerda pelo Igarapé de Educandos, tendo como referência a ponte Benjamim Constant. Somente em meados da década de 1990 foram realizadas as primeiras tentativas de atualização do PDLI, através de um conjunto de leis e decretos que estabeleceram novos conceitos e parâmetros para o direcionamento do crescimento urbano de Manaus. Entre 1995 e 1997 foram editados mais de uma dezena de atos legais, complementados por inúmeras resoluções normativas, que abrangeram variados aspectos sobre o controle urbano e ambiental. Dentre estes instrumentos merecem destaque: • a Lei nº 2.79/95, que alterou a divisão territorial do Município (redefinindo os limites das Áreas Urbanas, de Expansão Urbana e Rural), fixou novos critérios para os processos de produção do espaço urbano (instituiu o instrumento do Solo Criado) e estabeleceu as Áreas Especiais de Interesse Urbanístico (para aplicação do Solo Criado); • o Decreto nº 2.742/95, que regulamentou as normas referentes à aplicação do Solo Criado; • a Lei nº 283/95, que redimensionou as Regiões Administrativas da cidade; • a Lei nº 287/95, que redelimitou os bairros de Manaus, diante da nova delimitação das Regiões Administrativas;		



SICG . Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura